



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura da Conferência Internacional de Auditoria
Ambiental do Tribunal de Contas da União**

Brasília-DF, 02 de junho de 2004

Excelentíssimo ministro Valmir Campelo, presidente do Tribunal de Contas da União e sua senhora Marisalva Campelo,

Excelentíssimo ministro interino e, a partir de amanhã, às 16 horas, ministro presidente do Supremo Tribunal Federal do nosso país, Nelson Jobim,

Senhora Johanne Gélinas, presidente do Grupo de Auditoria Ambiental da Intosai,

Minha querida companheira Marisa,

Senhores embaixadores,

Meu caro companheiro Samuel Pinheiro, ministro interino das Relações Exteriores,

Parlamentares,

Senhores presidentes e ministros dos Tribunais Superiores,

Senhores ministros do Tribunal de Contas da União,

Senhores presidentes dos Tribunais de Contas dos estados,

Senhor João Henrique de Almeida Souza, presidente dos Correios,

Senhoras e senhores delegados da Intosai,

Duas ilusões tinham que ser desfeitas para que o Brasil pudesse encontrar o caminho do desenvolvimento sustentável. A primeira ilusão é a de que o planejamento estatal pode tudo. Ela enxerga o país como uma folha em branco e o povo como mero figurante de um plano capaz de modelar o futuro acima dos anseios democráticos e à margem das demandas sociais.

A segunda ilusão é mais recente. Ela se opõe à primeira na forma, mas



se iguala no conteúdo, ao revelar idêntico menosprezo pelo consenso coletivo. O desenvolvimento, neste caso, é visto como fruto espontâneo de uma competição desenfreada, marcada por antagonismos que obedecem a uma só lei: a lei do mais forte.

Este governo e a sociedade brasileira decidiram que existe algo mais justo e mais promissor do que os extremos que se tocam. Existe o interesse social. E é com base nele que estamos construindo um plano, que é também um método, capaz de reconciliar o desenvolvimento e o equilíbrio ambiental.

A primeira lição deste método consiste em fazer da questão ambiental uma responsabilidade coletiva. Portanto, um idioma comum no diálogo pelo desenvolvimento. E isso começa pelo próprio governo.

Esta Conferência Internacional de Auditoria Ambiental é uma evidência desse olhar renovado sobre o desafio do desenvolvimento sustentável. A escolha do Brasil para sediá-la – o que muito nos orgulha – representa, como bem frisou o ilustre presidente deste Tribunal, ministro Valmir Campelo, um incentivo e um reconhecimento ao tanto que estamos fazendo.

O Tribunal de Contas da União incorporou a dimensão ambiental como elemento constitutivo do seu trabalho de acompanhamento de obras e de fiscalização do investimento público.

É exemplar a conduta do TCU na avaliação do gerenciamento de nossos recursos hídricos, na análise dos processos de licenciamento ambiental em obras hídricas e rodoviárias, bem como no gerenciamento de nossos projetos florestais.

A postura deste Tribunal pode e deve inspirar outros tribunais de contas em diferentes estados da Federação. Não para montar um cinturão de obstáculos ao investimento. Tampouco para sufocar o aproveitamento das riquezas regionais. Ao contrário. O que busca esta Casa, e o governo brasileiro como um todo, é consolidar parâmetros que reduzam o grau de incerteza na formulação de novos projetos e, portanto, atendam a uma das mais insistentes



e justas demandas em relação ao gasto público: o da racionalidade e o da responsabilidade na aplicação do recurso fiscal.

Minhas senhoras e meus senhores,

Meus amigos e minhas amigas,

Não há como definir racionalidade quando não se tem em conta o interesse social.

Por isso, o cerne do desafio ambiental consiste justamente em transformá-lo numa referência comum a todas as instâncias de governo e da sociedade.

Somente a partir desse diálogo, que não se confunde com o planejamento tecnocrático, nem com o vale-tudo unilateral, construiremos o caminho sustentável para o crescimento socialmente justo e ambientalmente equilibrado.

Felizmente, temos registrado avanços nessa trajetória. Um exemplo significativo é o novo modelo do setor elétrico brasileiro. A partir deste governo, ele passa a oferecer aos investidores opções seguras de projetos licenciados antecipadamente na esfera ambiental.

Não era assim num passado muito recente. A atrofia deliberada do setor público levou a uma inversão de valores. Transferiu-se à iniciativa privada a tarefa de demonstrar a consistência ambiental de obras liberadas pelo próprio governo.

O resultado desse paradoxo nós sabemos. O mesmo governo que liberava a concessão, depois negava a licença ambiental para a execução do projeto, numa falta de sintonia que levou à paralisação em diversas áreas estratégicas, em especial na área hidrelétrica, que agora estamos revisando.

Pergunto aos senhores: quanto custa aos cofres públicos e privados tamanho disparate administrativo? Quanto custa essa oposição de diferentes instâncias públicas, ao longo da cadeia que vai do planejamento à auditoria das obras, até a sua conclusão? Só há um caminho para minorar esse ônus: o



diálogo permanente, a identidade de propósitos e o planejamento democrático.

Felizmente, esta é a nova realidade na gestão do desenvolvimento brasileiro. Estamos substituindo a desarticulação interna do Estado por políticas de abrangência interministerial que pensem o país como um todo e cada projeto de forma integrada.

Hoje, o investidor recebe uma concessão lastreada em critérios consistentes, dentro dos quais cada projeto pode se ajustar e, desse modo, cumprir prazos e exigências que dêem segurança a quem aplica, e certeza de um futuro sustentado para o país.

Minhas senhoras e meus senhores,

Não seria exagero dizer que o Brasil vive, neste momento, uma travessia para o desenvolvimento. Estamos abrindo mercados externos numa velocidade tal, e com tamanho potencial de demanda – como o demonstrou a recente viagem à China – que necessitamos de agilidade equivalente, e robustez proporcional, na retomada do nosso investimento interno.

Bilhões de reais estão em jogo na reconstrução da infra-estrutura necessária para alimentar esse novo motor de crescimento que gera confiança, divisas e empregos de forma sustentada.

Para que as portas abertas pela diplomacia brasileira não se fechem pela escassez de oferta ou gargalos de logística, o setor público e o setor privado, a partir de agora, terão que destinar recursos maciços em grandes projetos de logística da produção. Não podemos mais retardar obras estratégicas por conta da anemia operacional herdada do passado.

Até 2002, o Ibama dispunha de apenas sete analistas para o licenciamento ambiental em todo o país. Nós já contratamos mais 72 técnicos e abrimos concurso público para outros 150, destinados especificamente para as áreas de petróleo e hidrelétrica.

Quero concluir dizendo aos senhores que o Tribunal de Contas terá muito trabalho pela frente, meu caro presidente Valmir Campelo. Este país



voltou a crescer. O setor público vai investir. E a iniciativa privada, nacional e internacional será, sem dúvida nenhuma, uma grande parceira nesses investimentos.

Portanto, os senhores terão um papel cada vez mais relevante no zelo pelos recursos públicos, sejam eles de natureza fiscal ou ambiental.

A Agência Nacional de Petróleo, por exemplo, concluiu as normas para a sexta rodada de licitações na costa brasileira. O que está em jogo é um investimento da ordem de 20 bilhões de reais e um faturamento potencial superior à soma de todas as licitações anteriores. Mais que isso: está em jogo a conquista da auto-suficiência nacional do nosso petróleo. Portanto, é preciso garantir que esse processo chegue a bom termo.

Pela primeira vez na história deste país, o governo lançará um guia de orientação à sociedade e ao investidor. O Brasil saberá de antemão, e os senhores poderão fiscalizar, os critérios e os requisitos ambientais exigidos em cada área licitada e em cada bloco oferecido.

Estamos reduzindo a incerteza para quem investe no presente, sem negligenciar o cuidado ambiental com o futuro. Isso só se faz quando se tem um objetivo, o desenvolvimento sustentável, e um método, o planejamento democrático, guiado pelo interesse social.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de lançamento da Farmácia Popular do Brasil

Salvador-BA, 07 de junho de 2004

Meus amigos, minhas amigas do querido estado da Bahia,

O que nós estamos fazendo aqui, hoje, além de lançar a Farmácia Popular, simultaneamente, em algumas capitais do Brasil – porque, se Deus quiser, até o final do ano, estaremos inaugurando muitas farmácias populares pelo Brasil – é dando uma demonstração de que quando nós governamos e temos responsabilidade, nós precisamos olhar as necessidades do povo de cada região e, em função dessas necessidades, tentar atendê-las o mais prontamente possível. Independentemente de quem seja o governo ou o partido a que pertença aquele governo, o que interessa para nós é saber se o que estamos fazendo está de acordo com os interesses e com a necessidade da população.

Não sei se vocês perceberam pelo comunicado do orador oficial, aqui, do nosso mestre de cerimônias, que nós inauguramos, hoje, em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia e Salvador. Por coincidência, duas cidades governadas pelo PT e duas cidades governadas pelo PFL.

E o critério da escolha foi muito simples. Foi o critério dos prefeitos que se comprometeram a participar do processo da Farmácia Popular. Esse é o critério que, para nós, interessa. É o compromisso das pessoas quererem fazer o projeto junto com o governo federal. É por isso que estamos fazendo o Projeto do Leite, e eu quero dar um dado aqui, na presença do governador Paulo Souto e sua esposa, na presença do Prefeito e sua esposa, na presença do Dom Geraldo, dos meus ministros e dos deputados que aqui já foram citados.



Eu quero passar um dado para vocês: a Bahia é o estado que mais recebe Bolsa Família, hoje, no Brasil. São 535 mil famílias que já receberam o Bolsa Família neste estado até o mês de maio. E são 85 mil famílias que recebem em Salvador, faltando apenas 27 mil famílias para que a gente possa atender àquilo que nós nos comprometemos a atender este ano. Numa demonstração que, para nós do governo federal, o que importa são as necessidades do povo e não o partido que governa este ou aquele estado da Federação. Muito melhor é fazermos as coisas quando o governador demonstra interesse em fazê-las, quando o prefeito demonstra interesse em fazer e quando nós temos o apoio, como nós tivemos, aqui, desse querido povo, desse hospital extraordinário, dessas obras sociais fantásticas que eu tive oportunidade de conhecer antes das eleições, com os companheiros e as companheiras que trabalham aqui na Irmã Dulce.

Eu queria dizer que eu vim, aqui, durante a campanha, e vim visitar doentes. E saí daqui convencido que não é à toa que este estado é, possivelmente, um dos mais religiosos do país. Não é à toa que nós estamos falando, aqui, próximo da igreja do Bonfim. Esta Igreja que é um marco na vida de cada cidadão ou cidadã baiana. As obras que eu vi há dois anos, me fizeram acreditar no ser humano muito mais do que eu já acreditava, porque existe um grupo de homens e mulheres que trabalha nesta instituição, capaz de cuidar daqueles que procuram este hospital. Eu sou obrigado a dizer, meu caro ministro da Saúde, Humberto Costa, que nós temos muito a aprender, não no que diz respeito à saúde, mas nós temos muito que aprender no que se trata de praticar amor verdadeiro, como nesta Instituição Irmã Dulce.

Quero dizer para vocês que estou feliz com a inauguração desta Farmácia Popular em Salvador. Possivelmente, algumas pessoas não saibam a importância disso; possivelmente quem nunca teve dificuldade de comprar um remédio, não sabe a importância disso; quem nunca viu um parente morrer



tendo a receita colocada dentro da gaveta de um criado-mudo ou embaixo do travesseiro por falta de 2, 3 ou 1 real para comprar o remédio.

A Farmácia Popular é mais uma opção que nós estamos oferecendo a uma parcela da população e não tem nada a ver com o remédio que as pessoas recebem, gratuitamente, nos postos de saúde deste país. As pessoas vão continuar a receber os remédios de graça nos postos de saúde. E não tendo o remédio lá, essa pessoa vai poder chegar numa Farmácia Popular e ver a cena que eu vi agora: uma senhora e um senhor comprando remédio para hipertensão. Remédio pelo qual eles pagavam R\$ 7,70, na farmácia e que agora pagam, aqui, apenas R\$ 1,50. Isso vai possibilitar que remédio no Brasil deixe de ser um artigo de rico e passe a ser um elemento a mais para que a gente possa combater a doença.

O governador Paulo Souto participou de um ato em Brasília nesses dias em que nós fizemos o lançamento dos contratos de política de saneamento básico do nosso governo. Apenas este ano nós estamos investindo mais dinheiro em saneamento básico do que tudo que foi investido de 1995 a 2002. Em um ano, estamos investindo mais do que foi investido em sete anos.

E por que estamos investindo em saneamento básico? Porque investir no tratamento de água e canalização do esgoto significa investir na saúde. Porque quanto mais limpa for a rua em que moram as pessoas, quanto mais a água for tratada, quanto mais o esgoto for canalizado, menos a gente vai ter que gastar com hospitais e com remédios.

Por isso, é com muito orgulho que eu estou, aqui, hoje, inaugurando esta Farmácia Popular e até o final do ano estaremos inaugurando muitas outras farmácias populares, como também estaremos inaugurando muitos centros de tratamento de saúde bucal, porque, lamentavelmente, no Brasil a boca não é tratada como uma questão de saúde pública. E nós estamos construindo 400 centros no Brasil, para que o povo pobre tenha direito a dentista e que dentista não seja uma coisa de rico. Com uma diferença: é que nos nossos centros de



saúde bucal, que eu espero vir inaugurar Humberto, aqui em Salvador, não é para a pessoa ir ao dentista arrancar o dente. Porque, hoje, o pobre chega lá e como o tratamento é muito caro, o jeito mais barato é meter o boticão e arrancar o dente do pobre como se fosse uma coisa qualquer.

O que nós queremos, é que o pobre tenha a sua boca tratada com a mesma dignidade que tem qualquer outro cidadão neste país, porque a saúde bucal nunca foi tratada com respeito no Brasil, porque rico não tem dor de dente, dor de dente é coisa de pobre e se é coisa de pobre não havia interesse em dar um tratamento especial. Nós vamos tratar para que uma criança pobre tenha o direito de colocar um aparelho para fazer correção nos dentes. Nós vamos tratar para que o pobre tenha direito de fazer tratamento de canal. Nós vamos tratar para que um adulto que, muitas vezes, não tem um dente na boca, tenha direito a uma prótese feita sob medida e não aquelas ganhas de presente em época eleitoral, em muitas cidades do nosso querido Brasil.

É por isso, meus companheiros e companheiras, que eu quero agradecer, sobretudo, o esforço de vocês de ficarem embaixo dessa chuva, enquanto nós estamos aqui na cobertura. Eu quero agradecer a sua coragem e disposição. Eu disse uma vez num comício na Praça Castro Alves que, possivelmente, em outra encarnação eu tenha sido baiano, porque em poucos lugares do mundo eu tenho sido tratado, ao longo desses anos, com o carinho com que o povo baiano tem me tratado todas as vezes que eu venho aqui. E podem ficar certos que amor a gente paga com amor; carinho a gente paga com carinho. E se o povo da Bahia é tão carinhoso comigo, podem ficar certos que eu farei pela Bahia tudo o que estiver ao meu alcance.

Muito obrigado e boa sorte ao povo da Bahia.

rss/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de recebimento dos títulos de Cidadão Baiano e Soteropolitano, da Assembléia Legislativa da Bahia

Salvador-BA, 07 de junho de 2004

Quero cumprimentar o excelentíssimo governador da Bahia, Paulo Souto,

Quero cumprimentar o vice-governador do estado da Bahia, constituinte junto comigo, em 88, Eraldo Tinoco,

Quero cumprimentar o presidente da Assembléia Legislativa da Bahia, deputado Ricardo Gaban,

Quero cumprimentar o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Gilberto de Freitas Caribé,

Quero cumprimentar minha companheira Marisa,

Quero cumprimentar a deputada Moema Gramacho, autora do projeto que me concede o título,

Quero cumprimentar o prefeito de Salvador, senhor Antônio Imbassahy,

Quero cumprimentar o primeiro-secretário da Assembléia Legislativa, deputado Vespasiano Santos; e o segundo-secretário, deputado Eliel Santana,

Quero cumprimentar o presidente da Câmara de Vereadores, vereador Emmerson José,

Quero cumprimentar o vereador Sérgio Carneiro, autor do projeto que me concedeu o título de Cidadão de Salvador,

Quero cumprimentar meu amigo e companheiro Humberto Costa, ministro da Saúde,

Quero cumprimentar o meu amigo Ciro Gomes, ministro da Integração,

O meu amigo Olívio Dutra, ministro das Cidades,



Quero cumprimentar meu companheiro, secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Jaques Wagner,

Quero cumprimentar os deputados federais, os deputados estaduais,

Quero cumprimentar a deputada Alice Portugal, o deputado Josias Gomes, o deputado Nelson Pellegrino, o deputado Luiz Alberto, o deputado Walter Pinheiro, o deputado Zezéu Ribeiro, o deputado Colbert Martins. Todos os deputados estaduais aqui presentes,

Meu amigo Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,

Quero cumprimentar os prefeitos daqui da região – eu estou vendo daqui o Geraldo, prefeito de Itabuna; o prefeito de Juazeiro e o companheiro Carlos Brasileiro, nosso companheiro de Bonfim. Pelo menos três eu vi aqui, na minha frente,

O José Raimundo, de Conquista. Faltam outros que eu não vi. Também não colocaram o nome dos prefeitos aqui, no meu papel.

Quero cumprimentar os vereadores aqui presentes,

Quero cumprimentar o povo da Bahia,

E quero dizer para vocês que é com orgulho imenso que venho a esta terra que aprendi a gostar, ao longo de tantos anos de convivência, aprendi a gostar no tempo da minha militância sindical, aprendi a gostar na época extraordinária das grandes campanhas políticas que aqui participei, aprendi a gostar na época das Caravanas da Cidadania, e aprendi a gostar porque vi que o povo da Bahia sabe gostar como ninguém sabe deste país. Na verdade, o meu gostar é apenas uma retribuição ao gostar tão peculiar das mulheres, dos homens e das crianças deste Estado.

Eu disse, agora há pouco, na inauguração da Farmácia Popular, que em nenhum outro lugar do mundo, em todos os lugares em que eu fui, eu fui tratado com o carinho com que sou tratado na Bahia.



Isso me levou, há uns oito anos, numa campanha política, a dizer, na Praça Castro Alves que, em alguma encarnação eu tinha nascido na Bahia, eu tinha sido baiano, porque eu vivi aqui bons momentos da minha vida; mesmo quando candidato a governador de São Paulo, em 1982, eu tinha que vir fazer campanha para o Edival Passos, aqui.

É verdade que não ganhamos, mas arrumamos algumas confusões boas na nossa vida. Eu me lembro do nosso grande comício, em Rui Barbosa, onde colocaram um cidadão para passar embaixo do palanque e chamar a gente de comunista. Cada vez que nós abríamos a boca, um cidadão gritava: comunistas!

Eu me lembro de Jacobina, eu não vou contar a história para não causar constrangimento a ninguém, mas foi um dia muito complicado na nossa vida. Fizemos um comício num mesmo dia em que Tancredo Neves, para criarmos o PT, em Jacobina. E, certamente, tinha mais gente no comício do que o do dr. Tancredo Neves. Depois, fizemos um comício em Itabuna no mesmo dia que Tancredo estava lá, fazendo a caminhada, nós com um fusquinha, com duas cornetas em cima, e eles com um caminhão grande, já mostrando a diferença da disputa que se daria neste país.

Mas, aqui, na Bahia, eu penso que vocês dão lições a muita gente. Eu não me canso de dizer que poucos estados deste país conquistaram a auto-estima que o povo baiano conquistou. Houve um tempo em que ser baiano era pejorativo. Para mim, que fui para São Paulo, mesmo sem ser baiano, quando a gente era pequeno, a maior ofensa que podia receber nas ruas, jogando bola, era ser chamado de baiano. E, hoje, pelo trabalho que cada um de vocês fez, pelo trabalho do cidadão comum, pelo trabalho da música, pelo trabalho dos políticos, possivelmente nenhum estado do Brasil tenha conquistado o orgulho que os baianos e as baianas conquistaram.

Ser negro na Bahia é ser cidadão. As pesquisas do IBGE, os níveis baixos de escolaridade, a situação precária da mulher negra neste país, não



diminuem o orgulho da negra e do negro na Bahia. Aqui vocês conquistaram o orgulho da cor, o orgulho da raça. Aqui vocês aprenderam, muito rapidamente, que ninguém é melhor do que ninguém, nem pela roupa que veste, nem pelo partido a que pertence, muito menos pela religião. Aqui vocês aprenderam a ser cidadãos e cidadãs, negros e brancos vivendo em convivência sadia.

Por isso, ser cidadão soteropolitano, essa palavra bonita, que me dá o título de cidadão de Salvador ou cidadão baiano, aumenta mais o meu orgulho, eu acho que me torno um pouco mais brasileiro. E faço questão de dizer isto na frente do Governador e do Prefeito, duas pessoas que não pertencem ao meu Partido, duas pessoas com quem, certamente, ideologicamente temos posições antagônicas, mas duas pessoas com quem aprendi a conviver respeitosamente e democraticamente, porque são pessoas que fazem política civilizada, são pessoas que aprenderam a conviver democraticamente na adversidade. É isso que vai consolidar a democracia no país, é isso que vai consolidar as instituições no nosso país: é as pessoas aprenderem que nós somos adversários eleitorais mas que, quando terminam as eleições, tem um ganhador e um perdedor, e não precisam se unir, precisam apenas ter consciência de que, ao ganhar a eleição para ser prefeito, para ser governador, para ser presidente, para ser deputado, depois da posse termina o discurso de candidato e vem a concretização dos seus sonhos, a realização dos seus programas, do acúmulo de experiência que a sociedade construiu junto contigo.

E eu me sinto, hoje, um cidadão muito mais maduro do que há dez anos. O poder, quando é exercido com responsabilidade, amadurece rapidamente as pessoas e faz com que a gente aprenda coisas que, normalmente, a gente não aprenderia se não estivesse no poder. O poder, na verdade, é como dirigir uma família; quando um chefe de família é responsável, ele sabe que não pode ser injusto com nenhum de seus filhos, ele sabe que tem que fazer o máximo que tiver que fazer para contemplar os interesses e a vontade de seus filhos, mas



ele também sabe que só pode fazer aquilo que é possível e nunca fazer promessas de coisas que ele sabe, antecipadamente, que não são possíveis de serem cumpridas.

O exercício do poder é uma provação cotidiana dos compromissos históricos que você assumiu mas, ao mesmo tempo, do fazer justiça para as pessoas.

Eu digo isso porque muitas vezes a imprensa não informa adequadamente, possivelmente por falta de informações, eu sempre quero crer que nunca seja por má-fé, mas sempre por falta de informações. Eu, de vez em quando, posso dizer que esse ou aquele estado estão a receber menos recursos do que outro, porque o governador não é do meu Partido ou o prefeito não é do meu Partido.

O prefeito Imbassahy estava num encontro de prefeitos de capitais, quando uma das figuras mais importantes do PFL, o prefeito César Maia, da capital do Rio de Janeiro, num testemunho que me encheu de orgulho, me disse que em 12 anos em que ele milita à frente do governo do Rio de Janeiro, nunca nenhum governo deu à cidade a quantidade de recursos que o meu governo deu nesses 17 meses.

E, num tom de muita verdade, que é própria do César Maia, ele disse, ainda: “presidente Lula, quando o senhor for ao Rio de Janeiro, o senhor não vai ver, em nenhum jornal do Rio de Janeiro, nenhuma crítica a Vossa Excelência, porque lá eu sou obrigado a reconhecer a quantidade de recursos que o senhor colocou na minha cidade. Agora, de vez em quando, o senhor vai ler uma crítica minha num jornal de São Paulo ou de outro estado porque, afinal de contas, lá eu não sou prefeito, lá eu sou vice-presidente do PFL, e eu tenho que mostrar as nossas divergências políticas, portanto, faço crítica”.

E eu achei uma coisa muito respeitosa e simpática, partindo de um homem do caráter do César Maia – quem conviveu com ele aprendeu a respeitar o César Maia – dizer isso numa reunião que tinha muitos prefeitos.



Estou dizendo isso porque Salvador e o estado da Bahia são dois lugares em que nós tivemos uma atenção especial com o programa Bolsa Família. Vocês sabem que, no estado da Bahia, nós fechamos o mês de maio com 557.442 famílias sendo atendidas pelo Bolsa Família, ou seja, significa algo envolvendo quase 2 milhões de brasileiros.

Em Salvador, até maio foram incorporadas, só na região metropolitana, 38 mil famílias. Totalizamos em maio, na verdade, com 38 mil famílias a mais, 85.698 famílias recebendo o Bolsa Família na cidade de Salvador, faltando 27.738 para que a gente possa completar aquilo que era o nosso número para a cidade de Salvador.

Você sabe que eu tenho o compromisso de chegar, em dezembro de 2006, a 11 milhões de famílias, perfazendo o total do número do IBGE, de 44 milhões de pessoas. E eu acho plenamente possível fazermos isso.

Hoje, estou convencido de que nós vamos conseguir chegar aos 11 milhões de famílias, ganhando, cada uma, três vezes mais do que a média que ganhavam até o dia em que nós assumimos a Presidência da República.

É pouco, é muito pouco. É muito pouco mas, certamente, nós temos muito o que fazer, ainda, pela Bahia, por Salvador e pelo Brasil. O meu sonho é que um dia cheguemos a uma situação em que nenhum brasileiro precise viver de favor da prefeitura, do governo do estado ou do governo federal. Que as pessoas possam viver do resultado do seu trabalho, porque é isso que dá orgulho e dignidade ao ser humano. E é isso que nós, um dia, haveremos de conquistar.

Quero dizer para vocês que muita gente, às vezes, tem muita pressa que as coisas aconteçam. E tem muita gente que governou este país, durante muitos e muitos anos, que, muitas vezes, cobra de nós que façamos em 17 meses aquilo que não conseguiram fazer em 17 anos.

A nossa lógica é ter consciência que fomos eleitos para cumprir um mandato de quatro anos e, nesses quatro anos, nós temos que provar com



números, medindo com todos os governos que passaram pelo Brasil, quem foi que fez mais política social para o nosso povo. Política social que se acumulou ao longo da história, política social que poderia ser menos sofrível, se nós tivéssemos tirado proveito dos quase 50 anos que o Brasil cresceu, de 1930 a 1980, à média de 7% ao ano; se nós tivéssemos feito política de distribuição de renda; se nós tivéssemos feito aquilo que outros fizeram na década de 50 ou na década de 60. Portanto, nós temos um acúmulo muito grande que temos que pagar, e não é da minha responsabilidade.

Não pensem que qualquer um pode jogar nas costas dos presidentes da República a responsabilidade pelo pagamento da dívida. Essa dívida é minha, é do governador, é do prefeito, é dos vereadores, é dos deputados estaduais. Essa dívida, na verdade, é da sociedade brasileira para com a sociedade brasileira. O nosso papel é tentar criar os mecanismos para que a gente comece a recuperar o tempo perdido e que a gente comece a pagar essa dívida o quanto antes.

E não adianta vender estatísticas dizendo que todas as crianças estão na escola, porque é importante que todas as crianças estejam nas escolas e isso é um ganho extraordinário, mas é preciso saber qual a qualidade do ensino que essas crianças estão tendo. E, hoje, no primeiro estudo feito em 2003, nós constatamos que é preciso reeducar os nossos alunos e os nossos educadores, porque 40% das crianças que entram nas escolas não terminam o 2º grau, 58% não aprendem a interpretar um texto quando saem da 4ª Série, e 59% não sabem fazer uma das quatro operações.

E se é verdade que nós estamos vivendo o século do conhecimento, é preciso que assumamos a responsabilidade de garantir às crianças de hoje a oportunidade de participarem desse século do conhecimento, aprendendo aquilo que é elementar para que saiam da escola e possam adentrar o mercado de trabalho, que é outro grande desafio nosso, Governador, cuidar da nossa juventude, sobretudo nas regiões metropolitanas das grandes cidades



brasileiras. Eu penso que para todos nós, independentemente do pensamento ideológico ou religioso, a preocupação com a nossa juventude e com os nossos adolescentes, deve estar em primeiro lugar e deve ser prioritária, porque esses jovens, efetivamente, serão os futuros dirigentes de amanhã, portanto, nós temos que cuidar deles.

Eu digo isso porque a Bahia é um estado que tem muitos jovens com problemas. Mas, possivelmente, jovens com muita esperança, ainda, porque a religiosidade, neste Estado, é maior do que em qualquer outro, e as pessoas sempre têm uma fé a mais, uma esperança a mais.

Possivelmente, ainda neste mês, nós lancemos um programa para a juventude brasileira, que não pode ser um programa do governo federal, deve ser um programa das assembleias legislativas de cada estado; deve ser um programa da câmara de vereadores de cada cidade, deve ser um programa de cada prefeito, de cada governador, de cada igreja, católica, evangélica; de cada entidade organizada da sociedade, porque não existe como resolver esse problema num passe de mágica. É preciso compromisso, solidariedade e muitas políticas públicas para que a gente possa recuperar nesses jovens o tempo perdido e para que a gente possa devolver a eles a auto-estima que jamais deveriam ter perdido. E, muitas vezes, a perda da auto-estima se dá em função dos maus exemplos que eles vêem na televisão, de autoridades que poderiam ser exemplos bons e que, muitas vezes, apresentam-se como exemplos negativos, fazendo com que essa menina não acredite mais em nada. Esse, para mim, é o grande desafio.

Eu digo sempre que, tão grave quanto o problema econômico do país, é a desagregação da estrutura da sociedade, a começar pela família, sobretudo pela perda dos valores que nós precisamos urgentemente começar a discutir, com muito carinho, para que a gente se respeite, dentro de casa. Porque, se não houver harmonia dentro de casa, não haverá harmonia na rua, não haverá harmonia na vila, não haverá na cidade, no estado e não haverá no país.



Eu quero terminar dizendo para vocês: se eu soubesse cantar – eu sou tão desafinado que com o Hino da Independência eu desafino, Governador – mas, se eu soubesse eu cantaria uma música que eu não sei cantar. Há muitos anos, fizeram uma música da Bahia, que era motivo de orgulho para nós, nordestinos, que falava “sou da Bahia, comigo não tem horário, não sou otário e você pode zombar”, não é isso? “Sou cabra macho, sou baiano toda hora, meio dia, duas horas, três e meia, o que que há? Cabeça grande é sinal de inteligência, agradeço a Providência ser cidadão baiano”.

Eu queria partilhar esse meu título de Cidadão do estado da Bahia, da Cidade de Salvador com muito mais orgulho, porque se é verdade que a Bahia era, na literatura de Gregório de Matos, conhecido como “Boca de Brasa”, grande pessoa do século XVII; do nosso querido contemporâneo João Ubaldo; do Castro Alves; do Rui Barbosa, que foi para a Inglaterra ensinar inglês; da Marta Rocha; do Jorge Amado; do Dorival Caymi; do João Gilberto; do Caetano Veloso; do Gilberto Gil; da Maria Bethânia; da Gal Costa; da Margareth Menezes; da Daniela Mercury; da Ivete Sangalo; do Carlinhos Brown; do Glauber Rocha; do Mário Cravo; do Caribé e tantos outros, da dona Canô, da Irmã Dulce, se a Bahia era de toda essa gente bonita, famosa e importante, que eu citei agora, eu queria dizer para vocês, sobretudo para aqueles que têm pouca esperança no Brasil, que se eu já tinha certeza absoluta de que iria fazer tudo aquilo que eu sonhei fazer na minha vida, com este país, sendo só cidadão pernambucano e brasileiro, imaginem agora, sendo cidadão pernambucano, baiano e brasileiro. Certamente, nós vamos fazer muito mais.

E se não conseguiram criar as dificuldades que imaginavam criar, no primeiro ano, agora que eu sou baiano, saiam da frente, porque nós vamos fazer muito por este país.

Muito obrigado, Sérgio Carneiro. Muito obrigado, Moema. Muito obrigado Câmara de Vereadores. Muito obrigado à Assembléia. Um grande abraço para vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de encerramento do seminário Agenda para o Desenvolvimento
Sustentável da Infra-Estrutura**

Brasília-DF, 08 de junho de 2004

Quando se encerra um encontro, sem que tenhamos participado desse encontro como um todo, nós ficamos preocupados com o que falar, porque não sabemos o que foi falado antes da nossa chegada, já que estive, praticamente, todo o governo aqui, pelo menos uma grande parte dos ministros veio fazer uma discussão com vocês. E essa tem sido, na verdade, uma prática do governo, de não se recusar a participar de nenhum encontro, de nenhum debate em que se discuta os interesses do nosso país.

Eu quero cumprimentar o meu amigo José Augusto Marques, presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base,

Quero cumprimentar o meu companheiro Alfredo Nascimento, ministro dos Transportes,

Minha querida companheira Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,

Meu companheiro Eunício Oliveira, ministro das Comunicações,

Meu companheiro Jaques Wagner, secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,

Meu companheiro Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional,

Meu companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades,

Quero cumprimentar os integrantes do conselho diretor da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base, Paulo Roberto Godoy, Eduardo José Bernini, Adilson Primo, João Carlos de Luca e Roberto de Azevedo Muller,

Quero cumprimentar meu companheiro Carlos Lessa, presidente do



BNDES,

Quero cumprimentar os representantes dos fundos de pensão, que eu tanto peço para que invistam um pouco mais em coisas novas que nós queremos construir no nosso país,

Meus amigos, minhas amigas,

Empresários e representantes do governo,

Todos que estão aqui sabem o que os últimos anos significaram para a nossa economia. Foi um período de baixo crescimento, em que o nosso parque industrial deixou de se expandir naquela alta intensidade que marcou, praticamente, meio século da nossa história.

Desde o final da Grande Depressão, que afetou profundamente a economia mundial no final dos anos 20 e início dos anos 30, as taxas de investimento no Brasil cresceram de maneira mais ou menos uniforme.

Esse crescimento foi vigoroso nos anos em que o Brasil ousou construir seu grande parque industrial, a partir da instalação da indústria de base. Assim foi com a CSN e a Vale do Rio Doce, nos anos 40, a Petrobrás, nos anos 50, os pólos industriais dos anos 60 e 70.

Quando não há crescimento, os setores industriais que os senhores e as senhoras representam são os primeiros, junto com os trabalhadores, a sofrer as conseqüências.

Sem a criação de novas fábricas, ou a expansão das existentes, não há encomendas de bens de capital, o que é evidenciado pela queda expressiva da participação dos investimentos em máquinas e equipamentos no PIB.

Durante a década de 70, esses investimentos foram, em média, de 8,4% do PIB, e caíram para 5,4% durante os anos 90.

Da mesma forma, a constante falta de crescimento levou a uma queda nos investimentos na nossa infra-estrutura. Grandes estradas, portos profundos, projetos de energia imponentes, tudo isso são obras antigas e



contam-se nos dedos os projetos realizados nestes últimos anos.

E o que impressiona é que, mesmo assim, os setores de infra-estrutura e da indústria de base conseguiram não só sobreviver, mas até evoluir, como nos casos da siderurgia e da petroquímica, por exemplo.

É essa resistência à adversidade e às más políticas do passado; é essa solidez já construída que não se deixa aniquilar; é essa imensa vontade de produzir, apesar das dificuldades – e as suas empresas dão provas cotidianas de tudo disso – que aumentam, e muito, a minha confiança de que o Brasil só pode dar certo.

O Brasil já voltou a crescer e nós estamos entrando, com o esforço de todos que querem mudar a nossa realidade, num novo ciclo histórico de desenvolvimento sustentado. Os dados da CNI, divulgados hoje, dão conta de um crescimento de 17,92% nas vendas industriais de abril de 2004, comparado a abril de 2003. Nos últimos 12 meses, o crescimento das vendas atingiram 13,6%.

Os senhores e as senhoras sabem muito bem que nós priorizamos o diálogo como método de governo e, por isso mesmo, temos construído estes consensos possíveis para fazer o nosso país superar impasses e caminhar, rapidamente, para a frente. Isso é um pouco do que nós fizemos, hoje, aqui, não apenas participando, mas recebendo as contribuições aprovadas neste seminário da ABDIB. Saibam que o nosso governo dá a maior importância a este seminário e ao papel que as empresas deste setor cumprem e, certamente, vão cumprir ainda mais, no desenvolvimento do Brasil.

Minhas amigas e meus amigos,

A política externa brasileira, neste quase um ano e meio de governo, conseguiu abrir e ampliar mercados para nossos produtos em, praticamente, todo o mundo.

Encontramos novas alternativas comerciais na África, no Oriente Médio, na China, além de termos aumentado a integração com nossos parceiros



tradicionais na América Latina, na América do Sul, na Europa e nos Estados Unidos.

O desempenho da nossa diplomacia, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de tantos empresários que acompanharam as missões internacionais deve ser visto como um sucesso e também como um desafio.

Sucesso, porque tem sido vitoriosa a nossa estratégia de aumentar pra valer a balança comercial, com um maior fluxo de vendas, gerando mais divisas para ajudar a financiar o crescimento e diminuir a vulnerabilidade externa do Brasil.

Desafio, porque precisamos aprofundar e levar a bom termo essa oportunidade histórica que todos nós estamos conquistando.

Para isso, não há outro caminho: precisamos investir muito mais em infra-estrutura e indústrias de base. Continuar aumentando cada vez mais as exportações requer que ampliemos nossas estradas, nossos portos e nossas frotas.

Meus amigos e minhas amigas,

Recuperamos a estabilidade econômica e ampliamos mercados, lá fora, para nossos produtos.

Dialogamos com amplos setores da sociedade e encaminhamos ao Congresso Nacional Projetos de Lei sobre as Parcerias Público-Privadas, o setor de energia elétrica, as agências reguladoras. Em breve, entregaremos também o Projeto de Lei que regulamenta o setor de saneamento.

Tais marcos regulatórios são de importância fundamental para os investidores que desejam se aliar aos projetos de longo prazo no Brasil.

Ao mesmo tempo, expandimos nossos investimentos dentro das possibilidades atuais do Estado brasileiro.

Em 2003, fechamos contratos de saneamento no valor total de R\$ 1 bilhão e 700 milhões de reais. Neste ano, o montante deve atingir 2 bilhões e



400 milhões de reais. É mais, em um só ano, do que se fez neste país desde 1995. Em 2002, os investimentos chegaram a apenas 262 milhões de reais.

O que estamos fazendo não beneficia apenas as empresas de saneamento, a indústria de base e a economia do país, vai beneficiar, sobretudo, a saúde e as condições de vida do nosso povo.

Considerando a soma dos investimentos em saneamento, habitação e a retomada das construções de hidrelétricas, a indústria do cimento, hoje muito ociosa, vai precisar expandir, e muito, sua capacidade de produção. Isso é apenas um exemplo de um setor da economia.

Lançamos também o Projeto de Recuperação da Malha Rodoviária, aportando novos recursos, depois de muita briga do ministro Alfredo Nascimento para que nós, além do dinheiro que tínhamos, colocássemos mais 700 milhões de reais, visando recuperar aproximadamente 11 mil de quilômetros de rodovias. E pretendemos, este ano, recuperar definitivamente, aproximadamente sete mil e 800 quilômetros de estradas. E, quem sabe, em alguns anos, recuperaremos todas as estradas brasileiras que estavam, praticamente, abandonadas.

A modernização dos nossos portos e a criação dos corredores multimodais, integrando rodovias, ferrovias e hidrovias, está sendo enfrentada pelo governo, o que em breve possibilitará melhores condições de competitividade à nossa produção agroindustrial, com redução de custos de exportação dos nossos produtos.

O BNDES, toda vez que tem muito dinheiro para emprestar, está apoiando vários projetos da indústria de base. É o caso da expansão da siderúrgica de Tubarão. Ao mesmo tempo, já há entendimentos avançados para desenvolver pólos siderúrgicos no estado do Maranhão, Ceará e Rio de Janeiro. A Açominas também está preparando sua expansão junto com outras empresas siderúrgicas do Brasil.

Nós, numa reunião que tivemos com as entidades representativas do



setor siderúrgico, recebemos as informações do investimento de 7,4 bilhões de dólares nos próximos cinco anos, no nosso país.

Se considerados os projetos em estudo nas regiões Norte e Nordeste do país, o total de investimento na atividade se elevará para 10 bilhões e 400 milhões de dólares.

Todos esses investimentos aumentarão a capacidade instalada em 30%, permitindo que a produção salte de 34 milhões de toneladas de aço ao ano para 44 milhões de toneladas ao ano.

Na área da indústria petroquímica, estamos investindo no projeto Rio Polímeros, em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, que deve começar a produzir até o início de 2005.

Utilizando gás como matéria-prima, e não petróleo, esse pólo de produção é um exemplo dos novos rumos nesse ramo da indústria.

O crescimento espetacular da nossa produção graneleira também está motivando a indústria petroquímica, na medida em que faz aumentar a demanda por defensivos e fertilizantes.

A região Centro-Oeste, que já vive um forte desenvolvimento com a agroindústria, já está sendo estudada, com muito carinho, para ser um pólo também da indústria química.

Nossa indústria de bens de capital, que é capaz de exportar turbinas para a maior usina hidrelétrica do mundo, a de Três Gargantas, na China, tem um potencial enorme.

Ela é, ao lado da indústria farmacêutica, de software e de semicondutores, área estratégica da nossa política industrial, anunciada em março pelo Ministério do Desenvolvimento. E vocês sabem que essa já é uma grande diferença: o Brasil voltou a não ter vergonha de dizer que tem política industrial, o que foi proibido durante muitos anos no nosso país.

Isso envolve recursos de mais de 15 bilhões de reais, até 2007, e inclui iniciativas como a isenção do IPI para bens de capital sob encomenda, o que já



está ocorrendo, e a abertura de novas linhas de financiamento.

A Petrobrás aposta também na indústria nacional de bens de capital. Ela já anunciou que, até o ano 2010, irá fazer investimentos de mais de 53 bilhões de dólares. No ano passado, a empresa decidiu que iria contratar, no Brasil, pelo menos 65% do valor de seus investimentos. Com o novo planejamento estratégico, anunciado em abril, esta meta deve ser elevada.

Isto significa que caldeiras, maquinarias, tubulações, plataformas e navios serão construídos no Brasil, por trabalhadores brasileiros. Até 2010, as medidas devem gerar 200 mil novos empregos, diretos e indiretos, no Brasil.

A prova de que nosso planejamento se transforma em ação e já está estimulando a indústria de base é a escolha de um consórcio brasileiro para a construção e a integração da P-51 em três municípios do Rio de Janeiro.

Todos se lembram que essa é uma gigantesca plataforma encomendada pela Petrobrás. Assumi, durante a campanha presidencial, o compromisso de que a indústria nacional teria a preferência na construção desta e de outras plataformas da Petrobrás. Alguns, na época, fizeram críticas dizendo que nós, brasileiros, não teríamos capacidade tecnológica, que os nossos estaleiros não teriam competência para fazer tal obra. Estavam redondamente enganados.

O resultado está aí para todos verem: pela primeira vez na história, uma plataforma desse tipo será construída na América Latina. O casco em aço será construído pela Nuclep, de Itaguaí, e a montagem e a integração da plataforma serão feitas nos estaleiros Brasfels, de Angra dos Reis, e Setal, de Niterói.

Somando outros contratos necessários para a construção da P-51, o valor das compras no Brasil ultrapassará os 744 milhões de dólares. Com isso, serão gerados aproximadamente 4.800 empregos diretos.

Nossa indústria naval também já está retomando suas atividades em outras frentes. Em 2003, estavam sendo construídos no Brasil 19 cascos *offshore*, empregando 50 mil pessoas.

O ritmo continua, este ano: a Transpetro tem interesse de contratar



novos 22 navios, e há sinais de que o setor de navegação de cabotagem fará encomendas. O BNDES já tem estudado com muito carinho, já tem recebido consultas e, certamente, o Lessa meterá a mão no bolso para financiar esse setor tão importante da indústria nacional.

Nosso programa de incentivo às fontes alternativas de energia, o Proinfa, e eu me lembro bem quando a companheira Dilma anunciou, no Palácio do Planalto, o Proinfa, alguns amigos estavam meio desacreditados, e não só foi um sucesso extraordinário, como nós anunciávamos, a contratação de 3.300 megawatts e apareceram compradores para 6.600 megawatts. Nada mais que o dobro daquilo que nos propusemos a contratar inicialmente. São 1.100 pequenas centrais hidrelétricas, 1.100 de biomassa e 1.100 de energia eólica.

Em dois anos e meio, os investimentos serão da ordem de 8 bilhões e 600 milhões de reais, gerando aquilo que nós mais queremos gerar, 150 mil empregos diretos e indiretos.

Também é importante ressaltar os avanços conquistados na área de licenciamento ambiental. Hoje, os métodos aplicados na hora de expedir as licenças para a construção de grandes obras de infra-estrutura, como represas ou rodovias, são muito mais racionais.

Estamos mudando a legislação e aumentando significativamente o corpo de técnicos do Ibama para impedir que volte a acontecer no Brasil o que acontecia até há pouco tempo: o Estado liberava uma concessão a uma empresa e depois ele mesmo negava a licença ambiental para a obra.

Este é um exemplo muito concreto de eficiência administrativa, de racionalidade, de como podemos, com diálogo, mas com firmeza, evitar prejuízos absurdos, tanto para os investidores quanto para o meio ambiente.

Muita gente se queixa do Ibama, mas o que as pessoas não podem se esquecer, nunca, é que o Ibama cumpre a legislação existente. E essa legislação não é de hoje, ela já tem alguns anos. Portanto, nós queremos, e



sabe a companheira Dilma, sabe o ministro dos Transportes, o ministro Ciro Gomes, o ministro das Cidades, a ministra do Meio Ambiente, o Ibama, o Ministério Público, que nós faremos tantas quantas mesas redondas forem necessárias para que a gente possa evitar que, muitas vezes, o Ibama estadual dê uma licença e o federal não dê; ou, o federal dê a licença, o Ministério Público entre com uma ação e embargue a obra. Cada ministro tem uma relação de todas as pendências e nós esperamos, numa mesa de negociação, resolver todos esses problemas o mais rápido possível, porque o Brasil não pode esperar.

Se nós continuarmos a crescer do jeito que estamos crescendo no nosso mercado externo, nós não teremos como exportar tudo que estamos sendo capazes de produzir, porque nós precisamos investir nos nossos portos, nas nossas ferrovias, nas nossas rodovias. E isso, vocês sabem que precisa de um tempo extraordinário. Por isso criamos uma espécie de palavra mágica chamada “transversalidade”, ou seja, o envolvimento de todos os ministros e de todos os setores envolvidos num projeto para que, simultaneamente, e concomitantemente, quando a gente tiver o projeto pronto, a gente já tenha o licenciamento prévio e outras obrigações do governo mais ou menos resolvidas.

Nós não faremos o que, habitualmente, se faz neste país: um político, para não dizer “não” a um empresário ou investidor, promete a ele que vai ver tal projeto de uma hidrelétrica, tal projeto de uma estrada, tal projeto de uma ferrovia.

Depois que tomei posse, encontrei empresários com projetos parados há 14 anos, quando o governo sabia que era muito mais fácil ter dito, no primeiro ano, que aquela obra não poderia ser concluída, porque não cumpria nenhuma exigência legal, porque o lugar em que ela ia ser feita não permitia. É mais fácil dizer: “não, volta amanhã, estamos estudando, estamos pensando.” E isso vai sendo empurrado com a barriga, quando o papel do governo é dizer “sim” ou



“não” o mais rápido possível, até porque quem perde não é o governo, quem perde é a sociedade brasileira e o Brasil.

Por isso, eu quero terminar dizendo a vocês que tenham certeza de que todas as propostas e contribuições da ABDIB, que vocês aqui tão bem discutiram e apresentaram, serão seriamente consideradas pelo nosso governo. Os senhores pensam e agem com grandeza. É disso que o Brasil precisa. Nós estamos juntos nesta empreitada histórica de fazer com que o Brasil não fique como um marca-passos, ou seja, cresce em um ano, diminui no outro ano; investe em um ano, não investe no outro ano; nós precisamos não apenas de crescimento sustentável, mas de investimento sustentável. É preciso que todos os brasileiros e brasileiras comecem a acordar cedo neste país, tendo consciência do que vai acontecer a cada mês e a cada ano no Brasil.

Eu estou convencido que não há, neste momento histórico do Brasil, nenhum momento para nenhum empresário e para ninguém do governo duvidar do que pode acontecer no nosso país. Ninguém, em primeiro lugar, já teve qualquer recusa do governo para conversar sobre qualquer assunto. E quero, aqui, fazer justiça. O governo também nunca teve, todas as vezes que tentou fazer contato com os empresários ou reuniões, nenhuma recusa dos empresários em discutir todo e qualquer assunto.

O que vocês desejam é o que nós desejamos. Vocês querem regras claras, nós também queremos regras claras. Por quê? Porque este país, durante alguns anos, foi visto pela opinião pública como um país que privilegiava os cemitérios de obras que começavam e nunca terminavam. Quem viaja o Brasil, cansou de ver estradas começadas e não acabadas, ferrovias começadas e não acabadas, hidrelétricas começadas e não acabadas, máquinas paralisadas em estradas por vários e vários anos, numa total irresponsabilidade. O governo fingia que pagava, vocês fingiam que faziam, todo mundo enganava todo mundo e as coisas não aconteciam. Por



isso, as regras têm que ser claras. Ao assinar um contrato, todo mundo tem que saber o que vai acontecer no primeiro dia, no meio do contrato e no final do contrato. Com essa certeza, estaremos convencendo vocês a fazer os investimentos. E com essa clareza, vocês terão a certeza que o governo não vai brincar de contratar. O governo vai levar a sério, não apenas o seu contrato, mas a execução desse contrato, porque nós não podemos mais ficar apenas fazendo obras em época de eleição.

O Brasil depende de vocês, o Brasil depende do otimismo que nós conseguirmos passar durante todo o nosso dia, durante todo o ano para o povo brasileiro, e eu não tenho dúvida nenhuma de que vocês serão parte contribuinte deste país extraordinário que, na minha opinião, não pode perder mais essa chance excepcional que se apresenta à nossa frente. Nós estamos pensando não apenas no Brasil, nós estamos pensando em outros países vizinhos que, com um pouco também de infra-estrutura, podem dar um salto de qualidade e voltar a ser países muito mais parceiros do Brasil do que eles foram até hoje.

É com essa, não mania de grandeza, é com essa certeza de que o Brasil não tem volta e que o Brasil vai em frente, que eu quero me despedir, dizendo que conto com vocês para que a gente realize o sonho de vocês, o sonho do governo e o sonho do povo brasileiro.

Muito obrigado e boa sorte.

rss/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de assinatura de contratos do programa Luz para Todos**

Brasília-DF, 09 de junho de 2004

Vice-presidente da República, José Alencar,
Minha querida companheira ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff,
Minha querida companheira Marisa,
Meu caro companheiro ministro Humberto Costa, da Saúde,
Meu caro companheiro Jaques Wagner, secretário especial do Conselho
de Desenvolvimento,
Meu caro Antonio Castilho, do assentamento Inhaumas,
Meu querido companheiro César Alvarez, ministro interino chefe da
Secretaria-Geral da Presidência da República,
Meu caro amigo Lúcio Alcântara, governador do estado do Ceará,
Meu caro Jorge Viana, governador do estado do Acre,
Meu caro Flamarion Portela, governador do estado de Roraima,
Meu caro Waldez Góes, governador do estado do Amapá,
Meu caro Ivo Cassol, governador do estado de Rondônia,
Meu caro Eraldo Tinoco, vice-governador do estado da Bahia,
Meu caro senador pelo estado do Amapá, João Capiberibe,
Minha querida companheira Ana Júlia,
Minha querida companheira Fátima Cleide, senadora da República,
Meu querido companheiro deputado Arnon Bezerra,
Deputado Fernando Ferro,
Deputado Zé Geraldo,
Deputado Luciano Castro,
Deputado Paulo Rocha,
Deputado Eduardo Valverde,



Meu caro Silas Cavalcante, presidente da Eletrobrás,
Meus caros representantes das empresas concessionárias,
Meus caros amigos, trabalhadores e trabalhadoras que serão
beneficiários dessa primeira fase da implantação do Programa,
Meus companheiros e minhas companheiras,

O Djalma Moraes se comprometeu a trazer, aqui, um senhor, Dom Preto, que tem 105 anos de idade. Esse senhor não veio para cá, porque ficou com medo de subir no avião. Ele que nasceu em 1899 e que atravessou um século da sua vida sem ter luz elétrica, com 105 anos ele vai ser um dos brasileiros beneficiados com esse programa Luz para Todos.

Eu espero, meu caro Djalma, independentemente do lançamento da outra fase do Programa, que você vai trazê-lo aqui, porque não é todo dia que a gente recebe uma pessoa de 105 anos de idade. E isso é para fazer inveja ao nosso ministro da Saúde. É preciso, Humberto, pesquisar o que ele come, que água ele bebe e o que ele faz, porque você percebe que é uma pessoa pobre, que mora num lugar que ainda não tem energia elétrica, por isso ele não participa e não vê algumas coisas que nós, mortais, aos 70, assistimos. Quem sabe na formação genética desse cidadão esteja a cura para muitos males e para aumentar a nossa longevidade, porque nós não queremos ir embora tão cedo daqui. Por isso Djalma, eu estarei aguardando. Quando você puder trazê-lo, será uma alegria recebê-lo aqui.

É importante lembrar que a Dilma, emocionada e alegre pelo sucesso do Programa, esqueceu de falar. É que cada família inscrita nos programas sociais federais, que forem atingidas pelo programa Luz para Todos, irá receber um kit de graça: duas tomadas, três lâmpadas e um medidor. Portanto, essa pessoa vai começar com o pé direito, recebendo a luz na sua casa.

Eu acredito que o nosso companheiro que fez uso da palavra, companheiro Antonio Castilho, ele demonstrou, na sua fala, uma emoção que



eu não sei se todos os brasileiros ou brasileiras que nasceram sob a claridade de uma luz, sentem o que esse homem sentiu ou o que está sentindo, porque nós que moramos nas grandes cidades com luz elétrica, só sentimos e só damos valor à energia quando falta luz na nossa casa, num dia em que não era para faltar. Aí a gente se dá conta de que a gente não paga tanto como a gente reclama que paga; a gente se dá conta de que a luz é um dos benefícios extraordinários que nós conquistamos ao longo de tantos anos, e a gente pára um pouco de reclamar. Mas quando volta a luz, 10 minutos depois, a gente está reclamando tudo outra vez, porque esqueceu o benefício que significa a energia elétrica, não apenas para a nossa vida cotidiana, mas para o desenvolvimento do Brasil.

Eu me lembro que nós estávamos na Amazônia, na caravana, em 1993, e nós paramos numa comunidade chamada “Comunidade São Benedito”. Era uma comunidade não sei se de quilombolas, e as pessoas desciam praticamente 36 degraus para pegar um balde de água no rio. E ao subirmos as escadarias e visitar essa comunidade, nós descobrimos que a comunidade tinha um poço artesiano. E esse poço artesiano tinha uma bomba. E como o líder da comunidade foi candidato a vereador por um partido que não era o do prefeito, a bomba enguiçou e o prefeito então resolveu não consertá-la mais. As pessoas ficaram sem água durante vários meses, até que o meu assessor, o companheiro Ricardo Kotscho, fez uma vaquinha no barco, e todo mundo que estava no barco, na caravana – não sei se tem alguém aqui que estava no barco – teve que dar a sua parcela em dinheiro. A gente mandou comprar uma bomba e fizemos funcionar aquele poço.

Eu acho que esse Programa tem o conteúdo social dos mais extraordinários programas já lançados no Brasil. Imaginem o que é uma pessoa que tem 50, 60, 40 anos vivendo na base do candeeiro ou na base da vela. A dificuldade que tem a dona de casa para fazer a comida, para servir a comida, para levantar de madrugada, para costurar uma roupa, para cuidar de



um filho; imaginem agora essa pessoa, de repente, apertar um botão e perceber que ela está enxergando 500 vezes mais as coisas que, certamente, à noite, ela não via.

Eu me lembro de uma tia minha, na cidade de Caetés, em 1983, quando o governador Arraes fez um sistema de eletrificação na região em que moravam os meus parentes. Eu me lembro que a minha tia, quando acendeu a luz, ela correu da cozinha, porque não aguentou a claridade. E saiu gritando que ia ficar cega. E vem depois a possibilidade de trabalhar, a possibilidade de fazer com que os seus produtos possam ser transformados, industrializados com coisas simples, que a energia elétrica pode permitir.

Portanto, eu quero dizer à companheira Dilma, dizer aos seus técnicos, dizer aos companheiros da Eletrobrás, dizer a todo o pessoal do Ministério de Minas e Energia, dizer aos empresários do setor e dizer aos futuros consumidores de energia do nosso país que, certamente, a Dilma, dentre as coisas que marcaram a vida dela, e são muitas, certamente este programa Luz para Todos marcará, significativamente, a vida dela na história política deste país, porque é um programa excepcional, de um valor extraordinário.

Vai facilitar, Humberto Costa, até o trabalho dos agentes de saúde por este país afora, que não vão ter mais medo de chegar a um lugar, por mais longínquo que seja. Então, eu quero te parabenizar Dilma, que isso te faça trabalhar mais e ter novos planos.

Eu não sei se vocês perceberam que eu tenho motivos para estar alegre, mas eu tenho motivos para estar alegre por duas razões. Primeiro, pelo lançamento deste Programa. Segundo, porque a maré e o vento estão muito favoráveis neste momento.

Eu sempre digo que muita gente faz julgamentos precipitados ou faz avaliações precipitadas das coisas, e as pessoas não esperam que as coisas aconteçam para a gente poder medir se valeu a pena ou não traçarmos tal caminho.



Eu quero dizer para vocês o que eu disse na ABDIB ontem à noite: eu não tenho dúvida nenhuma que a economia brasileira, entrou, definitivamente, na rota do crescimento. Possivelmente ainda tenhamos muitas coisas para fazer e, certamente, sempre teremos coisas para fazer. E quanto mais fizermos mais teremos para fazer, mas o desafio que estava colocado para nós era a garantia de que o Brasil tivesse, não uma bolha de crescimento eventual, onde você pode crescer um pouco e depois cai, depois cresce e depois cai, como se fosse um daqueles aparelhos de medir as batidas do coração de um doente.

Nós queremos dar sustentabilidade à política de crescimento deste país, para que ela venha crescendo até se firmar num patamar histórico do nosso Brasil, para que a gente possa, então, ficar discutindo outras coisas, porque o crescimento econômico estará garantido e nós sabemos que este crescimento depende muito da capacidade de investimento do estado brasileiro.

Mas também todos vocês sabem que ao longo dos anos, o Estado brasileiro veio perdendo sua capacidade de investimento, daí porque nós resolvemos ousar e apostar na parceria com o empresariado, para que movido e motivado por regras muito claras, que nós colocamos no PPP, estejam motivados a fazer os investimentos de que o Brasil precisa e onde muitos podem contribuir.

Essa parceria que nós estamos vendo, aqui, é um exemplo de como a gente pode andar a passos muito mais rápidos. Na hora em que o Congresso Nacional aprovar o PPP; aprovar o Marco Regulatório do Saneamento Básico; aprovar a questão da Lei de Falências; aprovar as mudanças que estamos fazendo na área da construção civil para que o sistema financeiro possa financiar casas para setores médios da sociedade; certamente nós daremos um passo extraordinário.

Eu não tenho dúvida de que o Congresso Nacional irá contribuir, como até agora contribuiu. E eu tenho dito isso porque acho que os projetos que estão no Congresso Nacional, não são projetos do governo, não são projetos



do presidente Lula, são projetos que interessam a 176 milhões de brasileiros e que não podem, em nenhum momento, ter dificuldades por problemas menores.

Eu acho que tem tempo da divergência política, tem tempo da disputa das eleições, tem tempo dos discursos ideológicos, tem tempo de se fazer um monte de coisa, mas tem um tempo em que todos nós precisamos parar e pensar no que é melhor para o nosso país, ou seja, o que significa se a gente não fizer o que tem que ser feito no momento certo da história brasileira?

Foi com muita alegria que ontem eu recebi o João Paulo Cunha, presidente da Câmara, e o presidente Sarney, sugerindo e propondo – e eu acatei a idéia como extraordinária – que ao invés dos deputados e senadores terem recesso em julho, que trabalhemos o mês de julho por auto-convocação do próprio Congresso Nacional e que esse recesso possa ficar para o mês de agosto.

Eu sei que tem campanha eleitoral, eu sei que ela é importante, mas eu diria que mais importante do que qualquer coisa, é a gente aprovar essas leis que mudam estruturalmente a base de investimento no nosso país.

Por isso eu estou torcendo, estou otimista, e quero pedir a ajuda de todos para que a gente não deixe o país sofrer por conta de problemas menores que poderão atrasar muito o desenvolvimento.

Depois de aprovar o PPP, alguns ministros meus vão viajar a alguns países que eu considero importantes, para mostrar claramente as regras que estão estabelecidas no Brasil, para que a gente possa receber ou quem sabe incentivar a empresa privada nacional para que acredite, em primeiro lugar que o governo está acreditando e, portanto, assuma a responsabilidade de também colocar o seu potencial de investimento em prática para gerar essas coisas que vocês viram aqui.

Não é pouco o que foi assinado hoje, falta muito, ainda, é verdade, mas eu penso que vocês tiveram uma pequena demonstração do que pode gerar de



empregos, do que pode significar de distribuição de renda e o mais importante, o que pode trazer de benefícios para o povo brasileiro.

Por isso, eu que tinha um discurso, aqui, não vou fazê-lo, porque acho que a Dilma explicou com detalhes o nosso Programa, Eu quero dizer para vocês que são coisas como essas que me fazem acreditar cada vez mais.

Hoje pela manhã chamei a Dilma na minha sala e falei: Dilma, nós já lançamos o programa Luz para Todos em novembro, o que nós vamos lançar agora? Ela falou: “Presidente, agora nós vamos concretizar o lançamento do Programa, porque entre lançar o Programa, prepará-lo e fazer os acordos com os estados, com as empresas, fazer os contratos, leva um tempo.”

O que nós fizemos, hoje, foi dizer para vocês: as máquinas começam a funcionar, os buracos serão cavados, os postes e os fios serão colocados e, logo, logo, as pessoas mais pobres deste país poderão receber um benefício que foi inventado há muito tempo por Thomas Edison.

Meus parabéns Dilma, meus parabéns aos empresários e meus parabéns às comunidades que são beneficiadas.

/rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do Projeto Pixinguinha**

Brasília-DF, 09 de junho de 2004

Meu querido companheiro José Alencar, vice-presidente da República,
Meu querido companheiro João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos
Deputados,

Meu querido companheiro Gilberto Gil, ministro de Estado da Cultura,

Meu querido companheiro José Eduardo Dutra, presidente da Petrobrás,

Meu querido companheiro Grassi, presidente da Funarte,

Minha querida companheira Marisa,

Meu caro governador Flamarion, governador do estado de Roraima,

Minha querida Kátia, presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, nossa
querida prefeita de Alagoas,

Companheiros prefeitos que estão aí,

Secretários de Cultura dos estados,

Meus companheiros e companheiras artistas do nosso querido Brasil,

Meu querido Wagner Tiso, que está quietinho ali, no seu canto,

Hoje, até a chamada Imprensa que manda na República está presente
aqui. Isso, por conta de vocês.

Uma das prioridades de meu governo, e eu sempre faço questão de
afirmar isso, tem sido retomar os bons projetos públicos já existentes, que por
alguma razão tenham sido interrompidos ou estejam inacabados. E nós
queremos reiniciá-los ou concluí-los.

O nosso único critério tem sido o interesse público. Se o projeto é bom,
não importa quem teve a idéia, não importa quem o começou. O interesse
público não pode ter cor partidária, nem pode estar ligado a nomes. O que



importa é o benefício que o projeto vai trazer para a nossa população. Tem sido assim em vários setores: nas ferrovias, nas hidrelétricas, nas pontes, na educação. E não poderia deixar de ser diferente, quando se trata da cultura brasileira.

Esta solenidade marca o relançamento do Pixinguinha, o mais importante e mais bem-sucedido projeto público de difusão musical do nosso país. O projeto Pixinguinha renasce através do Ministério da Cultura, da Funarte e com o renovado patrocínio da nossa querida filha mais rica, a Petrobrás.

Responsável pelo lançamento ou pela difusão nacional de grandes nomes da música popular brasileira, o Pixinguinha começou em 1977 e foi abruptamente interrompido quando completava 20 anos, exatamente no ano do centenário de nascimento do seu patrono.

Ainda em 2004, o Pixinguinha levará cerca de 40 artistas, entre consagrados, emergentes e novatos, a 27 capitais e mais 12 cidades do interior do país. Noventa e três shows e 84 músicos acompanhantes. Eu espero que atinja um número extraordinário de brasileiros que, por razões, eu diria, até econômicas, estão muitas vezes proibidos de assistir shows em casas de cultura, no nosso país. Por isso, é importante lembrar que nós vamos cumprir os compromissos assumidos por outros governos e realizar os shows de 14 artistas que estavam contratados quando Pixinguinha foi interrompido. Portanto, a luta continua, e mesmo depois de tantos anos parado, nós vamos cumprir os contratos. Quem sabe a Funarte leve em conta que, de 1977 até agora, houve mudanças na economia e que os valores precisam ser mais ou menos corrigidos porque, se não tomar cuidado, é capaz de a Funarte querer pagar o preço contratado à época, sem nenhuma correção.

Alfredo da Rocha Viana Júnior, o Pixinguinha, é o pai da música brasileira. Flautista virtuoso e compositor genial, foi também maestro e arranjador. Ao misturar a música de Ernesto Nazareh, Chiquinha Gonzaga e



dos primeiros chorões com ritmos africanos, estilos europeus e a música negra americana, ele fez surgir um estilo genuinamente brasileiro. Ninguém melhor do que ele, portanto, para dar nome a este projeto.

Através do Pixinguinha, estamos ampliando as condições de acesso da população à produção cultural de qualidade. Além de divulgar músicos consagrados e novos, muitos deles ausentes da grande mídia, às vezes, por critérios não artísticos, o Pixinguinha atende a um público que não tem condições de comprar ingressos nas casas de espetáculo do nosso país. Estamos propiciando a regionalização de shows de qualidade em cidades que raramente receberiam artistas consagrados. Estamos estimulando o intercâmbio regional, na medida em que artistas locais ganham a chance de se apresentar nas capitais.

Estamos, também, fortalecendo o Sistema Nacional de Cultura através do estímulo à efetivação de parcerias com as Secretarias Estaduais de Cultura e, também, com as Secretarias Municipais de Culturas.

Meus companheiros,

Minhas companheiras,

Meus amigos e minhas amigas,

Todos sabem que a prioridade número um do nosso governo é a conquista do desenvolvimento sustentável, que leva à geração de empregos e à inclusão social. É para esse objetivo maior que convergem todo nosso pensamento e todas as nossas ações. Alguns imaginam, de forma errada, que a cultura não faz parte dessa complexa equação. Em nossos dias, ao mesmo tempo em que precisamos, cada vez mais, nos integrar ao mundo, devemos fortalecer também a nossa identidade, a nossa diferença, os nossos valores. São exatamente eles que constituem os principais instrumentos de nossa inserção soberana no mundo.

Ao estimular a divulgação da música genuinamente brasileira, além de contribuir para a formação de novos mercados para a produção cultural,



através da ação do Estado, o governo fortalece o que temos de mais precioso, que é a nossa identidade, é a cultura nacional. É exatamente isso que significa o projeto Pixinguinha.

Eu quero dizer ao companheiro Gilberto Gil, nosso querido ministro da Cultura, e a toda sua equipe: eu sei que essas coisas são resultado de trabalho de equipe; eu sei do sacrifício que vocês fizeram no primeiro ano de governo; eu sei o quanto foi difícil trabalhar com pouco dinheiro; eu sei o quanto foi difícil arrumar a casa; eu sei o quanto foi difícil contratar algumas pessoas que eram extremamente necessárias, montar uma equipe para dirigir o Ministério da Cultura. E eu sei o quanto o nosso companheiro Gilberto Gil precisava provar, não para os artistas brasileiros, mas para a sociedade brasileira, que o Ministério da Cultura tinha, senão pela primeira vez, mas tinha um ministro que não falava de cultura apenas porque conhecia academicamente a questão da cultura, ou porque pensava a cultura apenas do ponto de vista da sua sabedoria intelectual. Pela primeira vez a gente tem um ministro da Cultura que é a síntese da cara cultural deste país, um ministro que não tem que provar que entende de cultura, um ministro que não tem que provar que tem compromisso com a cultura, um ministro que tem que ter apenas a paciência de deixar as coisas irem acontecendo, de acordo com o tempo que as coisas têm que acontecer.

Toda vez que a gente tenta apressar para que alguma coisa aconteça, nós acabamos evitando que essa coisa aconteça. Há sempre um tempo de maturação. E eu acho que o Ministério da Cultura está, hoje, no seu momento mais importante para justificar a sua existência no nosso país e para mostrar que o Gilberto Gil não foi escolhido ministro da Cultura para ser mais um ministro da Cultura. Eu tenho certeza, meu querido Gilberto Gil, que o tempo vai se encarregar de fazer com que todos nós – teus amigos, teus companheiros, mas também os inimigos, porque os temos, às vezes não tão transparentes como os amigos, mas os temos – quando terminar a sua gestão



no ministério da Cultura, ninguém vai dizer: “o Gilberto Gil foi ministro da Cultura.” As pessoas vão dizer: “o Gilberto Gil foi o ministro da Cultura do nosso país.”

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês.

rss/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de anúncio do programa Importa Fácil Ciência**

Brasília-DF, 11 de junho de 2004

Meu querido companheiro José Alencar, vice-presidente da República,
Meu querido companheiro Eduardo Campos, ministro da Ciência e
Tecnologia,

Meu companheiro Eunício Oliveira, ministro das Comunicações,

Meu companheiro César Alvarez, ministro-chefe interino da Secretaria-
Geral da Presidência da República,

Meu querido companheiro secretário especial do Conselho de
Desenvolvimento Econômico e Social, Jaques Wagner,

Meu caro João Henrique, presidente dos Correios,

Meus companheiros parlamentares,

Cientistas presentes neste ato,

Meus amigos e minhas amigas,

Eu penso que o Eunício e o Eduardo Campos já disseram parte das
coisas que eu iria apenas repetir aqui. Eu acho que assinar essa Medida
Provisória é dar cumprimento a compromissos históricos que muitos de nós
assumimos, ao longo dos últimos 20 anos, no país.

Certamente, gostaríamos de poder fazer tudo de uma única vez, mas
você, mais do que ninguém, como cientistas e pesquisadores, sabem que as
coisas, muitas vezes, demoram mais do que seria preciso. Mas, de qualquer
forma, nós estamos assumindo alguns compromissos e tornando outros
realidade. E a orientação para todo o governo é de que, em se tratando de
ciência, de pesquisa, a gente não pode brincar, porque o Brasil não pode
continuar sendo exportador de produtos *in natura*, o Brasil precisa exportar



produtos de ponta, exportar conhecimento, e é isso que vai permitir que a gente tenha, definitivamente, um crescimento sustentável na nossa relação comercial com o restante do mundo.

Mas eu queria dizer algumas coisas a todos vocês. Primeiro, que nós estamos ampliando os investimentos totais em ciência e tecnologia, de 24 bilhões e 400 milhões de reais, no período de 2000 a 2003, para 37 bilhões e 600 milhões de reais, entre 2004 e 2007. Esses números não representam tudo aquilo que a gente sonha fazer, mas representa 54%, apenas nesse primeiro mandato.

Recentemente, assinamos a Medida Provisória de criação do Conselho Nacional e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. E também o novo Projeto de Lei de Inovação Tecnológica, enviada ao Congresso Nacional para tramitação em regime de urgência.

Na verdade, o que nós estamos fazendo é tentar recuperar um pouco o tempo perdido porque, no Brasil, durante muito tempo, se discutiu se nós deveríamos ter ou não política industrial. E nós entendemos que, mais do que qualquer outro país do mundo, o Brasil precisa ter uma política industrial definida e, sobretudo, ter agilidade para que as coisas aconteçam.

Nós estamos criando uma sala de situação para não apenas cuidar daqueles que querem fazer investimentos internamente, mas para aqueles, de fora, que querem fazer investimentos e que, muitas vezes, vêm ao Brasil, passam semanas, meses, andando de sala para sala, de ministério para ministério, de instituição para instituição e depois de longas viagens, depois de um longo período, essas pessoas vão embora sem saber direito se podem ou não fazer investimentos.

Nós estamos criando uma sala de situação, em que qualquer um deles, ao chegar ao Brasil, ou mesmo um investidor brasileiro, vai ter conhecimento de todas as possibilidades que o Estado vai lhe oferecer e o próprio Estado vai tratar de desobstruir os problemas que, muitas vezes, a burocracia, que não é



uma coisa nova no nosso país, não deixa acontecer.

Eu fui a um congresso, esses dias, da Abdib, e eu dizia que se vocês analisarem, o papel do Estado é muito interessante, porque o mesmo Estado que autoriza a construção de um determinado projeto é o mesmo Estado que depois nega uma licença prévia do Ibama para aquele projeto acontecer. Ou seja, é o Estado trabalhando contra o Estado; é o Estado travando o Estado. E essa sala de situação vai permitir que todos os órgãos, sejam de primeiro escalão do ministério, seja das instituições da Receita Federal, BNDES, estejam todos numa única sala, em que a gente possa fazer com que a pessoa que veio procurar o Brasil para fazer investimentos, saia com a fotografia geral dos problemas e também com a fotografia, de preferência, revelada das soluções desses problemas.

Isso significa o quê? Significa que é o Estado retomando o seu papel de formulador de uma política industrial e criando as condições para desobstruir os canais e cortar as amarras históricas entre a produção científica pública e os interesses e os investimentos da iniciativa privada.

No mundo contemporâneo, mais do que antes, o desenvolvimento sustentável e a inclusão social passam pelo conhecimento e pela inovação tecnológica. O nosso governo continuará a fazer o que for necessário para criar as condições favoráveis ao desenvolvimento científico e tecnológico. Esta Medida Provisória que acabei de assinar é uma demonstração de que nós estamos levando muito a sério a questão da ciência e da tecnologia no Brasil.

Eu quero terminar fazendo um apelo aos cientistas, aos representantes de entidades que trabalham com a ciência no Brasil: que vocês não tenham nenhuma preocupação em cobrar do nosso governo, até porque eu sou daqueles que acredita que o governo será muito mais ágil, será muito mais produtivo e será muito mais competente se ele tiver ao lado dele uma sociedade mais politizada e mais exigente daquilo que são as necessidades do País.



Houve um tempo em que os cientistas no Brasil se reuniam, na SBPC, faziam possivelmente os melhores documentos que este país já produziu, as maiores demandas que a ciência brasileira já conseguiu fazer e, depois, não tinham para quem entregar, não tinha interlocução. Eu quero que vocês saibam que neste governo, ninguém quer saber qual é o pensamento religioso de cada um de vocês, qual é o pensamento político de cada um de vocês, qual é o time de futebol para que vocês torcem. O que nós queremos saber é que vocês são cientistas brasileiros, pesquisadores brasileiros e que estão dispostos a contribuir com o desenvolvimento do nosso país. E podem cobrar, que estaremos à disposição para trabalharmos juntos com os cientistas brasileiros.

Boa sorte e muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura da 11ª Unctad**

São Paulo-SP, 14 de junho de 2004

Senhor Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas,
Senhor Thaksin Shinawatra, primeiro-ministro da Tailândia,
Senhor João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,
Senhor Julian Hunte, presidente da Assembléia Geral das Nações
Unidas,

Embaixador Rubens Ricúpero, secretário-geral da UNCTAD,

Meu caro Jorge Batlle, presidente da República Oriental do Uruguai,

Meu caro Nicanor Duarte Frutos, presidente da República do Paraguai,

Senhor Carlos Mesa, presidente da República da Bolívia,

Senhoras e senhores vice-presidentes,

Senhoras e senhores chefes de delegação,

Meu caro governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin,

Minha querida Marta Suplicy, prefeita da cidade de São Paulo,

Minha querida companheira Marisa,

Senhores e senhoras embaixadores,

Ministros de Estado do meu governo,

Senhores parlamentares,

Senhor André Furtado,

Queria anunciar que o senador Romeu Tuma está aqui representando o
presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney,

Meus amigos e minhas amigas,



Sejam bem-vindos ao Brasil e à cidade de São Paulo. A escolha da nossa capital econômica para sediar a UNCTAD enche-nos de orgulho, porque ela é uma das sínteses mais fortes do nosso país.

Terra de oportunidades, que atraiu imigrantes de todos os quadrantes do mundo e brasileiros e brasileiras de todas as nossas regiões, São Paulo é um centro de excelência e um dinâmico pólo industrial, comercial, cultural e de serviços.

Expressa também, muito profundamente, nossas contradições sociais e a luta que travamos por um modelo equitativo e sustentável de desenvolvimento.

A Conferência que hoje se inicia marca o quadragésimo aniversário da UNCTAD. É justo que, nesta ocasião, rendamos homenagem aos seus pioneiros, que a construíram com força e determinação.

Prebisch lançou a semente; Pérez Guerrero nutriu-a até que ela germinasse; muitos outros contribuíram com seus esforços até a gestão atual.

Nos últimos nove anos, graças à dedicação e à chama humanista do embaixador Rubens Ricupero, a UNCTAD consolidou-se como abrigo multilateral de uma visão da economia que não perdeu o sentido social. Tornou-se um elo insubstituível entre comércio e desenvolvimento.

Sabemos muito bem que o modelo de desenvolvimento que buscamos não ocorre de forma automática, nem será resultado de geração espontânea das forças de mercado. Requer estudo, debate democrático e determinação política.

Aí reside uma das grandes contribuições da UNCTAD. Nela geram-se idéias, discutem-se políticas, trocam-se experiências. Hoje, em grande parte graças à UNCTAD, entendemos melhor o que funciona e o que deve ser evitado em matéria de políticas de comércio e desenvolvimento.



A UNCTAD tem-nos auxiliado também na identificação de constrangimentos externos que limitam nossos esforços, capacitando-nos conceitual e politicamente para melhor enfrentá-los.

Nos últimos cinco anos, 55 países em desenvolvimento cresceram menos de 2% ao ano. Vinte e três viram regredir sua riqueza. Somente 16 tiveram expansão média acima de 3%.

Nos anos 60, quando a UNCTAD foi criada, a renda per capita das nações mais pobres era de 212 dólares. A dos mais ricos passava de 11.400 dólares.

Quarenta anos depois, a dos mais pobres ainda está em 267 dólares, enquanto a renda per capita dos países mais ricos quase triplicou, chegando a 32.400 dólares.

A alavanca exportadora é fundamental, mas a tarefa gigantesca de superar tamanha desigualdade não pode depender somente do comércio.

É preciso investir em infra-estrutura e incrementar a produtividade para criar as condições de crescimento do emprego e da renda.

Receitas equivocadas, nos últimos anos, subestimaram o papel do investimento público e do consenso social na construção da estabilidade e do desenvolvimento. Sacrifícios adicionais recaíram sobre países que já estavam exauridos.

É hora de reafirmar, claramente, que a boa arquitetura financeira é aquela que sustenta as mudanças.

Ao final da Segunda Guerra, por exemplo, as economias beneficiadas pelo Plano Marshall recuperaram sua força rapidamente. O financiamento maciço espantou a depressão e gerou uma espiral de prosperidade. Trouxe de volta o emprego, a renda e a poupança. Consolidou a paz e o progresso.

O mundo mudou, as condições são outras, mas é disso que se trata novamente. Nenhuma fronteira geográfica ou tecnológica reúne, hoje,



ingredientes com tantas necessidades urgentes, e ao mesmo tempo tantas promessas, quanto a das nações em desenvolvimento.

Para viabilizar esse potencial não se pode dirigir a visão a um único ângulo. É preciso associar a variável do crescimento à questão financeira. Os organismos internacionais devem ampliar o seu foco.

Somente assim poderão sinalizar oportunidades seguras de investimento, seja em infra-estrutura, exportação, diversificação produtiva e regeneração social.

Toda mudança implica em escolha. Este é o tempo de tomarmos decisões que lancem pontes para o amanhã. Temos que demonstrar a coragem política de erguê-las.

Estamos conscientes de que o desenvolvimento não é um presente que a comunidade internacional dará às nossas nações. Sabemos que é preciso fortalecer a nossa união e, cada vez mais, negociar mudanças com perseverança e visão política.

O Brasil e nossos parceiros do G-20 sustentaram na reunião ministerial da OMC, em Cancún, no ano passado, que é fundamental para o progresso efetivo de todos a incorporação, ao sistema multilateral de comércio, dos setores em que os países em desenvolvimento são mais competitivos.

Reafirmo nossa disposição de buscar caminhos convergentes, por meio de uma negociação pragmática e mutuamente respeitosa, levando em conta, em particular, as necessidades dos países em desenvolvimento, sobretudo, daqueles que são mais pobres.

Penso que é preciso sentir sempre, através de cada mesa de negociação, o olhar penetrante de bilhões de pessoas que clamam por condições de vida dignas em nosso Planeta. Elas cobram respostas que o século XX não lhes deu.

Minhas senhoras e meus senhores,



Nesta 11ª UNCTAD vamos dar novos passos. Um deles é a reativação das negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais.

Criado nos anos 80, com a inspirada participação do saudoso embaixador Paulo Nogueira Batista, esse acordo permite que os países em desenvolvimento possam eliminar barreiras comerciais recíprocas, sem a necessidade de estender iguais concessões ao mundo desenvolvido.

Aos 44 países signatários do Sistema, poderão somar-se aproximadamente outros 40. Através de passos concretos como esses, vamos continuar reforçando a construção de uma nova geografia comercial do mundo.

Uma nova geografia que vem devolvendo autoconfiança à grande maioria de nações do Planeta. E tem aberto esperanças para o entendimento mais justo entre ricos e pobres.

Esta Conferencia também homenageia um economista cuja vida e obra encarnam o próprio espírito da luta pelo desenvolvimento, o economista Celso Furtado.

O governo brasileiro associa-se a essa homenagem. Quero propor, aqui, a criação de um centro internacional de políticas para o financiamento do desenvolvimento, com o nome de Celso Furtado.

Cada ciclo histórico tem sua usina intelectual de referência estratégica. Desejamos que seja criado um centro irradiador de projetos e políticas inovadoras no combate à fome, à pobreza e aos gargalos do desenvolvimento.

Meu governo está disposto a prestar todo o apoio para construir uma fundação internacional de estudos e pesquisas com esses propósitos.

Ajudaremos, com isso, a construir uma nova agenda para o desenvolvimento em face dos desafios da globalização.

Globalização não é sinônimo de desenvolvimento. Globalização não é um substituto para o desenvolvimento. Mas a globalização pode ser um instrumento de desenvolvimento, desde que os seus benefícios possam ser repartidos entre todos.



A eliminação da fome, a redução da pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável devem ser uma preocupação de todos os países, inclusive e, sobretudo, dos mais ricos. Trata-se de um imperativo, se quisermos garantir a paz e o efetivo cumprimento dos direitos humanos.

Quero concluir formulando um convite a todos. Tenho um compromisso de vida com o combate à fome. E esse objetivo constitui prioridade de meu governo, tanto no plano interno como externo.

Nos diversos encontros internacionais de que participei, defendi a importância central desse tema e a necessidade de uma nova ordem capaz de produzir prosperidade com justiça social.

Nesse contexto, constituímos o Fundo IBAS de alívio à fome e à pobreza, no âmbito do PNUD. Trata-se de uma iniciativa pioneira de três países em desenvolvimento: Brasil, Índia e África do Sul, que tomaram a si a obrigação moral, política e econômica de ajudar outras nações a superar a pobreza.

Os presidentes Chirac e Lagos, o secretário-geral Kofi Annan e eu lançamos juntos uma ação contra a fome e a pobreza. Criamos um grupo técnico com o objetivo de estudar propostas concretas de mecanismos inovadores para a obtenção de recursos com este fim.

Estou convidando líderes mundiais para, no dia 20 de setembro, em Nova Iorque, discutir esses mecanismos e dar o indispensável impulso político à tarefa de combater a fome e a pobreza. Queremos uma parceria entre governos, a ONU, instituições regionais e internacionais, o setor privado e ONGs.

Movido por estas convicções que, tenho certeza, são amplamente compartilhadas, gostaria que nós todos aproveitássemos os próximos dias para alcançarmos o máximo de acordos e resultados concretos nesta Conferência.

Bem-vindos a São Paulo, bem-vindos ao Brasil e boa sorte a todos os participantes.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura da Urbis 2004 – Feira e Congresso Internacional de Cidades**

São Paulo-SP, 14 de junho de 2004

Minha querida companheira Marta Suplicy, prefeita da cidade de São Paulo,

Companheiro Luiz Favre,

Senhora Anna Tibaijuka, diretora executiva do Habitat – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos,

Senhor Luiz Gushiken, ministro-chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica,

Meu caro Hélio Bicudo, vice-prefeito da cidade de São Paulo,

Senhora Elizabeth Gateau, secretária executiva da Organização Internacional Cidades e Governos Locais Unidos,

Senhor Kjeld Jakobsen, secretário de Relações Internacionais do município de São Paulo – também, com esse nome, não precisava nem dizer que era secretário de Relações Internacionais,

Meu querido José Rafael Guagliardi, presidente da Alcântara Machado Feiras e Negócios,

Meus companheiros deputados,

Meus amigos,

Meu companheiro Marinho, presidente da CUT,

Meu caro Neto, presidente da CGTB,

Secretários municipais,

Funcionários das prefeituras,

Prefeitos e prefeitas de todas as cidades do mundo, que estão participando aqui,



Eu penso, Marta, que a Urbis se realiza num momento importante e eu espero que os prefeitos e prefeitas brasileiros que estão participando possam relatar, aqui, neste encontro, a diferença de tratamento que os prefeitos estão tendo neste governo.

Há muito tempo, no Brasil, os presidentes da República não conversavam com prefeitos. Possivelmente, há muito tempo os prefeitos não eram recebidos pelos presidentes da República de muitos e muitos anos. Desde o ano passado, no meu governo, nós mudamos essa relação.

Aqui tem vários prefeitos e prefeitas brasileiros e, no ano passado, praticamente todo o meu governo foi ao encontro do prefeito, participar de todos os debates em que foram convocados. E este ano, outra vez, não apenas eu, mas praticamente todo o ministério foi participar de todos os debates, também numa grande caravana de prefeitos.

E foi com muito prazer que eu pude ouvir das entidades representativas dos prefeitos brasileiros, de três entidades existentes, que eles nunca tinham sido tratados com o respeito que foram tratados nesses últimos 17 meses.

E eu acho que isso é motivo de orgulho, por sabermos que não estamos fazendo nada de especial, apenas reconhecendo que o problema do homem e da mulher acontece exatamente na cidade e é a partir da cidade que tem que se encontrar solução. E, portanto, o governo federal precisa fazer com que as prefeituras tenham mais recursos, para que os prefeitos não tenham que ficar pedindo ao governo federal, como se estivessem pedindo favores, por aquilo que têm direito.

Por isso, estou orgulhoso de participar da 3ª Urbis, com uma quantidade extraordinária de pessoas do Brasil e de outros países.

É com grande satisfação que abro a Feira e Congresso Internacional de Cidades 2004. A Urbis é hoje uma referência mundial no debate sobre questões que impactam a vida da metade da população mundial que mora nas



grandes metrópoles.

Quero, inicialmente, dar as boas-vindas aos ilustres prefeitos e lideranças municipais de tantas cidades, no Brasil e no mundo, aqui reunidos. São Paulo, a maior metrópole da América do Sul, os acolhe de braços abertos.

Estão aqui representadas cidades como Beijing, Paris, Boston, Calcutá, a nossa querida Buenos Aires, num reflexo da enorme diversidade dos desafios que enfrentamos.

Estamos unidos, no entanto, pela determinação de compartilhar experiências e coordenar esforços para assegurar que nossas cidades sejam cada vez mais espaços de bem-estar e solidariedade.

A Urbis é uma verdadeira feira de idéias sobre como melhor gerir nossas áreas metropolitanas e aplicar melhor políticas públicas.

É um foro único, reunindo empresas, organizações não-governamentais e prefeituras empenhadas numa verdadeira parceria público-privada. Ela expressa, sobretudo, a vontade coletiva de trabalhar solidariamente em questões que não podemos resolver sozinhos, seja na esfera municipal, estadual ou nacional.

Cada vez mais as cidades concentram os problemas de nosso mundo. É nelas que se manifestam com mais força as contradições e dilemas de um Planeta crescentemente interdependente e interligado.

É no município e no bairro que temos de encontrar, em última análise, as respostas para os grandes desafios globais. Cabe às comunidades locais lidar com as conseqüências práticas da poluição e da mudança climática, resultantes da degradação ambiental planetária.

É sua tarefa dar educação básica e profissionalizar os jovens para vencer numa economia internacionalizada e muito competitiva. É sua responsabilidade fornecer moradia e emprego para os que são postos à margem pela modernização tecnológica transnacional.

Se é na cidade que sentimos o impacto direto das transformações mais



perversas da sociedade contemporânea, lideranças de todos os níveis da sociedade não podem ficar alheios ao debate sobre os rumos da globalização e do desenvolvimento.

Por essa razão, congratulo-me com a prefeitura de São Paulo pela iniciativa de realizar este evento durante a XI UNCTAD, que examinará as estratégias nacionais de desenvolvimento.

Na Urbis, vamos discutir, e certamente vocês são as melhores pessoas para isso, essa questão sob a ótica das administrações municipais e das regiões metropolitanas. Aqui, poderemos aprofundar o debate internacional sobre o papel das cidades no cumprimento das Metas do Milênio e, sobretudo, na redução da pobreza e na erradicação da fome.

No Brasil, já estamos fazendo nossa parte. Determinei, no início de meu governo, a criação, pela primeira vez no país, do Ministério das Cidades.

Sob a coordenação do Ministro Olívio Dutra estamos promovendo, no nível nacional, respostas integradas e estruturadas para as gravíssimas conseqüências da urbanização acelerada e, muitas vezes, desordenada no nosso país.

As cidades brasileiras abrigam hoje 82% da população, quando, há menos de um século, eram apenas 10%. Incharam, num processo perverso de exclusão e de desigualdade. Hoje, acumulam déficits enormes de moradia, de abastecimento de água tratada, de coleta de esgoto e de lixo e, sobretudo, de transporte público.

E o pior é que são os segmentos mais pobres que mais sofrem as conseqüências.

Meus amigos e minhas amigas,

Prefeitos e prefeitas e lideranças municipais,

Marta tem sabido enfrentar, com soluções inovadoras e criativas, as enormes dificuldades dessa que é uma das maiores cidades do mundo.

Hoje, São Paulo recuperou sua auto-estima. Com o revigoramento do



seu centro histórico, sobretudo, a cidade recuperou seu coração e sua alma.

A eleição, em Paris, de Marta Suplicy, no mês passado, para presidir o foro “Cidade e Governos Locais Unidos” é um reconhecimento eloqüente à sua liderança.

Sua presença à frente do que é, hoje, a principal organização mundial de representação das cidades é motivo de orgulho para todos nós, brasileiros e brasileiras.

É também garantia de que a cidade de São Paulo e o Brasil estarão ativamente engajados nesse movimento global para assegurar às cidades seu legítimo lugar no debate sobre os rumos de nossas sociedades.

Faço a todos os participantes da Urbis 2004 votos de um debate produtivo e enriquecedor. Posso assegurar que os líderes mundiais presentes à XI UNCTAD estarão acompanhando com vivo interesse e expectativa suas deliberações.

Os senhores e as senhoras, como ninguém, conhecem de perto as necessidades, mas também o imenso potencial e dinamismo de nossas cidades e de seus moradores.

Estou certo de que os debates, aqui na Urbis, ajudarão a fortalecer a vontade política e as linhas de ação necessárias para promover o bem-estar e prosperidade de todos os moradores de nossas cidades e de nosso Planeta.

Eu quero terminar dizendo aos prefeitos e prefeitas que a minha preocupação com as cidades brasileiras e, porque não dizer, com as cidades do mundo inteiro, é porque mesmo sendo Presidente da República, nós moramos numa cidade, que tem uma rua, que tem um bairro, que tem os seus problemas. Quando deixarmos de ser Presidente da República, voltaremos a morar numa cidade, que tem uma rua, que tem um bairro e que tem suas necessidades.

Por isso é que, em qualquer país do mundo, qualquer governante, por maior que seja o país, tem que levar em conta que as cidades precisam ser



tratadas com respeito, que as cidades têm que ser levadas em conta na distribuição da verba pública, porque é exatamente na cidade que o povo mora, que o povo estuda, que o povo quer saúde, que o povo quer transporte e que o povo quer bem-estar social.

Meus parabéns e bom proveito nesta 3ª Urbis.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de debate da 11ª Unctad “A nova geografia do comércio: Cooperação Sul-Sul em um mundo cada vez mais interdependente”

São Paulo-SP, 14 de junho de 2004

Está aberta a sessão de debates com o tema “A nova geografia do comércio: cooperação Sul-Sul em um mundo cada vez mais interdependente.

Quero cumprimentar os senhores chefes de Estado e de governo,

Quero cumprimentar os delegados e as delegadas aqui presentes,

Quero cumprimentar os chefes de delegação,

E quero cumprimentar todas as pessoas que estão presentes,

Tenho o prazer de introduzir o debate sobre este importante tema.

Apesar dos sérios obstáculos que enfrentam, os países em desenvolvimento têm aumentado sua presença no comércio internacional.

Como aponta a UNCTAD, a participação do Sul nos fluxos globais, tanto comerciais quanto financeiros, cresceu extraordinariamente nas duas últimas décadas.

Esse fluxo não tem uma direção exclusivamente Norte-Sul. Está surgindo uma “nova geografia” econômica, em particular do comércio mundial, resultante, entre outros fatores, do aumento das trocas comerciais entre os países em desenvolvimento.

Assim como o Brasil, essas nações têm respondido de forma dinâmica às oportunidades abertas pela aceleração dos fluxos de comércio e investimento decorrentes da globalização.

Essa “nova geografia” não se propõe substituir o intercâmbio Norte-Sul. O Norte desenvolvido continuará sendo parceiro valorizado e indispensável.



Temos plena consciência de sua importância como destino para nossas exportações e como fonte de investimentos e tecnologia de ponta.

Queremos, porém, criar novas oportunidades e encorajar parcerias que explorem as complementaridades entre as economias do Sul.

A intensificação do comércio Sul-Sul ilustra as possibilidades que se abrem. Segundo a própria UNCTAD, em meados dos anos 80, os países do Sul eram responsáveis 20% do comércio global. Hoje, esta participação já é de 30%.

Ainda mais significativo é o fato de que os produtos manufaturados vêm apresentando participação crescente nas nossas exportações: de 20%, em 1980, passaram para 70%, em 2000. Estamos aprendendo a agregar valor a nossas riquezas naturais e ao trabalho de nossos braços.

O caminho à frente é claro: enquanto em 1990 a porcentagem do intercâmbio Sul-Sul no comércio total dos países em desenvolvimento era de 34%, hoje, já alcança 43%. Enquanto o comércio mundial cresceu a taxa de 5% ao ano na década de 90, o comércio Sul-Sul, no mesmo período, apresentou incremento anual de 10%.

O comércio Sul-Sul deve seu dinamismo, em grande parte, ao reconhecimento dessa força: os países em desenvolvimento vêm concluindo entre si um número crescente de acordos bilaterais ou regionais de comércio.

Queremos que esses avanços se reflitam também no comércio inter-regional, onde os ganhos concretos para os países do Sul ainda estão longe de seu potencial.

Pensamos que a revitalização do Sistema Geral de Preferências Comerciais é o melhor caminho para criar e aumentar esse intercâmbio.

Ainda segundo dados da UNCTAD, uma redução em 30% nas tarifas preferenciais levaria a um incremento de até US\$ 8,5 bilhões no comércio entre os países membros do Sistema.



Vejam o enorme potencial de ganhos para todos, se prevalecer o espírito de solidariedade por parte dos países desenvolvidos: uma redução tarifária de 50% geraria aumento do comércio em até US\$ 18 bilhões.

Ao concluir, gostaria de deixar com os senhores algumas considerações que, na avaliação do Brasil, deverão orientar uma nova rodada de negociações comerciais do Sistema.

Em primeiro lugar, só alcançaremos nossos objetivos se tivermos a vontade política de sermos ambiciosos.

Em segundo lugar, para que todos possam beneficiar-se é preciso que os ganhos sejam eqüitativos.

Por fim, isto não nos desobriga, no entanto, de examinar maneiras, consistentes com as regras do Sistema, de oferecer concessões mais favoráveis aos países de menor desenvolvimento relativo. A nova geografia econômica e comercial que queremos construir é, sobretudo, a geografia da cooperação e da solidariedade.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da mesa redonda de alto nível sobre mecanismos inovadores de financiamento do desenvolvimento

São Paulo-SP, 15 de junho de 2004

Quero cumprimentar mais uma vez o secretário-geral das Nações Unidas, senhor Kofi Annan,

Quero cumprimentar o embaixador Rubens Ricúpero, secretário-geral da UNCTAD,

Quero cumprimentar o nosso mais novo visitante, Leonel Fernández, presidente eleito da República Dominicana,

Quero cumprimentar a senhora Ana Vilma Albanez de Escobar, vice-presidente de El Salvador,

Quero cumprimentar os demais membros da mesa,

Quero cumprimentar os meus ministros aqui presentes,

Embaixadores,

Delegados e delegadas presentes a esse evento,

Quero reiterar minhas mais calorosas boas vindas ao secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Cumprimento também o chefe do Departamento de Temas Econômicos e Sociais das Nações Unidas, José Antonio Ocampo, pela iniciativa de organizar este painel sobre financiamento e desenvolvimento. Com isso, quero saudar a presença de outras autoridades, diplomatas, especialistas, representantes de organismos internacionais, ONGs e representantes da sociedade civil.

A mesa redonda que estamos abrindo trata de um tema que considero de grande importância e se situa no centro das minhas preocupações.

Minhas senhoras e meus senhores,



Como recordamos ontem, há 40 anos a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento defendia mudanças nas instituições internacionais para favorecer o crescimento sustentado dos países pobres.

Algumas conquistas foram alcançadas. Apesar disso, o comércio mundial não se transformou em motor de desenvolvimento para a maioria. Os fluxos financeiros e o investimento continuam concentrados nos países desenvolvidos.

A liberalização e a internacionalização de nossas economias não contribuíram para a diminuição dos desequilíbrios macroeconômicos, financeiros e tecnológicos.

Muitos países latino-americanos seguiram o impulso de liberalização, até mesmo unilateral, acreditando que as políticas intervencionistas de décadas passadas foram responsáveis pelas crises dos anos 80.

Imaginavam que a mera liberalização dos mercados financeiros geraria poupança doméstica, investimentos produtivos e o aumento da eficiência e da estabilidade econômica.

No entanto, a maioria dos países emergentes tem experimentado maior instabilidade. O aumento da atividade do setor financeiro não trouxe, por si só, os benefícios esperados para o comércio e para a indústria.

Nos países em desenvolvimento, onde a liberalização ocorreu sem o apoio de políticas de Estado, houve mais volatilidade, maior incerteza e mais especulação.

Não basta aos Estados nacionais perseguirem a disciplina monetária e fiscal. Esta é uma condição indispensável, mas não suficiente. Precisamos de uma nova mobilização política voltada para o desenvolvimento com inclusão social.

Essa nova agenda deve também incluir entre seus objetivos a promoção de um comércio mais justo e de fluxos financeiros internacionais mais estáveis.

Os critérios do FMI para os países em desenvolvimento devem ser



adaptados, de modo que os investimentos em infra-estrutura não sejam contabilizados como gastos.

Eu mesmo tive a oportunidade de, alguns meses atrás, enviar mensagem para todos os presidentes e chefes de Estado que têm influência no FMI, para que orientassem os seus representantes no FMI a levar em conta a necessidade de diferenciação do chamado gasto com uma piscina feita na casa de uma autoridade e o gasto feito numa hidroelétrica, numa hidrovía ou numa ferrovia e que os investimentos de infra-estrutura não fossem considerados gastos comuns na contabilidade do FMI.

Obviamente, eu acho que nós precisamos brigar um pouco para que isso possa acontecer, afinal de contas, ninguém segue a ninguém se não houver um pouco de briga e uma boa briga sempre faz bem para o fortalecimento da democracia e também das instituições de financiamento do setor produtivo no mundo.

Meus amigos e minhas amigas,

Ao estudarmos os mecanismos de financiamento ao desenvolvimento, devemos sempre levar em conta a necessidade de dar prioridade ao combate à fome e à pobreza.

Com esse objetivo, Índia, Brasil e África do Sul, o chamado IBAS, criaram no ano passado um Fundo para o alívio da fome e da pobreza. Esse Fundo visa a reproduzir, em países mais pobres, políticas sociais bem-sucedidas.

Mais recentemente, os presidentes Jacques Chirac e Ricardo Lagos, o secretário-geral Kofi Annan e eu criamos um grupo de trabalho, quando da nossa reunião em Genebra, em janeiro último.

Esse grupo técnico, que hoje se reúne à margem da UNCTAD, está estudando diversas opções de financiamento ao desenvolvimento. Até o mês de julho, deve apresentar sugestões de mecanismos viáveis para a obtenção de recursos adicionais para financiar o desenvolvimento dos países pobres.



Uma das propostas em exame é a taxação de determinadas transações financeiras, especialmente as oriundas de paraísos fiscais.

Outra idéia seria um imposto sobre o comércio de armas. Apesar das dificuldades de implementação, creio que a proposta se justifica por razões não apenas econômicas, mas, sobretudo, éticas.

O grupo estuda, igualmente, formas de promover investimentos socialmente responsáveis, bem como contribuições voluntárias do setor privado e de indivíduos.

É importante lembrar que no dia 23 de setembro do ano passado, na abertura da Conferência das Nações Unidas, eu, pessoalmente, fiz a doação de um prêmio que ganhei do Príncipe das Astúrias, e ao mesmo tempo, alguns empresários brasileiros deram uma contribuição de aproximadamente 1 milhão e 600 mil dólares, para que isso pudesse servir de exemplo a outros empresários e a outras instituições para colaborarem com o projeto de combate à fome.

O desafio, na verdade, é criar as condições de convencer os governantes do mundo a entenderem que a fome é o que mais mata gente no mundo, hoje. Possivelmente, as guerras não consigam matar a quantidade de pessoas que a fome mata, com um agravante: a fome mata pessoas inocentes, mata crianças e, às vezes, mata o feto quando ainda está na barriga da mãe.

Portanto, é um problema político da maior gravidade, não é apenas um problema estatístico que leve em conta, nos nossos discursos, sobre os problemas sociais.

Uma outra proposta sob exame é a idéia britânica de um Mecanismo de Financiamento Internacional. O chamado IFF prevê uma engenharia financeira que permitirá antecipar importantes recursos para a ajuda ao desenvolvimento.

O grupo sugerirá formas de gestão eficaz dos recursos e a necessária coordenação institucional, sob o amparo das Nações Unidas. Para isso, nós estamos convocando uma reunião de chefes de Estado para o dia 20 de



setembro, antes da reunião de abertura da Conferência das Nações Unidas, para discutir e consolidar, possivelmente, a constituição desse Fundo.

Como já disse mais de uma vez, não pretendemos ter o monopólio das boas idéias, nem esperamos que o grupo vá esgotar o debate sobre o assunto. São temas obviamente complexos, não só do ponto de vista político, mas técnico. Exatamente por isso, entendo ser necessário promover e aprofundar essa discussão.

Precisamos, acima de tudo, mobilizar a comunidade internacional. Por isso, estou promovendo, com o apoio do Secretário-Geral da ONU, essa reunião que eu espero que seja acompanhada com carinho por todas as pessoas que estão aqui, porque eu penso que a fome passa a ser uma tarefa e uma responsabilidade daqueles que comem.

Houve um tempo, quando eu era mais jovem, em que eu costumava dizer que as pessoas precisavam passar fome para poder aprender. Hoje, eu estou convencido que quem está com fome não faz revolução. Quem está com fome, na verdade, está subordinado à submissão total, porque não tem forças para reagir ao resultado das políticas injustas criadas no mundo. Então, no fundo, somos nós que estamos aqui e os milhões que estão fora, que devemos assumir a responsabilidade de fazer essa luta para que o mundo seja mais justo, mais humano e socialmente mais justo.

Além das recomendações do grupo técnico, contribuições de outros governos e instituições serão muito bem-vindas. Gostaria que dessa reunião resultassem propostas que possam ser levadas à consideração das Nações Unidas, de modo a contribuir para a revisão, em 2005, da implementação das Metas do Milênio.

Queria lembrar também aos senhores e ao secretário-geral Kofi Annan, que instituímos no Brasil, por iniciativa da sociedade civil, uma semana do mês de agosto como a Semana da Solidariedade, vamos chamar assim, uma semana em que o governo, como membro participante, disporá o que estará



fazendo para atingir as Metas do Milênio e a sociedade civil, através das entidades representativas, tanto da sociedade civil quanto de empresários e sindicatos, irá também prestar contas do que está fazendo para que a gente atinja as Metas do Milênio, porque se não fizermos isso, chegaremos no final do prazo e constataremos que a situação está pior do que quando foram aprovadas as Metas do Milênio, no ano de 2000. Então, é da nossa responsabilidade fazer com que nós mesmos nos fiscalizemos e que a sociedade possa ajudar, não apenas fiscalizando o governo mas, também, dando a sua contribuição para que as Metas do Milênio possam ser atingidas nos países mais pobres.

Minhas amigas e meus amigos,

O combate à fome e à miséria tem orientado, praticamente, minha ação política interna, nos diversos programas sociais que estamos implementando, e em todos os meus encontros internacionais.

O combate à fome vai muito além do acesso à comida. Requer acesso à saúde, ao saneamento e à educação. Exige melhores oportunidades de emprego e de renda. Há muita fome no mundo: fome de inclusão, fome de cidadania, fome de participação e fome de desenvolvimento.

Nessa luta eu quero agradecer, porque conto com um grande aliado que é o nosso amigo, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, que continua à frente da batalha pela implementação das Metas do Milênio.

Nessa ação mundial contra a fome e a pobreza, outros líderes mundiais têm-se pronunciado. Além dos presidentes Chirac e Lagos, nós tivemos a alegria de saber que o presidente do conselho de ministros da Espanha, nosso amigo Zapatero está muito e vivamente interessado em participar nessa política de combate à fome.

Outros tantos me têm feito chegar sua solidariedade. Espero, junto com eles, poder formar uma verdadeira coalizão para colocar a questão da fome no topo da agenda política internacional.



Queremos passar da retórica à ação. Por isso vamos definir objetivos concretos e viáveis.

Os recursos adicionais que as Nações Unidas e o Banco Mundial estimam necessários para atingir as Metas do Milênio até 2005 são, relativamente, modestos. Aliás, muito modestos, são apenas 50 bilhões de dólares por ano.

Isso, sinceramente, é muito pouco! Eu diria, quase nada, diante da quantidade de trilhões de dólares que circulam pelo mundo afora ou da quantidade de bilhões de dólares que se gasta em guerras desnecessárias ou no comércio de armamento.

Equivalem a menos de dois meses dos gastos dos países desenvolvidos com subsídios agrícolas ou a menos de três semanas dos gastos militares em todo o mundo, que hoje voltam a alcançar os absurdos níveis da Guerra Fria.

Há, portanto, um enorme potencial de recursos que podemos, e devemos, mobilizar para o combate à fome e à pobreza. Nessa empreitada precisamos estabelecer uma parceria entre governos, organismos internacionais, a sociedade civil e, eu diria, o setor da iniciativa privada.

Também levarei essa mensagem para Nova Iorque, onde participarei, na próxima semana, do *Global Compact*. É outra importante iniciativa do secretário-geral Kofi Annan, que congrega um grupo de empresas socialmente responsáveis. Acredito que poderia ser expandido e direcionado para o objetivo maior do combate à fome e à pobreza.

Minhas senhoras e meus senhores,

É preciso lembrar que a fome não apenas mata. Ela tira a capacidade de aprender, de trabalhar e, mais grave, tira a esperança de milhões e milhões de seres humanos. Com fome, não há cidadania. E sem cidadania, não se constrói uma sociedade justa e democrática.

Esta é minha a mensagem que, espero, possam levar a seus governos e instituições.



Juntos podemos construir uma autêntica aliança global em favor dos muitos pobres que esperam de nós não apenas humanidade e compaixão mas, sobretudo, responsabilidade política e ação.

Eu quero dizer aos meus amigos e amigas, ao secretário-geral das Nações Unidas, e pedir desculpas ao intérprete que está sem o texto agora, que nós estamos fazendo uma experiência que eu considero ainda não completa, que é o projeto de combate à fome no Brasil.

Nós assumimos o compromisso de, em quatro anos, atendermos 11 milhões de famílias que vivem abaixo da linha da pobreza no Brasil. Isso atinge por volta de 44 milhões de pessoas.

Nesses 17 meses de governo nós já estamos atendendo a quatro milhões e meio de famílias. Chegaremos em dezembro a seis milhões e meio de famílias, mais da metade do que nos propusemos a fazer. E, certamente, até um pouco antes do prazo estipulado por mim, que era o último dia do meu mandato, nós chegaremos a atender as 11 milhões de famílias que nos propusemos.

Certamente, cada país tem que levar em conta a sua realidade, a sua situação econômica. Eu só queria lembrar que é preciso definir como prioridade, senão não fazemos. Se não for definida como prioridade de governo a política de combate à fome, e se na elaboração dos nossos orçamentos nós não deixarmos dinheiro para o combate à fome, o que vai acontecer é que todos os setores organizados na sociedade terão acesso ao orçamento antes dos que estão com fome.

Então, eu penso que os governantes precisam começar a discutir: primeiro, qual a fatia de dinheiro que vai sobrar ou que vão escolher, ou que vão decidir para combater a fome. E, depois, vamos saber o que fazer com o restante do dinheiro que sobrou. Não é uma tarefa fácil. É uma tarefa muito complicada, porque todos nós temos compromissos, todos nós temos que gastar em dezenas de áreas e atividades. Mas, eu queria alertar que um dos



sonhos que eu acho que todos nós precisaríamos ter, seria o de acordarmos um dia – eu tenho apenas 58 anos de idade – e sabermos que no mundo não tem mais nenhuma pessoa morrendo por desnutrição, que nenhuma pessoa está morrendo de fome. Isso é plenamente possível, porque o mundo produz alimentos suficientes, o mundo tem dinheiro suficiente. Eu penso que a decisão que nós temos que tomar é a decisão de melhor repartir o pão que nós mesmos produzimos.

É preciso sensibilizar corações e mentes dos governantes, da sociedade civil, dos empresários e fazer com que todos assumam isso como tarefa. Se nós fizermos isso, certamente, nós estaremos dando um passo extraordinário para sonhar com a humanidade vivendo de forma mais justa, democrática e mais saudável. Eu tenho certeza que nós poderemos alcançar isso. E não depende de outra coisa, senão da nossa vontade.

Se nós conseguimos fazer um organismo como a UNCTAD, que se reúne para fazer com que o comércio mundial seja mais justo, para fazer com que a circulação dos recursos disponíveis no mundo seja distribuída de forma mais justa, porque não poderemos também colocar a fome como um dos temas a serem debatidos quando voltarmos para os nossos países? Eu acho que está ao nosso alcance. Eu quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de, num fórum como este, poder colocar esse assunto na pauta. Olhamos na cara de todo mundo aqui e percebemos que todo mundo já tomou café de manhã, alguns não jantaram ontem à noite, porque chegaram muito tarde e tiveram muitas reuniões e certamente, todos nós vamos almoçar hoje, todos nós vamos jantar hoje. Mas é importante a gente lembrar que tem milhões que não tomaram café, que não vão almoçar, não vão jantar e que nós poderemos dar um pouco do nosso para eles.

Obrigado.

/cms/rss



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com o Fórum da Sociedade Civil, na 11ª Unctad

São Paulo-SP, 15 de junho de 2004

Meu querido companheiro Sérgio Haddad, diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais, a ABONG,

Senhora Aparna Sahay, secretária-geral do Centro para Economia Comunitária e Sociedade de Consultores para o Desenvolvimento,

Meu querido companheiro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil,

Meu companheiro Luiz Dulci, ministro de Estado chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Meu caro companheiro Jaques Wagner, secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,

Minhas senhoras, meus senhores.

Antes de dizer o que eu vim falar para vocês – se for o Sérgio Ferreira que estiver traduzindo, se prepare para o imprevisto – eu quero falar um pouco, Sérgio, sobre algumas coisas que eu penso que vocês precisam saber, para ajudar para que as coisas aconteçam mais rápido, como disse a senhora Aparna.

Quando se trata de política internacional, nós temos que levar em conta não apenas o desejo de um país, mas o desejo dos outros países. Quando tomamos posse, nós decidimos que deveríamos fazer uma política externa muito ousada, para que pudéssemos obter força e começar a fazer algumas mudanças neste mundo globalizado, onde normalmente predominam os interesses de quem tem mais dinheiro, mais tecnologia e mais poder.



A primeira coisa que nós fizemos, foi recuperar uma boa política com os países com quem fazemos fronteira, na América do Sul. Era preciso conquistar a confiança da América do Sul, para que pudéssemos começar a discutir não apenas como uma voz única do Brasil, mas como um Continente, ou uma parcela do Continente, para abrirmos espaços no chamado mundo desenvolvido.

Para quem não conhece, nós não fazemos fronteira apenas com dois países na América do Sul: o Equador e o Chile. E essa política de conquistar confiança, não é uma tarefa fácil, porque muitos países da América do Sul, sempre tiveram muitas dúvidas com relação ao Brasil e, muitas vezes, o Brasil teve muitas dúvidas a respeito de países da América do Sul.

Em política, você não faz senão estabelecer uma relação humana muito forte, para que se possa, através dessa relação humana, estabelecer uma relação política e através da relação política, estabelecer outras relações que serão melhores, se houver uma boa relação política.

No primeiro ano de governo, nós visitamos todos os países da América do Sul e recebemos todos os presidentes da América do Sul no Brasil. Alguns, mais de uma vez, porque era preciso que houvesse uma interação para uma outra ação. Recuperamos o Mercosul, que estava desacreditado entre os seus próprios membros. Estamos trabalhando com o sonho e o desejo de, até o final do ano, termos toda a América do Sul participando do Mercosul. Um passo importante já foi dado: ter a Comunidade Andina, formada pelo Peru, Equador, Venezuela e Colômbia como membros do Mercosul. Esse passo já foi dado e é extremamente importante.

Depois que fizemos isso, resolvemos recuperar um compromisso histórico que nós tínhamos com a África; visitamos cinco países africanos e, neste próximo mês, visitaremos mais três países africanos. Nós temos dívidas históricas com os países africanos e precisamos recuperar isso, fazendo ações políticas que possam permitir que o nosso governo conquiste, não enquanto



governo, mas enquanto país, uma boa relação que nunca deveria ter perdido com os países africanos.

Depois, nós resolvemos fazer uma boa aliança com o Oriente Médio. Só para vocês terem uma idéia, o último chefe de Estado brasileiro a visitar o Líbano, foi em 1876. Portanto, ainda tínhamos um imperador que visitou o Líbano, muito mais numa viagem cultural do que numa viagem de negócios. Nós visitamos sete países no Oriente Médio.

Depois, nós decidimos fazer uma forte parceria com a África do Sul, com a Índia e o Brasil. E queremos estender essa parceria forte com a China e, se Deus quiser, com a Rússia. Por quê estamos fazendo isso? Estamos fazendo porque acreditamos que os países ricos, que têm o direito de defender os seus interesses, antes de qualquer coisa, não irão fazer concessões, no mundo comercial, se nós apenas ficarmos pedindo ou reivindicando. Nós temos que ter uma força política capaz de estabelecer entre nós uma outra relação. Que não é apenas a relação comercial feita entre empresário brasileiro e empresário da Índia, ou entre empresário brasileiro e empresário da Bolívia. Não é apenas essa relação, é uma relação de complementaridade entre os Estados, ou seja, o que nós produzimos, que a África do Sul não produz, e o que eles produzem, que nós não produzimos; ou, o que a Índia produz, que o Brasil não produz, e o que o Brasil produz, que a Índia não produz; ou o que a China produz, que o Brasil não produz, e assim sucessivamente. Precisamos estabelecer essa relação de complementaridade, para que possamos ter uma relação comercial mais justa.

E, se isso acontecer do jeito que estamos pensando que possa acontecer, certamente, nós teremos mais força para fazer melhores negociações com a União Européia, com o Japão e com os Estados Unidos.

E eu quero deixar claro, aqui, para os representantes da ONG, que não fazemos isso porque queremos brigar com os Estados Unidos ou com a União Européia, que são parceiros muito importantes para o Brasil. Na nossa relação



comercial, aproximadamente 26% de tudo que nós comercializamos são com os Estados Unidos. Da mesma forma que outros 26% estão com a União Européia. E nós não queremos que isso diminua, nós queremos que cresça. Mas queremos que isso cresça com bases mais justas, que haja mais flexibilidade na lógica, para que nós possamos ter maior poder de comercialização naquilo que sabemos fazer mais, sobretudo, os países mais pobres.

Quando o Brasil vai na OMC e briga para que os Estados Unidos pare de subsidiar o algodão, a verdade é que quem ganha não é o Brasil, quem ganha é um paisinho africano, que exporta por ano 180 milhões de dólares de algodão e que é a sua maior força de relação comercial.

Então, o que nós queremos é que os países mais ricos entendam que, muito menos do que ajuda para esse ou para aquele país, nós queremos estabelecer uma outra relação política, cultural e comercial. E quero confessar para vocês que isso leva tempo. Isso não acontece com facilidade. Vejam vocês, foram aprovadas as Metas do Milênio, em 2000 e se analisarmos o que aconteceu até agora, nós vamos perceber que alguns países retrocederam. Por quê? Porque é muito fácil os chefes de Estado se reunirem e aprovarem um documento. O que é difícil é executar aquilo que foi decidido no documento, depois da reunião. Aí é que entra a importância da sociedade civil organizada. Seja ONG, seja sindicato, seja Igreja, seja qualquer movimento, é preciso estar atento para fazer com que as coisas aconteçam a partir das decisões.

Há mais ou menos vinte dias, meu caro Haddad, nós fizemos uma reunião com um grupo de empresários brasileiros, coordenado pelo nosso companheiro Oded Grajew, não sei se ele está aqui. E vamos criar no Brasil uma Semana de Solidariedade, uma semana em que a sociedade civil, num debate em caráter nacional – em que o governo participa como convidado – comece a acompanhar o cumprimento das Metas do Milênio. Mas, mais importante do que cobrar do governo, cada entidade vai ter que dizer o que ela



está fazendo para que a gente cumpra as Metas do Milênio, o que cada sindicato está fazendo, o que cada Igreja está fazendo, o que cada empresário está fazendo para que a gente possa, num compromisso de co-responsabilidade, todos juntos, cumprir as Metas do Milênio, que é acabar com a fome absoluta que envolve, hoje, mais de 800 milhões de seres humanos. Eu diria, quem sabe, um pouco mais, se as estatísticas fossem feitas hoje.

Então, eu queria abrir dizendo isso, para que vocês entendessem que a política de convencer pessoas a fazerem determinadas coisas é muito complicada. Por exemplo, quando eu fui a Davos, muita gente dizia que se eu fosse a Davos, eu não poderia ir ao Fórum Social de Porto Alegre, dois anos atrás. Eu fiz questão de ir a Porto Alegre comunicar que eu ia a Davos. Por quê? Porque se eu não fosse a Davos, o tema da fome não seria nunca debatido lá. Fui a Davos e coloquei a questão da fome como um tema central da humanidade, hoje.

Depois, aconteceu uma coisa muito importante, um convite que eu recebi do presidente Chirac para ir a Evian, no encontro em que estiveram os oito países mais ricos do mundo e 12 países grandes, entre os quais Índia, Brasil e China, mais a África do Sul, México e outros. E, pela primeira vez também, numa reunião do G-8, nós tivemos condições de colocar o tema da fome como um tema principal na nossa política externa.

Não fizemos isso acreditando que, de imediato, iríamos convencer as pessoas de que a fome passaria a ser o tema prioritário da sua ação governamental. Até porque somos nós, que temos problemas de fome e de muita pobreza, que temos que levantar a cabeça porque, para convencer um europeu, um americano, ou um japonês, a dar um dólar do seu imposto para ajudar os países pobres, é preciso que a gente faça jus, com uma política de desenvolvimento bem determinada, para que isso não pareça uma ajuda humanitária.

O que nós precisamos é ter instrumentos de fiscalização desses



recursos, ter organismos multilaterais que possam, junto com o país, ir determinando o tipo de desenvolvimento e a aplicação dos recursos, porque nós estamos cansados de ver, também, em países pobres, o dinheiro enviado para combater a pobreza ser desviado para a conta dos dirigentes, em bancos no exterior.

Para ganhar corações e mentes dos países ricos nós temos que, em primeiro lugar, agir com muita seriedade e com bastante responsabilidade, para que a gente possa criar um novo paradigma de relação entre todos os países do mundo.

É difícil? É! Mas eu nunca tive nada fácil na minha vida e, portanto, eu acredito que com muita conversa, com muita paciência, nós deveremos criar, quem sabe, uma relação que permita tornar as relações entre países mais humanas, mais justas e mais solidárias.

Quero começar com estas palavras para que vocês entendam que é uma tarefa incomensurável, e que os governos passam. O mandato de um presidente é de apenas quatro anos. O mandato de vocês pode ser de 30 ou 40 anos, porque o movimento social continuará existindo, independentemente de quem seja governo.

Portanto, determinadas bandeiras e determinadas coisas, mesmo não sendo governo, vocês precisam assumir como tarefa, para fazer com que sejam popularizadas e que se enraízem nas discussões do cotidiano da chamada sociedade organizada.

Agora, voltarei ao meu roteiro normal. Eu não sei quanto tempo eu tenho, senão eu posso parar por aqui. Dizem que o Presidente pode tudo, mas como nós estamos numa reunião democrática, o Presidente pode tanto quanto os outros.

Eu não sei se vou ler, eu queria só terminar dizendo uma coisa sobre a participação efetiva de vocês. Cada um, quando voltar para o seu país, estará envolvido com o seu cotidiano. Se uma ONG cuida do índio, estará preocupada



com o índio; se outra ONG cuida de crianças, estará preocupada com crianças, ou seja, cada um voltará para a sua normalidade.

Agora, tem problemas que precisam perpassar a cabeça de todos nós. A luta contra a pobreza no mundo é uma luta que precisa estar na universidade, no sindicato, nas associações, precisa estar no debate das cidades, ou seja, não pode ser uma coisa que debatamos, quando nos encontramos, uma vez por ano.

É preciso tornar isso uma coisa cotidiana. Por exemplo, aqui no Brasil, a questão da fome não é uma questão do cotidiano ou da sociedade organizada. Tem gente preocupada com outras coisas. E eu acho normal que as pessoas estejam preocupadas com outras coisas. Mas é importante lembrar que a fome, hoje, mata mais do que qualquer guerra que a humanidade já produziu. E ela não mata soldados, ela mata crianças, ela mata feto, ela mata pessoas indefesas que, muitas vezes, não tem sequer o direito de reclamar.

Então, ou nós resolvemos esse problema, ou a tendência natural é que os países ricos fiquem cada vez mais ricos e os países pobres cada vez mais pobres, porque os ricos detêm o conhecimento e têm maior poder de produtividade. No dia 20 de setembro nós vamos para a ONU e eu estou mandando uma carta para cada chefe de Estado para que a gente discuta a possibilidade de criar um Fundo de Combate à Fome. Um Fundo que pode ser criado com a taxaçoão do dinheiro dos paraísos fiscais, com a taxaçoão do comércio de armas no mundo, ou seja, alguma coisa nós vamos ter que fazer.

Eu sei que muita gente faz muita coisa. Tem muito país ajudando país, tem muitas ONGs ajudando países, tem muita coisa. Agora, é preciso dar uma dimensão de concentração de recursos para que a gente possa começar a sonhar em resolver o problema, definitivamente. E eu tenho certeza que vocês podem assumir essa tarefa, mais do que muitos de vocês já assumem. Por exemplo, se cada entidade que está aqui voltar para o seu país e pressionar o seu governo ou o seu parlamento a adotar uma política mais forte com relação



ao combate à fome, ficará tudo mais fácil, porque eu encontro com um presidente uma vez por ano, mas vocês podem encontrar muito mais vezes, no seu país.

Então, eu acho que é essa ação política que nós temos que ter. Imaginem se o movimento sindical, no mundo inteiro, passasse a discutir isso com os seus governantes, com os seus parlamentos; se as ONGs começassem a discutir; se as igrejas começassem a discutir; imaginem o poder que teríamos, de fazer com que, de repente, a fome deixasse de ser apenas um problema social, para ser tratada como um problema político de fundo. Quem sabe, aí, seria mais fácil solucionar.

Muito obrigado.

/rss/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido ao primeiro-ministro da Tailândia, Thaksin Shinawatra

Brasília-DF, 16 de junho de 2004

Excelentíssimo senhor Thaksin Shinawatra, primeiro-ministro do Reino da Tailândia,

Meu querido companheiro José Alencar, vice-presidente da República,
Senhores ministros do meu governo,
Ministros do governo da Tailândia,
Senhores embaixadores acreditados junto ao governo brasileiro,
Deputados,
Senadores,

Tenho grande satisfação em novamente dar as boas-vindas ao primeiro-ministro Thaksin. Em São Paulo, o Brasil teve a honra de receber da Tailândia a Presidência da UNCTAD. Agora, tenho o prazer de receber o Primeiro-Ministro em visita oficial ao Brasil.

A atuação de nossos países no âmbito da UNCTAD aponta para uma sintonia profunda de propósitos: o anseio comum por desenvolvimento, liberdade, democracia e justiça social.

Foram esses os valores e aspirações que balizaram a Presidência tailandesa da UNCTAD.

Quero cumprimentá-lo, mais uma vez, porque, sob sua liderança, essa organização soube renovar-se. Cada vez mais, é um foro privilegiado na discussão dos grandes temas do comércio e do desenvolvimento, onde podemos trabalhar juntos para erradicar a fome e a pobreza no mundo.

O Brasil e a Tailândia podem ser países distantes um do outro, mas



estão próximos em suas aspirações, em seus propósitos.

A visita do primeiro-ministro Thaksin, a primeira de um mandatário tailandês ao Brasil, reafirma essa comunhão de valores e objetivos. A Comissão Mista Brasil/Tailândia, que acabamos de criar, sinaliza nossa determinação em tornar essa afinidade a base de um relacionamento fértil e duradouro.

Senhor Primeiro-Ministro,

Ao abrir a XI UNCTAD, há poucos dias, eu apontei para o surgimento de uma “nova geografia” econômica. Uma geografia que reflete a forma dinâmica como as nações em desenvolvimento têm respondido às oportunidades abertas pela aceleração dos fluxos de comércio e investimento.

Como resultado, pela primeira vez, as trocas entre países em desenvolvimento já representam quase a metade de seu comércio total.

Brasil e Tailândia são um exemplo das possibilidades que esse fenômeno abre para as economias emergentes. Nosso comércio bilateral aumentou mais de 50% em 2003, alcançando US\$ 855 milhões.

Ainda estamos, no entanto, longe de explorar nossas complementaridades.

Nossos governos já vêm fazendo sua parte. Assinamos memorando de entendimento de financiamento comercial e um acordo fitossanitário.

Em conseqüência, estimula-se a exportação de carne e outros produtos agropecuários para a Tailândia e de produtos similares tailandeses para o Brasil.

Quero desafiar os empresários brasileiros e tailandeses a incrementar ainda mais seus negócios, aproveitando os bons resultados da política macroeconômica adotada por nossos países.

A economia tailandesa tem demonstrado extraordinária recuperação desde a crise asiática, enquanto o Brasil definitivamente retornou, a partir deste ano, o caminho do crescimento sustentável.



Parte da resposta a esse desafio está no intercâmbio tecnológico em setores estratégicos, como produção de etanol, energia nuclear, tráfego aéreo e comunicações.

A recente venda de dois aviões da Embraer para a Tailândia é prova de que, também entre países emergentes, a tecnologia de ponta pode alavancar o comércio e a cooperação.

A nova “geografia econômica” vem ganhando ainda maior impulso por conta dos acordos de livre-comércio negociados em nossas respectivas regiões.

O Diálogo de Cooperação da Ásia, mencionado por Vossa Excelência em sua intervenção na XI UNCTAD, é exemplo do caminho à frente. Na América do Sul, estamos revigorando o Mercosul e dialogando com a Comunidade Andina de Nações.

Reitero, aqui, minha convicção de que podemos acelerar ainda mais esse processo se trabalharmos para criar zonas de livre-comércio abarcando todos os países emergentes. Foi esse o sentido de minha proposta, na UNCTAD, de que reativemos as negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais.

Criaremos, assim, uma “geografia econômica” mais democrática, cooperativa e humana, que permita aos países em desenvolvimento explorarem plenamente seu potencial de crescimento, sem rédeas ou entraves desnecessários.

Senhoras e senhores,

O Brasil e a Tailândia também têm em comum a luta contra os males do subdesenvolvimento.

Em nossa reunião de trabalho, falamos sobre os avanços na política brasileira de combate à pobreza e à fome e sobre a experiência tailandesa em programas de valorização do pequeno produtor, de microcrédito, de resgate de produtos tradicionais.



São também grandes as possibilidades de cooperação na área da saúde pública, em particular no combate à Aids, à tuberculose e à dengue.

Queremos levar essa nossa cooperação e solidariedade para além-fronteiras. Por isso, convido a Tailândia a unir-se aos esforços para constituir um Fundo internacional para o financiamento do combate à fome e à pobreza.

Senhor Primeiro-Ministro,

Brasil e Tailândia defendem, com firmeza, o multilateralismo e o papel das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacionais. Por essa razão, o Brasil votou a favor da recente resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, abrindo caminho para a restituição da plena soberania ao povo iraquiano.

É com este mesmo espírito que o Brasil engajou-se, junto a outras nações latino-americanas, na missão de paz no Haiti. Queremos que a comunidade internacional assuma um firme compromisso em favor de soluções de longo prazo para o povo haitiano.

Estamos seguros de que repetiremos o êxito alcançado em Timor Leste, onde Brasil e Tailândia contribuíram com tropas para as Forças de Paz. Ali, militares brasileiros serviram sob o comando tailandês. Ali, também, um saudoso brasileiro, Sérgio Vieira de Mello, consagrou-se à criação do novo país irmão.

Senhoras e senhores,

É esse espírito de cooperação e de solidariedade que prevalecerá nas nossas relações. E é com essa confiança que convido todos a elevar um brinde ao primeiro-ministro Thaksin, a quem transmito o respeito e o carinho do povo brasileiro a Sua Majestade, o Rei da Tailândia, e ao povo tailandês.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura da 1ª Conferência Nacional do Esporte**

Teatro Nacional - Brasília-DF, 17 de junho de 2004

Eu precisava convencer a dona Marisa que toda vez que eu saio para falar, com um discurso mais ou menos assim, ela não sabe que isto aqui faz parte da minha ginástica diária e que, portanto, eu perco algum peso.

Bem, primeiro quero cumprimentar as pessoas de todo o território nacional que organizaram as conferências municipais, estaduais e que ajudaram a organizar esta Conferência.

Depois que nós chegamos no plenário e vemos a casa cheia, todo mundo sentado, organizado, com o espírito bem preparado, parece fácil. Mas sabe Deus o trabalho que vocês tiveram para chegar até aqui.

E muito mais feliz ainda, Joélio, porque é a primeira Conferência de Esporte realizada no Brasil. Eu acho que se vocês assumirem, para si, a responsabilidade de fazer o governo também assumir para si o esporte, como instrumento fundamental na formação do nosso povo, certamente nós iremos, juntos, participar de muitas conferências de esporte neste país. Por isso, meus parabéns a todos vocês.

Eu quero cumprimentar o ministro Agnelo Queiroz, pelo trabalho extraordinário,

O ministro Luiz Dulci,

O ministro Luiz Gushiken,

O companheiro ministro Nilmário Miranda, secretário especial de Direitos Humanos,

O deputado federal e presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Monteiro,



Quero cumprimentar a senhora Rejane Pena, presidente da Associação dos Secretários Municipais de Esportes e Lazer,

Quero cumprimentar o Carlos Nuzman,

Quero cumprimentar o nosso companheiro Vital Severino Neto, presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro,

Quero cumprimentar o Weber Magalhães, secretário de Esporte e Lazer do Distrito Federal,

O Lars Grael – nem sei se é Lars Grael que se pronuncia mas, de qualquer forma, já está pronunciado. Ninguém tem obrigação de saber um nome tão chique desses, presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Esporte e Lazer.

Minha mãe, quando colocou meu nome de Luiz Inácio Lula da Silva, falou: “Vamos colocar um nome fácil, que todo mundo consiga pronunciar” Mesmo assim, quando eu viajo, tem pessoas que não conseguem pronunciar o meu nome. Então, significa que é fácil para mim, mas não é fácil para os outros.

Meus companheiros, companheiras,

Deputados federais aqui presentes,

Secretários de Esporte municipais,

Prefeitos,

Minha companheira Marisa,

Senhoras e senhores delegados da nossa querida 1ª Conferência,

Atletas brasileiros que vão para as Olimpíadas de Atenas agora,

Nossos queridos atletas da Paraolímpica, que estão lá num canto, não sei porque, mas estão lá num canto,

Meus companheiros e companheiras,

Eu não poderia começar o meu pronunciamento, nesta Conferência, sem antes dizer duas coisas para vocês. Quando estávamos, ainda, em fase



de disputa eleitoral, eu assumi o compromisso de que era preciso criar um Ministério do Esporte, no Brasil.

Eu nunca entendi e nunca consegui entender porque tínhamos um Ministério do Esporte e do Turismo juntos. São duas coisas tão distintas e tão importantes para o Brasil, que cada uma delas merecia uma Pasta especial. Até porque todo mundo sabe que o turismo é uma das grandes fontes geradoras de empregos e riquezas, no mundo de hoje. E não era possível que ele fosse um apêndice do Ministério do Esporte. E o Esporte, porque é o que vocês sabem que é. E não poderia ser um apêndice do Ministério do Turismo.

Então, era preciso criar duas pastas distintas e nós criamos. Mas, muitas vezes, no Brasil, as pessoas têm facilidade em fazer julgamentos precipitados. Ou seja, dizem que a criança é feita antes de a criança nascer. Diziam que nós tínhamos muitos ministérios porque criamos alguns ministérios que era preciso criar, neste país. Era preciso alguém que se preocupasse só com o esporte, alguém que conseguisse passar 24 horas por dia juntando todos os cacos de gente, de pessoas que, neste país, pensam o esporte e tentar dar ao esporte a dimensão que, na prática, o Brasil já tem.

Ou seja, é um potencial extraordinário que está quase incubado. Desponta, de vez em quando, uma belíssima seleção de basquete brasileira, de outra vez desponta uma grande seleção de vôlei, de outra vez desponta um grande nadador. Mas o que nós percebemos é que o nosso potencial é infinitamente maior. E o papel do Ministério é tentar organizar tudo isso, para fazer desabrochar não apenas uma rosa ou duas rosas, mas fazer desabrochar, quem sabe, milhares de rosas neste país, para que a gente tenha no esporte a dimensão que o povo brasileiro já dá.

Quero agradecer ao Agnelo porque, nesses 17 meses e pouco de governo, ele tem trabalhado de forma incansável. Eu tive a oportunidade de ver esse programa “Segundo Tempo” em Feira de Santana, na Bahia. E o que eu vi essa menina fazer lá é uma coisa de deixar qualquer cidadão normal



emocionado. Eu acho que a gente pode repetir isso pelo Brasil afora, e pode repetir com muito mais intensidade se nós conseguirmos convencer o conjunto da sociedade brasileira de que o esporte é, sobretudo, junto com a educação, a forma mais barata, e quem sabe a mais importante, para que a gente combata alguns males que hoje tomam conta de uma parcela da nossa criançada e da nossa juventude.

Com isso eu quero, Agnelo, na abertura desta Conferência, mais uma vez, é a segunda vez que faço isso – não posso ficar falando muito de ministro porque, daqui a pouco, ele pensa que está com a bola toda. Então, é preciso sempre medir o termômetro – prestar reconhecimento a um companheiro que está dando, eu diria até, de forma extraordinariamente surpreendente, alegria para todos nós. Eu conheço alguns dos trabalhos e achei fantásticos.

E também, Gushiken, eu quero cumprimentá-lo porque me parece que foi a Secretaria de Comunicação que fez este vídeo, aqui. Nós transformamos uma disputa entre dezenas de atletas, com uma transmissão excepcional de Fiori Gigliote, num tema que foi marcado pela Danielle, ou melhor, Daiane. Mas foi uma coisa importante, porque muito de vocês ficaram chocados porque nem sabiam que tinha o Fiori Gigliote. Depois, conseguir transformar isso em uma participação de dezenas de atletas como se fosse um jogo de bola, foi uma novidade que a mim agradou. Eu espero que isso vá para a Televisão, para agradar milhões e milhões de pessoas neste país.

Esta é uma Conferência nacional que fala diretamente ao meu coração. Como cidadão e Presidente da República, sou homem que aprendi a valorizar, e muito, o esporte. Fico feliz de estarmos aqui para debater e enriquecer a Política Nacional de Esporte e Lazer.

Esta Conferência vem se somar à das Cidades, da Pesca, da Saúde, da Assistência Social, do Meio Ambiente e aos Fóruns de Participação Social do PPA, já realizados neste quase um ano e meio de meu governo.

Quero começar reafirmando o que disse na abertura da Conferência



Nacional do Meio Ambiente: nosso governo atua para fortalecer a sociedade porque acredita que só assim será possível transformar o Estado numa República a serviço de todos.

Para nós, ouvir a sociedade é a regra, e não a exceção ou o recurso derradeiro na hora de um impasse ou de uma crise. Por isso, é necessário que continuemos a fazer esse diálogo de forma organizada e permanente, pública e transparente, autêntica e leal, dentro e fora dos gabinetes.

Vocês sabem que, no nosso governo, o “como fazer” é tão importante quanto “o que fazer”. Temos por meta expandir e fortalecer a tão sonhada democracia participativa. E esse diálogo, é preciso deixar sempre bem claro, não é apenas legítimo e justo. Por meio dele, nós estamos resolvendo problemas do nosso país que nunca foram resolvidos, muito menos por métodos autoritários. É isso que, mais uma vez, nós todos estamos fazendo aqui, hoje.

No meu governo, o esporte com foco na inclusão social é uma prioridade e uma questão de Estado. Para isso criamos o Ministério e estamos, agora, realizando esta Conferência. Pela primeira vez no Brasil o esporte e o lazer estão sendo tão amplamente discutidos por toda a sociedade.

Eu queria fazer um parênteses aqui, nesse “pela primeira vez no Brasil”, porque, Nuzman, toda vez que nós falamos “pela primeira no Brasil” muita gente acha: “Mas porque que o Lula fala tanto “pela primeira vez”? Porque é pela primeira vez. Porque são coisas tão óbvias, que nunca foram feitas, que nós somos obrigados a dizer: “Pela primeira vez está sendo feita, no Brasil, determinada coisa”.

São coisas simples. As coisas difíceis, todo mundo pensa em fazer. As coisas fáceis, aquelas que, na verdade, mexem conosco diariamente, não têm tanta importância. Por isso, em muitas coisas que nós estamos fazendo, eu sou obrigado a dizer: pela primeira vez no Brasil isso acontece. É tentar fazer o simples, porque o difícil é difícil.



Essa construção coletiva que vemos aqui é o resultado do envolvimento de governos estaduais e municipais, de diversos setores sociais, sindicais, empresariais, educacionais, ONGs, entre outros.

Prova evidente de que o tema do esporte e lazer tem despertado enorme interesse é a intensa participação da cidadania na preparação desta Conferência.

Quero destacar que foram realizadas 60 conferências municipais e 116 regionais, envolvendo 2.500 municípios e a participação direta de mais de 83 mil pessoas.

Para nós, o acesso ao esporte e ao lazer é um direito de cidadania e um caminho muito especial para promover melhorias na qualidade de vida da sociedade.

Todos aqui sabem o quanto o esporte fortalece a auto-estima, estimula a solidariedade, cultiva o respeito ao próximo, incentiva a tolerância, o sentido de equipe, a disciplina, a capacidade de liderança e, sobretudo, contribui para que tenhamos uma vida saudável.

O esporte auxilia de forma concreta no combate ao uso de drogas, à evasão escolar, à criminalidade. Ele é, também, um fator expressivo de desenvolvimento econômico, gerando empregos e renda. As atividades esportivas geralmente produzem uma dinâmica econômica em cadeia, com efeitos na indústria, no comércio, na realização de eventos e no turismo.

O esporte é, ainda, um componente fundamental na afirmação da identidade nacional, um dos fatores de unidade da nossa rica diversidade cultural.

E, internacionalmente, aproxima os povos de diferentes nações, difunde valores e bens culturais, promove maior intercâmbio comercial e contribui para a paz no mundo.

Nosso governo quer fazer da prática esportiva uma atividade tão necessária e cotidiana como escovar os dentes e tomar banho.



O esporte, sendo praticado por contingentes cada vez maiores da população, além de todos os benefícios que acarreta, gera naturalmente para o nosso país um número expressivo de atletas campeões, em todas as modalidades.

Meus queridos amigos, minhas queridas amigas,

Todos os estudos demonstram que, muitas vezes, por falta de opção, um jovem ou uma jovem pode seguir um caminho errado na vida.

Meu governo, está portanto, empenhado em criar todas as oportunidades possíveis para quem queira praticar atividades esportivas no Brasil.

Os programas “Segundo Tempo”, “Esporte e Lazer na Cidade”, “Pintando a Liberdade”, entre outros que o Ministério dos Esportes já vem executando, caminham nesta direção.

Não me esqueço da visita que fiz à Fundação de Apoio ao Menor em Feira de Santana, Bahia, no ano passado. Lá conheci uma das melhores experiências do programa “Segundo Tempo.” Pude ver 12.500 crianças carentes sendo atendidas em projetos de esporte, agricultura e oficinas profissionalizantes voltadas para a produção de pães, doces e outras atividades.

O “Segundo Tempo” tem ajudado, de fato, a educar a meninada carente, tirando-a do desamparo das ruas através do esporte. Ele é um programa simples e, ao mesmo tempo, muito eficiente: quem estuda de dia, pratica esporte à tarde; e quem estuda à tarde, fica de manhã brincando e participando de atividades esportivas.

Hoje, já são 750 mil crianças em todo o Brasil e, até o final do ano, vamos beneficiar – se o Agnelo e Deus ajudar – mais de 1 milhão de crianças no “Segundo Tempo”.

Outra iniciativa importante do Ministério do Esporte está voltada para enfrentar a crise que atinge grande parte dos clubes de futebol brasileiros. Os



botafoguenses, os corinthianos e os flamenguistas que não fiquem acesos não, que não vão ter amortização de dívidas aqui.

O objetivo é melhorar a gestão e promover avanços na organização do futebol, equacionando inclusive os seus graves problemas financeiros.

Na verdade, nós vamos ter que discutir, com muita seriedade, o problema dos clubes brasileiros, porque não adianta fingir que não é conosco. Não adianta fingir que uma crise no Flamengo, no Fluminense, no Cruzeiro, no Atlético, no Grêmio, no Internacional, no Náutico, no Santa Cruz, no Sport, no Bahia, no Vitória, no Paysandu, no Corinthians, no Palmeiras, no São Paulo, no Santos, não interessa à gente, não adianta dizer que não é um problema nosso, porque alguns times de futebol no Brasil deixaram de ser apenas um time de futebol, viraram um patrimônio do nosso país, um patrimônio do nosso estado e da nossa cidade. Então, nós vamos ter que encontrar um jeito de ajudar a resolver o problema profundo.

Eu, por exemplo, não sou botafoguense, mas tenho amigos botafoguenses, eu era “didiense”, “garrinchense”, eu torcia para as pessoas do Botafogo. Mas tem o presidente da Petrobrás, que é doente pelo Botafogo. O governador do Mato do Grosso do Sul sai de Campo Grande para ir ver o Botafogo perder de 4 a zero de alguém. Aí, eu fico pensando o que o Botafogo representa para o nosso país, o patrimônio que é o Botafogo para o nosso país.

Então, nós temos a obrigação de chamar a direção do Botafogo e de outros times e discutir o que pode ser feito para garantir que esses times sobrevivam. Muitas vezes é fácil dar palpites. Eu vejo muito, na televisão, darem palpites: “não, porque tem que gerar empregos, porque tem que gerar isso, porque tem que gerar aquilo”. As pessoas se esquecem que nós somos um país pobre, que não é tão rico quanto nós gostaríamos que fosse. E as pessoas percebem o quê? Que os nossos atletas, em qualquer área, na hora em que eles despontam, vem um time estrangeiro aqui e leva eles embora. Os



times vão sempre formando jogadores e perdendo jogadores. Ou seja, não conseguimos mais ser aquilo que já fomos. É preciso parar e pensar. Até porque, se o time estiver bom, a gente vai poder fazer com que eles todos tenham times de basquete, tenham times de vôlei, tenham investimento em natação, que todos tenham investimentos. Eu, por exemplo, sou amante de boxe, não vou contar minha história de boxeador.

Ou seja, se nós estivermos com os times bons, nós poderíamos exigir deles outras partes desportivas. Inclusive, abrir um clube em alguns dias, para que crianças pobres possam usar. Quantos milhões de crianças não sonhariam em entrar no espaço do Flamengo? Agora, se o time estiver falido, não entra ninguém. Então, nós vamos cuidar disso com carinho.

Eu tenho dito que nós somos feitos para enfrentar desafios enormes. Tem muita gente que tem vergonha de falar isso, tem muita gente que não gosta de falar. Eu acho o seguinte: eu acho que o nosso povo gosta e respeita que a gente faça as coisas certas. E vamos tomar uma atitude de recuperar todo o esporte.

Eu me lembro quando o Palmeiras tinha um grande time de basquete; o Corinthians tinha um grande time de basquete, Amaury Pasos era do time do Corinthians, o Vlamir Marques era do time do Corinthians, que foi campeão do mundo, em 1959. Vocês percebem que sou novo, mas conheço um pouco da história do basquete. Hoje, não têm mais os times. Então, é preciso criar as condições.

Quero terminar dizendo para todos vocês que, possivelmente, o resultado das coisas que vocês aprovarem aqui, eu sei que vai ser uma quantidade enorme, vai permitir que o Ministério do Esporte possa, a partir dos subsídios, elaborar a Lei de Incentivo ao Esporte.

Porque aí vai ficar uma coisa mais bonita, não vão dizer: “é a Lei do Agnelo”, é a “Lei do Lula”, é a “Lei do governo”. Não. É a Lei de milhares de homens e mulheres que, por gostar e pratica esporte, neste país, participaram



da Conferência, encontraram subsídios nos seus estados e nas suas regiões e os trouxeram, para que os nossos companheiros pudessem fazer a Lei. Então, não é uma Lei nossa. É uma Lei dos amantes do esporte deste país.

Temos que dizer que, com ela, nós vamos dar uma dimensão ainda maior às atividades esportivas em nosso país. Estejam certos de que, em breve, estaremos remetendo esse Projeto de Lei ao Congresso Nacional. Quem sabe, um belo dia, todos vocês, vestidos com essas roupas bonitas, vão fazer roupas da Seleção Brasileira em maior quantidade para as pessoas poderem utilizar. Aí, vocês irão até o Congresso Nacional conversar com os deputados, visitar lideranças e senadores e, quem sabe, a gente consiga aprovar essa Lei com uma rapidez maior do que aquela que muita gente espera.

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês.



Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de contratos de construção e reforma de plataformas da Petrobrás

Brasília-DF, 17 de junho de 2004

Dilma Rousseff, ministra de Estado de Minas e Energia,
Meu caro José Eduardo Dutra, presidente da Petrobrás,
Governador Paulo Souto, do estado da Bahia,
Governadora do estado do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho,
Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung,
Meu caro Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Jaques Wagner, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,
Senhor Nivaldo Passos Kruger, representante do governador do estado do Paraná,

Senhor Zevi Kann, representante do governador do Estado de São Paulo,

Senador Sérgio Cabral,

Senador Marcos Guerra,

Deputados federais aqui presentes,

Deputados estaduais, prefeitos, vereadores,

Funcionários da Petrobrás,

Funcionários da Nuclep,

Empresários,

Amigos e amigas,

Eu não vou, como de hábito, ler o meu discurso, vou apenas fazer alguns agradecimentos aqui, porque o que está acontecendo aqui, hoje, é a



concretização de um desejo. Um desejo que não era meu, era um desejo de vários outros candidatos. O Garotinho defendia isso, o Ciro Gomes defendia isso durante a campanha. Era um desejo dos trabalhadores dos estaleiros brasileiros, era um desejo dos empresários da indústria naval brasileira, era um desejo de prefeitos das cidades e dos estados que serão, obviamente, beneficiados, era um desejo dos técnicos e trabalhadores da Nuclep, era um desejo, eu diria, de muita gente da Petrobrás, apesar de, na época, a Petrobrás, enquanto Direção, defender que fosse feito fora, inclusive com artigos virulentos contra a idéia xenófoba de querer trazer para cá coisas que só o Primeiro Mundo produzia.

Eu queria, ao invés de fazer um discurso, fazer um agradecimento. Eu me lembro da quantidade de reuniões que certamente outros candidatos, naquela ocasião, também fizeram com trabalhadores, com empresários e com engenheiros da Petrobrás. Eu me lembro de quantos documentos, quantos textos, quantos panfletos tivemos que fazer para provar que nós tínhamos condições de fazer, aqui, no Brasil, aquilo que queriam fazer na Noruega. E, por fim, nós assistimos, aqui, a assinatura do contrato, sem criar nenhuma grande novidade, apenas devolvendo ao Brasil um patrimônio de conhecimento que o nosso país já teve e que não tinha perdido, porque tinha muita gente qualificada para fazer esse serviço. E o que nós estamos fazendo é tirar da prateleira o nosso conhecimento tecnológico, o potencial dos nossos operários, o potencial dos nossos empresários e colocar para funcionar, ou seja, nós estamos apenas dizendo: nós existíamos, existimos e agora vamos mostrar porque a gente quer que sejam feitas, no Brasil, essas coisas que outros pensavam que só podiam ser feitas fora.

Eu sempre digo que se um governante não acredita no seu país, se um governante não acredita na sua gente, será muito difícil ele convencer alguém de um outro país a confiar no seu próprio país. Esse gesto, meu caro José Eduardo Dutra, que você e a ministra Dilma, junto com os empresários, junto



com os trabalhadores, junto com os técnicos brasileiros da Nuclep, da Petrobrás estão fazendo, hoje, no Palácio do Planalto, é apenas a demonstração que se, durante esse tempo todo, nós tivéssemos acreditado um pouco mais em nós mesmos, certamente nós poderíamos estar em situação muito melhor do que estamos hoje.

Eu não poderia deixar de dar os parabéns à Direção da Petrobrás, não só pela extraordinária qualidade do investimento de 6 bilhões de reais envolvendo cinco estados da Federação – Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo e São Paulo – mas também porque vai recuperar a possibilidade de trabalho de uma mão-de-obra qualificada, que estava perambulando pelas ruas deste país, sem saber o que fazer.

Eu acho que o gesto que a Petrobrás faz aqui, hoje, com estes contratos assinados, demonstra que nós temos muito mais coisas que podemos fazer aqui e certamente vamos fazer; certamente, nós vamos recuperar a capacidade de trabalhar da nossa gente e vamos recuperar a credibilidade que o Brasil tem na sua indústria naval.

Eu queria me referir ao BNDES, porque além das coisas que a companheira Dilma e o José Eduardo falaram, é importante lembrar que nesse mesmo tempo em que foram assinados estes contratos aqui, a gente tem que reconhecer que o BNDES tem apoiado, de forma extraordinária, a nossa indústria de petróleo. Apenas no que se refere às plataformas, o Banco vai desembolsar, este ano, a quantia de 120 milhões de dólares em financiamento.

Este valor subirá para, no mínimo, 800 milhões de dólares em 2005, e se repetirá em 2006. O BNDES também financiará 300 milhões de dólares para embarcações de apoio à produção de petróleo e gás, nos próximos anos. Em relação a navios petroleiros, o valor deverá chegar a 1 bilhão de dólares. Se a Petrobrás concretizar todas as encomendas que nós achamos que ela deve encomendar, a gente pode consolidar uma frota marítima excepcional no Brasil.



E o mais importante é que nós estamos também muito preocupados em fazer com que haja, através do BNDES, financiamento para pequenas embarcações, ou seja, da mesma forma que nós financiamos um carro, nós poderemos financiar um pequeno barco para um pescador que vive da pesca artesanal e que tem aquilo como o sustento da sua família.

Portanto, eu quero dizer a todos vocês e, especialmente, aos trabalhadores e aos empresários da indústria naval que vocês, certamente, com este contrato e com outros que ainda firmaremos, voltarão a ser top de linha, voltarão a ser empresários da moda na produção de grandes navios e de grandes plataformas.

Meus parabéns à Petrobrás, meus parabéns à ministra Dilma, meus parabéns aos governadores e, sobretudo, meus parabéns aos trabalhadores e aos empresários.

Boa sorte.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005**

Brasília-DF, 18 de junho de 2004

Meu caro João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Meu caro Roberto Rodrigues, ministro de Estado da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento,

Meu caro Antonio Palocci, ministro de Estado da Fazenda,

Meu caro Miguel Rossetto, ministro de Estado do Desenvolvimento
Agrário,

Meus companheiros deputados Arlindo Chinaglia, professor Luizinho,
Luiz Eduardo Greenhalgh, Cláudio Vignati, Neide Aparecida, José Mentor,
Odacir Zonta, Geraldo Tadeu, Zequinha Sarney, Virgílio Guimarães, Paes
Landim,

Meu querido Cássio Casseb, presidente do Banco do Brasil,

Meus amigos e minhas amigas.

Eu acredito que depois da exposição do Wedekin e do entusiasmo
mostrado pelo nosso ministro Roberto Rodrigues, nós deveríamos sair daqui
com a convicção de que o que está acontecendo na agricultura brasileira, meu
querido Clayton, presidente da Embrapa, é uma elevação do grau de
conhecimento que nós estamos tendo sobre os nossos problemas e colhendo
os investimentos que foram feitos em pesquisa neste país, para que a gente
superasse alguns problemas que nos tiravam vantagens comparativas nas
disputas com outros países produtores agrícolas.

Eu digo sempre que o Brasil é um país abençoado, porque Deus nos
deu a vantagem comparativa, esse solo extraordinário, com uma extensão



territorial fantástica, sem as intempéries que acontecem na maioria de outros países. Nós não temos vulcão, não temos maremoto, não temos vendaval, como tem em outros países, não temos neve, como tem em outros países, ou seja, nós temos todas as condições que a natureza nos deu como vantagem comparativa. O que era preciso, na verdade, era a gente fazer a nossa parte. Deus fez a parte dele, os portugueses fizeram a parte deles quando demarcaram tão bem o nosso país, e durante muitos anos ficamos esperando que nós fizéssemos a nossa parte, que o Banco do Brasil fizesse a sua parte, que o Ministro da Fazenda fizesse a sua parte, que a Câmara dos Deputados fizesse a sua parte, que o Ministro da Agricultura fizesse a sua parte, que os empresários fizessem a sua parte, e isso, graças a Deus, está sendo feito.

Eu penso que o crescimento do volume de recursos que nós estamos colocando na safra para 2004/2005, possivelmente, não seja tudo aquilo que vocês queriam, e é bom que seja assim, porque quando tiver dinheiro demais, vocês também começarão a gastar demais e, muitas vezes, não gastar nas coisas mais necessárias. É importante que o cobertor, de vez em quando, não dê para cobrir corretamente, para que a gente saiba cobrir os lugares mais necessários para enfrentar o frio.

Eu penso que, hoje, o Brasil está conquistando vantagens comparativas em setores onde estávamos atrasados. Por exemplo, nós, hoje, somos um país competitivo na área tecnológica, com muitos outros países do mundo. Isso é uma coisa que ninguém pode negar e o resultado da nossa balança comercial demonstra isso.

Da mesma forma que o Moderfrota, que foi criado há uns anos atrás, deu uma alavancagem extraordinária. Primeiro, na indústria que produz máquinas agrícolas; segundo, eu penso que o financiamento permitiu que houvesse uma demanda extraordinária. E é exatamente por conta dessa demanda que eu acho que os empresários que produzem precisam tomar muito cuidado com o aumento, porque senão, nós fazemos um benefício, e



esse benefício termina não contemplando totalmente, porque muita gente pode querer ganhar tudo num ano só, e é preciso ganhar ao longo do tempo.

Eu sei que está aumentando muito os produtos, sobretudo o aço, mas é importante que a gente tenha muito cuidado, porque nós precisamos ganhar pela nossa capacidade produtiva, pelo aumento de oferta e, sobretudo, pelo aumento da demanda. E quanto mais fácil, mais demanda haverá neste país.

Eu acho que essas vantagens que nós tivemos permitiram que o Brasil, hoje, pudesse olhar para o mundo sem precisar se sentir pequeno ou país de Terceiro Mundo. Pelo menos na agricultura, nós estamos no Primeiro Mundo, não estamos em outro mundo porque ainda não inventaram um melhor do que o primeiro, senão nós estaríamos lá.

A tendência natural é melhorar. Vocês perceberam que os instrumentos de financiamento que foram anunciados têm como objetivo melhorar. Certamente, o Banco do Brasil vai ser mais ágil na liberação dos recursos, nós vamos trabalhar para que o Banco do Brasil cumpra mais agilmente, mais do que já cumpriu este ano, com a liberação dos recursos.

Vocês perceberam que o Palocci, cada vez que conversa com o Roberto Rodrigues, o Roberto consegue amolecer um pouco o Palocci e o dinheiro vai fluindo, não tanto quanto o Roberto desejaria, mas também não tanto quanto o Palocci gostaria, mas a gente vai equilibrando essas coisas.

De forma, meu querido Roberto, que eu estou satisfeito porque algumas coisas que são pequenas, muitas vezes, têm um resultado extraordinário. Eu me lembro da viagem à Índia e da questão dos embriões para renovação do nosso rebanho bovino, uma coisa que jamais poderia ter sido paralisada; de 1964 até este ano, estava praticamente proibido importar embriões da Índia, porque tinha uma Lei que proibia, feita no governo Castelo Branco. Hoje, isso está superado, eu penso que a gente teve um ganho extraordinário.

Eu não preciso dizer para vocês o que isso significa para o Brasil, mas nós vamos continuar trabalhando e eu quero dizer a vocês que um setor que



tem um ministro da qualidade do Roberto Rodrigues não tem porque se queixar. Pode até não ter tudo o que queriam ter mas, certamente, eu acho que poucos na história da República Federativa do Brasil tiveram um ministro nessa área, sem desmerecimento dos outros que já passaram por aqui, tão competente e tão comprometido com o setor, como nós temos o companheiro.

Eu espero que esses elogios fortaleçam o Roberto Rodrigues na hora de negociar com a Fazenda.

Este é o segundo Plano Safra do meu governo. E estamos mais do que felizes porque os objetivos do primeiro Plano foram plenamente alcançados, como explicou ali o nosso companheiro Wedekin.

Tenho certeza de que caminhamos no rumo certo. Alcançamos, em 2003-2004, uma produção de 120 milhões de toneladas, com um aumento de cerca de 3 milhões de hectares na área plantada.

Na pecuária, a produção de carne bovina também cresceu, atingindo 7 milhões e 600 mil toneladas. Hoje, o Brasil tem o privilégio de ser o maior exportador de carne do mundo. O setor avícola mostra, igualmente, um desempenho notável, chegando a 7 milhões e 700 mil toneladas. Não é à toa que o Furlan vive rindo à toa, porque o setor avícola também cresceu de forma extraordinária.

Nós todos aqui sabemos da força do nosso país no campo. O Brasil é o líder mundial na comercialização externa de diversos produtos agropecuários, café, suco de laranja, açúcar, soja, carne e aves e, quem sabe, se ganharmos a briga do algodão, poderemos logo, logo, também ser o primeiro colocado na venda de algodão; e se tudo acontecer como estamos pensando, quem sabe, logo, também estaremos exportando etanol para este mundo todo ficar menos poluído do que é hoje.

Se tudo der certo, Roberto, nós também seremos, ainda, um grande exportador de biodiesel para ver se nós despoluímos um pouco o Planeta.



Em 2003, exportamos no setor 30 bilhões e 600 milhões de dólares, obtendo um extraordinário superávit de 25 bilhões e 800 milhões, ou seja, 27% a mais do que o saldo apurado no ano anterior.

Agora, temos um desafio ainda maior pela frente: fazer com que o Brasil continue aumentando sua safra e conquistando novos patamares na geração de alimentos e na exportação do agronegócio.

Apesar das dificuldades de recursos do país, o governo vai garantir para o novo Plano Safra – somando agronegócio e agricultura familiar – um volume de crédito rural de R\$ 46 bilhões e 450 milhões de reais, ou seja, 43% a mais do que o destinado no período anterior.

Estamos expandindo o crédito de custeio e comercialização e vamos promover um aumento ainda mais expressivo em recursos para investimento.

Além disso, no Moderfrota, que tem por finalidade a renovação da frota de tratores e colheitadeiras, o total de recursos, como disse o Wedekin, pula dos humildes 2 bilhões de reais, em 2003-2004, para 5 bilhões e 500 milhões de reais, em 2004-2005.

Idêntico esforço nós estamos dedicando à expansão da agricultura familiar, cujo Plano Safra estaremos lançando, aqui, no dia 28 deste mês.

Há muito tempo o governo não destina tantos recursos para investimento no campo como estamos fazendo nestes dois últimos anos. Essa é uma vitória da qual todos nós devemos nos orgulhar. Nós estamos conseguindo fazer crescer, e muito, as nossas duas agriculturas, a do agronegócio e a familiar, ambas indispensáveis e complementares ao desenvolvimento do Brasil, gerando cada vez mais trabalho, renda e riqueza.

Meus companheiros e minhas companheiras,

Meus amigos e minhas amigas,

O ministro Roberto Rodrigues já detalhou as principais inovações introduzidas neste Plano Safra, voltadas para ampliar o crédito ao agronegócio e aprimorar os instrumentos tradicionais de apoio à comercialização e garantia



de renda.

Quero chamar a atenção para aspectos que mostram, claramente, como a agricultura e a pecuária têm impulsionado a nossa economia.

O uso intensivo de tecnologia tem multiplicado a produtividade rural e elevado a qualidade de nossas mercadorias.

Estamos conquistando novos mercados para nossas exportações, apesar do protecionismo e das barreiras tarifárias e não-tarifárias, injustamente erguidas pelos países desenvolvidos contra os produtos brasileiros e de outros países em desenvolvimento.

E já estamos colhendo os frutos da intensificação do intercâmbio comercial tanto com os países em desenvolvimento, quanto em relação aos países ricos.

Os negócios que foram feitos durante a nossa recente viagem à China se somaram aos que já tínhamos obtido na visita à Índia, ao Oriente Médio, à África e à América Latina, sem falar daqueles que realizamos nos Estados Unidos e na Europa, nestes quase 18 meses de governo.

Temos atuado de modo sereno, mas firme, para garantir acesso cada vez maior aos mercados e vender muito mais os nossos produtos, alcançando resultados importantes.

Um bom exemplo é o da recente vitória na OMC – que, me parece, está sendo julgada hoje, e vamos torcer aqui, como se estivéssemos esperando uma final de Copa – hoje consolidada em relação aos subsídios dos Estados Unidos à produção de algodão, o que deverá repercutir em outros segmentos do comércio mundial.

A nossa agricultura é muito competitiva e continuaremos fazendo tudo o que estiver ao nosso alcance para aumentar mais ainda a sua extraordinária contribuição ao povo brasileiro.

Meus amigos e minhas amigas,

Quando o Roberto Rodrigues me falou da briga na OMC, que os nossos



produtores de algodão também resolveram fazer, e nós obtemos uma vitória dessas, é importante saber a contribuição que o Brasil está dando, não apenas aos nossos produtores internos, mas ajudando outros países que não teriam condições de brigar na Organização Mundial do Comércio – países africanos, sobretudo, muitos deles têm na exportação de 180 milhões de dólares, 190 milhões de dólares de algodão, a sua maior receita para a economia daqueles países.

Eu penso que o Brasil vem conquistando isso porque houve uma definição de estratégia política com relação à nossa ação externa, de não ficar esperando as pessoas nos descobrirem. Nós já fomos descobertos há quinhentos anos. Agora, nós é que temos que sair pelo mundo vendendo aquilo que nós temos ao mundo. Foi com esse objetivo que nós fizemos, nestes 18 meses, viagens para todos os países que nós considerávamos os mais importantes e que poderiam se transformar em novos mercados para o Brasil. Sem falar dos Estados Unidos, que é o nosso principal parceiro comercial, ou da União Européia, que estão aí numa relação comercial de mais ou menos 26%, cada um. Mas era preciso tentar procurar novos mercados, sobretudo, com aqueles países em que pudéssemos adotar políticas de complementaridade, ou seja, o que nós temos que aquele país não tem, o que eles têm que nós não temos, o que ele produz que nós não produzimos, para que possamos estabelecer uma relação comercial, é verdade, mas também uma relação que leve em conta a afinidade política, a afinidade cultural e, sobretudo, a consolidação de um novo bloco de negociação neste país.

O Roberto Rodrigues e o Furlan sabem o carinho que eu tenho por eles, pela sua dedicação. O Celso Amorim também sabe, pelo esforço que eles fazem. Eu nunca vi, não sei se na história do Brasil teve ministros que se dedicaram tanto a vender a boa imagem do Brasil lá fora como esse tripé, Roberto Rodrigues-Furlan-Celso Amorim, cada um na sua função.

Qual é a coisa importante, o resultado que nós estamos colhendo?



Vocês, que são homens de negócios, sabem que não existe na relação comercial nenhum interlocutor que respeite o outro se ele ficar de cabeça baixa, ninguém respeita quem anda de cabeça baixa. Ninguém respeita quem não se respeita e o que nós estamos fazendo não é uma política de afronta contra qualquer país do mundo, contra qualquer competidor. O que nós estamos fazendo é, pura e simplesmente, fazer com que sejamos respeitados por aquilo que nós somos e estamos nos apresentando ao mundo como interlocutor capaz de criar uma nova geografia comercial no mundo.

E por que isso? Porque a geografia comercial entre Brasil e Estados Unidos e Brasil e União Européia, como já é muito grande, quanto mais cresce, mais vai ficando limitado o nosso campo de ação e eles têm problemas políticos enormes com os seus produtores agrícolas.

A França não muda o subsídio, não é porque o Chirac não gosta de nós, ele não muda porque ele gosta mais dos produtores agrícolas dele, que têm um poder de pressão política muito grande. Da mesma forma, o governo americano, qualquer que seja ele, democrata ou republicano. Eles têm que ter uma política especial porque os agricultores têm um peso, não só na economia mas um peso político.

Eles estão cada vez mais limitados na nossa relação, então nós precisamos procurar outros parceiros. Se vocês forem na minha sala, vão perceber que tem um mapa mundi muito grande, onde nós temos que procurar o seguinte: onde é que nós não fomos ainda? Onde é que nós não estamos vendendo? Onde é que nós estamos vendendo menos do que deveríamos vender? Onde é que nós não estamos comprando?

Também tem uma coisa: se depender do Roberto Rodrigues e do Furlan, eles só querem vender, eles não querem comprar. Eu tenho dito que em política comercial, a gente tem que vender um pouco e comprar um pouco, porque não existe isso de só querer ter superávit, de vez em quando você tem que ter um déficit com algum país, para poder justificar o ganho com o outro.



Eu acho que nós estamos colhendo o que nós plantamos. Ontem, eu recebi, Palocci, um informe do Furlan, de que a Apex montou um grupo de trabalho que está na China, o grupo viajou depois da nossa vinda da China e, ontem, eles já tinha fechado negócios de 350 milhões de dólares com os empresários da China.

Então, qual é a novidade que nós estamos fazendo? Nós não ficaremos sentados no nosso gabinete esperando que alguém venha atrás de nós, nós temos que sair pelo mundo, há espaço a ser conquistado, há espaço em mercados extraordinários a serem conquistados e o Brasil só vai conquistar se os nossos empresários forem ousados, se os nossos ministros forem ousados, se o nosso governo for ousado, se as nossas empresas de pesquisa forem ousadas e saírem pelo mundo vendendo aquilo que nós temos de mais sagrado, que é a nossa capacidade competitiva, que é a nossa capacidade de produzir e, sobretudo, com avanço tecnológico, com a qualidade dos produtos que nós conseguimos tirar no campo.

Por isso, eu estou feliz neste dia de hoje, porque nós não estamos apenas anunciando uma coisa mirabolante que a gente vai ver num futuro longínquo; nós estamos, aqui, felizes porque já colhemos este ano o que plantamos no ano passado e, certamente, estamos plantando mais este ano porque queremos colher mais, no ano que vem.

Ainda falta um pequeno componente para nós, que também é apenas uma questão de tempo, que é colocarmos mais valor agregado nos produtos que nós produzimos. Nós precisamos aprender a ganhar mais dinheiro e por isso, vai ser preciso mais investimento, mais tecnologia e mais industrialização, para que a gente possa, definitivamente, não mais ser visto como um país em desenvolvimento, mas como um país desenvolvido que não exporta apenas produtos *in-natura*, que exporta minérios, que exporta produtos agrícolas; nós vamos, quem sabe, se a Embrapa nos ajudar, ser exportadores de conhecimento, porque aí sim, nós estaremos consagrados enquanto nação



desenvolvida.

Meus parabéns Roberto, meus parabéns a todos vocês e vamos pedir a Deus que nos ajude com o tempo, para que a gente possa colher muito mais do que colhemos este ano.

Obrigado, e boa sorte.



Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre o falecimento do ex-governador Leonel Brizola

Hotel Sofitel – São Paulo-SP, 21 de junho de 2004 (após encontro com o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe)

Todo mundo sabe que, mesmo nos momentos de divergência, eu sempre nutri um profundo respeito e admiração pela história política do Brizola. Eu acho que ele foi um personagem da nossa história durante mais de meio século. Acho que ele é uma figura de muita importância política para o Brasil. Eu acho que nós perdemos. Perdemos mais uma referência importante da nossa política.

(\$211A)



Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente da República da Namíbia, Sam Nujoma

São Paulo-SP, 21 de junho de 2004

Excelentíssimo senhor Sam Nujoma, presidente da República da Namíbia,

Ministros que acompanham a sua delegação,

Ministros do meu governo,

Meus amigos da imprensa do Brasil e da Namíbia,

Tenho grande prazer em receber o presidente da Namíbia, dr. Sam Nujoma. Ele é um velho companheiro na luta contra a discriminação, pela promoção da igualdade social e racial, pela liberdade e justiça em nossos países. É, também, um velho conhecido do Brasil, onde já esteve inúmeras vezes, antes de tornar-se Presidente da Namíbia, em 1990.

É uma satisfação especial retribuir a hospitalidade com que minha comitiva foi recebida em Windhoek, em novembro do ano passado. Nas conversações que mantivemos hoje, tivemos a satisfação de verificar o quanto as nossas relações estão se fortalecendo e ganhando substância.

Em particular, aproveitamos a presença do expressivo número de ministros dos dois países para examinar como está a implementação dos acordos assinados durante a minha visita à Namíbia.

Um tema central de nossa cooperação está na área naval. São positivos os resultados já obtidos e, por isso, estamos decididos a levar esse intercâmbio adiante. No próximo dia 25, o Ministro da Defesa da Namíbia estará na Base Naval de Aratu para receber a antiga Corveta Purus, que será incorporada à Marinha namibiana.



Tenho, também, o prazer de anunciar a decisão do governo da Namíbia de encomendar ao Brasil a construção de navios-patrolha. Igualmente significativo foi a recente assinatura do contrato com empresas brasileiras para a segunda fase do levantamento da plataforma marítima namibiana.

O Brasil orgulha-se dessas iniciativas, para que a Namíbia possa, doravante, explorar soberanamente os seus recursos naturais valiosos, aqueles que estão no mar.

Outra prioridade de nossa cooperação que examinamos foi o combate à epidemia de Aids. Esperamos concluir, o mais cedo possível, um acordo para a produção conjunta de retrovirais. Esse acordo beneficiará pacientes na Namíbia e poderá servir de modelo para assegurar o acesso da população atingida, em toda a África, aos medicamentos necessários para enfrentar esse flagelo.

Fiquei lisonjeado com a conversa, com o presidente Nujoma, sobre o programa Fome Zero, sobretudo porque a Namíbia é reconhecida internacionalmente pelo seu trabalho no campo social.

Concordamos ser urgente enfrentar, com determinação, as questões de erradicação da pobreza, segurança alimentar, serviços de saúde, emprego e educação. Elemento importante desse esforço que envolve o desenvolvimento urbano e a regularização de terras, onde nossa cooperação já apresenta os primeiros resultados.

Também avaliamos nossas relações comerciais. Embora elas tenham aumentado em 40% depois da minha visita de novembro passado, ainda é muito modesto o fluxo bilateral. O presidente Nujoma está acompanhado de uma importante comitiva de homens de negócios, que participaram de um seminário aqui, em São Paulo, com associações empresariais brasileiras. Nos contatos que mantiveram, entre outras propostas inovadoras, exploraram a possibilidade de constituição de *joint ventures*, reunindo setores empresariais dos dois países.



Sabemos que as perspectivas em nosso comércio estão ligadas à criação da “nova geografia comercial”, que reiterei em meu discurso durante a XI UNCTAD.

Examinamos de que forma nossos países podem contribuir para acelerar esse processo. Uma resposta está em garantir o sucesso da nova rodada de negociações do Sistema Geral de Preferências Comerciais.

Ao fortalecer o comércio Sul-Sul, estamos criando novas condições para a retomada das negociações de Doha. Concordamos, também, que o G-20 tem papel decisivo na coordenação de uma frente unida dos países em desenvolvimento.

Da mesma forma, apoiamos as negociações entre a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e o Mercosul, para criar uma área de livre comércio. São medidas que criam novas relações de força, ajudam-nos a superar as práticas protecionistas.

Afora os temas da agenda bilateral, examinamos ainda a atualidade internacional. Manifestei que a parceria com a Namíbia é elemento relevante da política brasileira, de resgatar nossas relações com a África.

Foi grande o êxito do primeiro Fórum Brasil-África, realizado em Fortaleza, em junho de 2003. Prova disso é que ele se tornará um evento anual e a África do Sul será a próxima sede.

O Brasil reconhece sua dívida histórica com a África, e está determinado a ajudar os povos africanos a encontrar o caminho da paz e da estabilidade política e econômica.

Não podemos ficar indiferentes às catástrofes humanitárias e ao ciclo de violência política que atingem muitos países da região. Uma importante contribuição foi a parceria entre os nossos países em apoio à missão de paz das Nações Unidas na República Democrática do Congo.



O presidente Nujoma agradeceu a participação brasileira na II Cimeira da União Africana, em Maputo, destinada a ampliar o diálogo entre o país e o Continente.

Confirmei o apoio do Brasil aos esforços da África em encontrar suas soluções para os desafios do Continente. Por isso, apoiamos o espírito da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (Nepad).

Não temos dúvida de que a cooperação e o diálogo são o caminho. Assim, só teremos êxito no combate ao terrorismo e às ameaças à paz se respeitarmos a Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional. O presidente da Namíbia reiterou o seu apoio à aspiração do Brasil de tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança. Pensamos que essa avaliação vale, sobretudo, para os esforços em favor de uma solução justa e duradoura para o processo de paz no Oriente Médio, inclusive para o rápido restabelecimento da soberania do povo iraquiano.

Estamos convencidos de que a aceitação do unilateralismo tem agravado e agrava a instabilidade política internacional. Por essas razões, consideramos que a reforma da Organização das Nações Unidas, particularmente, o Conselho de Segurança, é ainda mais urgente.

Em conclusão: como podem ver, tivemos uma reunião muito proveitosa. Confirmamos que temos uma visão convergente das questões à frente dos nossos países e também do mundo como um todo. Nossa reunião nos dá, portanto, estímulo e confiança para continuarmos a trabalhar, cada vez mais, para a aproximação de nossos povos e a prosperidade de nossos países e continentes.

Finalmente, agradeço o presidente Sam Nujoma por ter aceito o meu convite para participar, dia 20 de setembro, em Nova Iorque, da reunião de chefes de Estado para a constituição de um fundo mundial de combate à fome.

Muito obrigado. E a palavra é do presidente Sam Nujoma.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura do Fórum de Negócios Brasil/Colômbia**

São Paulo-SP, 22 de junho de 2004

Presidente da República da Colômbia, senhor Álvaro Uribe,
Excelentíssimo ministro de Comércio, da Indústria e Turismo da
Colômbia, Jorge Botero,

Meu caro companheiro Celso Amorim, ministro de Estado da Relações
Exteriores no Brasil,

Meu caro Márcio Fortes de Almeida, ministro interino do
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Meu caro Jorge Garavito, embaixador da Colômbia no Brasil,
Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues, embaixadora do
Brasil na Colômbia,

Senhor Luiz Guilherme Plata, presidente do ProexPort,

Meu caro amigo Cláudio Lemos, vice-governador do estado de São
Paulo,

Meus senhores e minhas senhoras,

Empresários,

Diplomatas presentes nesse evento,

Eu, antes, gostaria de pedir a vocês a compreensão para que, neste ato
oficial de dois países importantes na América do Sul, pudéssemos homenagear
um líder brasileiro, uma grande figura política brasileira que morreu ontem à
noite. Eu queria pedir um minuto de silêncio pela morte do ex-governador
Leonel Brizola.

Muito obrigado.



Tenho satisfação de estar aqui, juntamente com o Presidente da Colômbia, para inaugurar esta rodada de negócios Brasil-Colômbia.

Ela se soma à macro-rodada de negócios que se iniciará amanhã e que reunirá empresários dos demais países da América do Sul, em um grande esforço para fortalecer nosso comércio regional.

Ontem, o presidente Uribe e eu mantivemos uma produtiva reunião de trabalho. Esse encontro é parte do esforço que ambos os governos têm desenvolvido para o fortalecimento dos laços que nos unem.

É também expressão da prioridade que meu governo atribui às relações com os países irmãos da América do Sul.

Brasil e Colômbia têm trabalhado juntos para lograr esse objetivo. É fundamental que os empresários de ambos os países se associem ativamente a esse esforço do governo.

Esta rodada de negócios é uma clara demonstração do propósito de abrir caminhos para a prosperidade de nossos povos e de nossa região. Brasil e Colômbia têm especial responsabilidade nesse sentido, pois os dois países são os mais populosos da América do Sul, onde têm grande peso econômico, político e cultural.

Somos o primeiro e o segundo exportadores mundiais de café e temos coordenado esforços para fortalecer a comercialização do produto nos mercados internacionais.

Nosso comércio bilateral está muito aquém de suas possibilidades e é fortemente assimétrico. Nossas trocas comerciais alcançaram 847 milhões de dólares em 2003.

Desse montante, as exportações brasileiras representaram 748 milhões de dólares. As exportações da Colômbia para o Brasil, por sua vez, somaram apenas 98 milhões de dólares.

O Brasil é somente o vigésimo quinto destino das exportações colombianas. Não convém, em nosso próprio benefício, deixar essa situação



perdurar.

Tornou-se, portanto, uma necessidade ampliar o intercâmbio econômico-comercial, muito além do setor cafeeiro, no qual nossa cooperação é antiga.

O presidente Uribe e eu estamos convencidos disso. É exatamente por isso que estamos aqui.

Ontem, o presidente Uribe, logo após chegar a São Paulo, encontrou-se com grupo representativo de investidores brasileiros, interessados em oportunidades de negócios na Colômbia. Essas são iniciativas que devemos saudar. Considero muito positivo que se incremente o volume de investimentos brasileiros na Colômbia.

É um esforço de grande significado para a integração de nossas economias, no campo bilateral, e da América do Sul, em sentido mais amplo.

Queremos contribuir com ações concretas para que essas iniciativas gerem resultados para fortalecimento de nossos laços.

Na verdade, já é expressiva a presença de investimentos brasileiros na Colômbia, onde estão presentes a Petrobrás, a Odebrecht, a Marcopolo, a Busscar e a Varig, para citar algumas empresas.

A Petrobras, que chegou ao país ainda nos anos 70, é hoje a segunda maior empresa estrangeira do setor de petróleo na Colômbia, o que muito nos orgulha como brasileiros. Produz 40 mil barris diários e faz investimentos próximos a 500 milhões de dólares.

O trabalho desenvolvido por essas empresas, ao longo de anos em meu país, tem sido sinônimo de progresso, de produção e de riqueza.

Estou seguro de que aquelas que agora pensam ingressar na Colômbia muito contribuirão para a prosperidade de seu povo, gerando empregos e elevando os níveis de renda e de bem estar. Esse é o sentido da integração que estamos sabendo construir.

Este movimento de antigos e novos investidores brasileiros no mercado colombiano aumenta as perspectivas do crescimento do fluxo comercial.



Seus efeitos positivos se somarão aos do acordo de livre comércio entre a Comunidade Andina de Nações e o Mercosul. A construção de uma infraestrutura comum e uma forte integração econômico-comercial são os alicerces para realizarmos nosso sonho de uma Comunidade de Nações Sul-americana, um Continente mais integrado, mais próspero e mais unido.

Esse projeto é parte de um esforço mais amplo de ampliação da presença dos produtos dos países em desenvolvimento no comércio internacional.

Precisamos construir uma nova geografia econômica e comercial dos países em desenvolvimento. Na verdade, essa “nova geografia” já está sendo conformada com o extraordinário aumento do fluxo comercial entre países em desenvolvimento nos últimos anos.

Precisamos, isto sim, ampará-la e promovê-la. A “nova geografia” é nossa resposta às oportunidades abertas pela aceleração dos fluxos de comércio e investimentos decorrentes da globalização. Ela não significa substituir fluxos tradicionais de intercâmbio Norte-Sul. Queremos, sim, criar novas oportunidades e encorajar parcerias que explorem as complementaridades entre as economias do Sul.

Por tudo isso, meu caro presidente Uribe, estou convencido de que a rodada de negócios que estamos abrindo aqui em São Paulo, cidade cosmopolita, símbolo da produção industrial no Brasil, é um passo de grande importância para nossas relações.

Convido os presentes a juntarem-se aos esforços em favor da nossa aproximação.

Desejo a todos os participantes desta rodada muito êxito e que seu trabalho se reverta em maior prosperidade para o Brasil e a Colômbia, com benefícios palpáveis à população dos dois países.

Eu quero, meu caro amigo presidente Uribe, empresários da Colômbia, empresários do Brasil, dizer a vocês que no que depender do governo



brasileiro, no que depender das instituições de financiamento do Brasil, nós iremos fazer todo o esforço que estiver ao nosso alcance para que a gente possa aumentar essa parceria entre Colômbia e Brasil.

Eu tenho desafiado os empresários brasileiros a não terem medo de virarem empresários multinacionais. E o mesmo vale para os empresários da Colômbia.

Nós precisamos explorar, nos nossos países e nos países vizinhos, todas as oportunidades de investimentos que pudermos fazer, porque se não fizermos isso, nós correremos o risco de atravessar mais um século vendo a América do Sul ser um Continente ainda em vias de desenvolvimento.

Eu penso que o que estamos fazendo neste momento, aqui em São Paulo, com esta reunião, é um passo a mais na política de integração que tanto sonhamos para a América do Sul. Uma integração do ponto de vista cultural, uma integração do ponto de vista político, uma integração do ponto de vista industrial, uma integração do ponto de vista econômico e comercial, uma integração, enfim, que possa fazer com que todos nós nos sintamos numa única pátria, estando na América do Sul.

O Brasil pode e deve contribuir para que os países mais necessitados tenham, no Brasil, o financiamento necessário. Nós sabemos quais as necessidades de cada país. Todos vocês sabem que o Brasil também é um país com problemas muito sérios no campo social, e ainda temos muito o que fazer para resolver os nossos problemas internos. Mas todo mundo também sabe que resolver os nossos problemas internos significa contribuir para ajudar a resolver problemas em outros países.

E eu acho que a recíproca é verdadeira, se analisarmos a quantidade de empresários colombianos que estão aqui. Nós estamos, no fundo, no fundo, convencidos de que os gestos que estamos fazendo em São Paulo, hoje, ou os gestos que fizemos quando propusemos a integração da América do Sul, ou os gestos que fizemos quando propusemos a integração da Comunidade Andina



com o Mercosul são gestos que, em menos de 18 meses, estão se tornando políticas concretas, em coisas práticas que darão ao nosso povo mais otimismo e mais certeza de que a integração é uma coisa definitiva a ser buscada por nós, que estamos governando o Brasil e a Colômbia, neste momento.

Quero agradecer presidente Uribe pelo carinho da sua relação com o Brasil. Quero agradecer a participação dos empresários colombianos neste evento e, também, agradecer a participação dos empresários brasileiros.

O que nós acreditamos é que, a partir deste evento, vocês possam se conhecer melhor, vocês possam descobrir as oportunidades de investimentos, aqui e na Colômbia, vocês possam discutir as políticas de complementaridade entre o Brasil e a Colômbia, para que a gente possa, ajudar uns aos outros. É essa política que vai determinar uma nova “geografia comercial” no mundo.

Cada um dos nossos países tem uma relação privilegiada com a União Européia e tem uma relação privilegiada com os Estados Unidos que, no caso do Brasil, é o maior parceiro comercial individual. Nós queremos mantê-la e queremos aperfeiçoá-la. Mas, ao mesmo tempo, nós precisamos procurar novos parceiros, nós precisamos procurar aqueles que, como nós, têm muito a receber de nós e muito a dar, em função dos nossos interesses. Por isso é que nós resolvemos trabalhar fortemente a integração da América do Sul.

É por isso que, em fevereiro ou em abril, vamos ter um grande evento no Brasil entre todos os chefes de Estado do mundo árabe e com todos os presidentes dos países da América do Sul. Possivelmente, se esse encontro tiver o sucesso que eu espero que tenha, quem sabe vai se tornar um hábito fazer reuniões de chefes de Estado de outro Continente com a América do Sul, para que eles descubram definitivamente que nós, o presidente Uribe e eu, não vamos jogar fora a oportunidade que o povo nos deu de dirigir os nossos países tentando construir, em poucos anos, a base de desenvolvimento que nós, durante tantos e tantos anos, deixamos de aproveitar.

Boa sorte aos empresários brasileiros e colombianos. Meu caro



presidente Uribe, muito obrigado pela sua presença no Brasil. Eu tenho certeza que esse é um passo concreto, uma demonstração viva de que quando nós falamos em integração, não é apenas retórica, mas é um discurso recheado de ações concretas, como este evento que estamos realizando aqui.

Boa sorte.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço com investidores estrangeiros em Nova Iorque

Nova Iorque, 23 de junho de 2004

Quero dizer a todos vocês da satisfação e da alegria de, como Presidente da República do meu país, poder dar seqüência a uma conversa que o meu governo está tendo com investidores americanos, mexicanos, canadenses e de outras partes do mundo.

Quero cumprimentar a senhora Anne Stevens, vice-presidente da Ford, pelo seu pronunciamento que, como brasileiro e como Presidente, é motivo para ficarmos felizes, sobretudo porque traz uma coisa que já me foi dita pessoalmente e reiterada aqui, da crença que ela tem no Brasil e da confiança que ela tem nos trabalhadores brasileiros.

O nosso embaixador Roberto Abdenur,

Quero cumprimentar os meus ministros, as ministras e vários empresários brasileiros que eu nem sabia que eram brasileiros, pensava que fossem americanos. E, em outras caso, eu nem sabia que eram americanos, pensava que fossem brasileiros. Mas, de qualquer forma, sendo americanos ou brasileiros, já está bom para quem veio aqui, conversar com investidores.

Eu, antes do meu pronunciamento, quero dizer para vocês que nós temos muita clareza do que significa essa economia globalizada e muito mais clareza do papel que um país do tamanho do Brasil e com o potencial do Brasil pode jogar neste cenário político, econômico e social.

Em se tratando de comércio, eu penso que todo mundo que está aqui tem consciência de que ninguém quer comprar mais do que vender. Todo mundo quer vender mais. Os espaço é pequeno e há uma briga enorme entre os países para ocupar o seu espaço e para exportar mais. Afinal de contas, é desejo de todos os países construir superávits comerciais e não déficits



comerciais. Essa é uma briga onde não tem amigos, onde não tem companheiros. É uma briga onde tem determinação política, competência e vantagens comparativas que temos a responsabilidade de conquistar ou não conquistar. Por isso, o Brasil dá um salto de qualidade na sua política externa.

O Brasil resolveu deixar de ser mais um país do mundo e se transformar num ator do mundo globalizado. Não queremos nem ser o ator principal, queremos, apenas, não ser mais coadjuvante. Queremos fazer valer a nossa competência, a nossa habilidade política, a nossa capacidade produtiva, seja na agricultura ou na indústria, e fazer o que qualquer país do mundo faz. Eu estou num país que sabe fazer isso melhor do que qualquer outro país. Lamentavelmente, não foi essa cultura política que permeou o meu país durante tantos anos. Muitas vezes, nós agíamos como se fossemos uma nação insignificante e não mostrávamos ao mundo as coisas boas que nós temos.

O ministro Furlan disse, pela manhã, que não é apenas o futebol, que temos orgulho de ter, da melhor qualidade; não é apenas o carnaval, que temos orgulho de ter o melhor carnaval do mundo; não é apenas a agricultura, que temos o poder de ser o país mais competitivo do mundo.

O Brasil tem muitas outras coisas para oferecer. O Brasil tem tecnologia de ponta; o Brasil tem uma parcela da sua sociedade bem informada, profissionalmente, capaz de competir em quantidade e qualidade com qualquer país do mundo. O Brasil tem uma base trabalhadora altamente qualificada, que o digam os empresários aqui, que têm empresas produzindo no Brasil.

Portanto, o que nós resolvemos foi mostrar essa nova cara ao mundo. E mostrar, sobretudo, no chamado “mundo mais distante”. A América do Sul estava muito próxima do Brasil, porque nove dos países fazem fronteira conosco. Só não fazemos fronteira com o Equador e com o Chile. Fazemos fronteira com todos os demais. E estávamos distantes, porque a relação política era muito pequena, porque muitos países da América do Sul tinham



medo do Brasil, achavam que o Brasil era um país imperialista e que a economia brasileira iria sufocá-los.

Nós, então, resolvemos estabelecer uma política de confiança, para que as pessoas pudessem entender que sozinhos nós teríamos pouca chance e que, juntos, poderíamos ter muito mais chance de participar desse mundo globalizado, sobretudo desse mundo comercial, onde prevalece a capacidade produtiva, o conhecimento e, em alguns casos, o poder de subsídio de algumas atividades dos países desenvolvidos.

E eu disse, de manhã, que o que parecia impossível para qualquer brasilianista, o que parecia impossível para qualquer cientista político brasileiro no passado, vai acontecer este ano. Nós vamos transformar a América do Sul toda num bloco participante do Mercosul, numa perspectiva enorme de construir uma comunidade de nações sul-americanas. Isso parecia humanamente impossível. E, até o final do ano, nós estaremos com toda a América do Sul participando do Mercosul, o que é um passo extraordinário.

Mas, para que isso possa evoluir, eu estou aqui. Eu estou aqui para dizer aos senhores que nós precisamos de investimentos e, sobretudo, investimentos na área de infra-estrutura, para que a gente possa dotar os países de maior capacidade competitiva e, sobretudo, de possibilidade de crescimento econômico. Até porque o que interessa para um grande e bom empresário é que o povo tenha uma renda per capita razoável, que a massa salarial seja boa e que o poder de compra seja ainda melhor.

Se juntarmos isso a uma boa política de infra-estrutura e a uma boa capacidade de formação profissional da nossa gente, eu penso que os empresários não desejam nada mais do que isso para acreditarem, para colocarem o seu capital nesse ou naquele país.

Em relação a essa política que começamos a fazer, sabíamos que íamos ter críticas, porque nós ainda temos, no meu país, pessoas que têm a



cabeça colonizada, que não percebem que nenhum interlocutor sério respeita um outro interlocutor que fica de cabeça baixa ou que age com subalternidade.

Tem uma coisa que eu digo ao meu ministro Celso Amorim, ao meu ministro Furlan, ao meu ministro Roberto Rodrigues, ao ministro Palocci: se tem uma coisa que eu admiro no povo americano é a defesa que o americano faz do americano, é a dureza com que os americanos se sentam a uma mesa de negociação para negociar. Ou seja, sentam-se a uma mesa com a disposição de ganhar, de fazer o melhor para o seu país, para a sua empresa e para o seu povo.

Então, ao invés de nós ficarmos reclamando que os negociadores americanos são duros, nós é que temos que deixar de ser moles e passarmos a jogar no mesmo nível, negociar nas mesmas condições. E fazer valer, primeiro, a reciprocidade, numa boa negociação; segundo, fazer valer os interesses do país, os interesses da nossa indústria, os interesses do nosso povo. Muito melhor será se combinarmos o jogo e que esses interesses possam ser partilhados pelos dois países.

Eu me lembro, quando começamos a discutir a ALCA, que alguns brasileiros jogavam o Brasil contra os Estados Unidos e alguns americanos jogavam os americanos contra o Brasil. Passado algum tempo nessa medição de força, sem que ninguém se subordinasse a ninguém, mas que conversava como cidadãos civilizados, respeitosos entre si, nós hoje estamos discutindo, eu diria, de uma forma muito mais avançada do que discutíamos há dois ou três anos.

Por isso é que eu digo sempre: andar de cabeça erguida é uma das maiores conquistas do ser humano. E, quando se trata de relação comercial, quando se trata de reuniões negociais, ou as pessoas são respeitadas ou as pessoas levam desvantagem. Cada um de vocês tem mais experiência nisso do que eu.

O que nós estamos fazendo aqui é exatamente isso. O Brasil está



vivendo um outro momento, em que o nosso governo, em 18 meses, estabeleceu as regras para que todo mundo tenha clareza do que o governo quer, quais são as regras que nós mudamos, o que são os marcos regulatórios que aprovamos no Congresso, o que é a nossa política tributária, a nossa reforma da Previdência. Por essas mudanças é que nós estamos aqui, dizendo para vocês: o Brasil é um país que não oferece risco; o Brasil oferece oportunidades.

Eu quero dizer para vocês que é importante que vocês não percam essa oportunidade, porque eu estou convencido, e o meu governo está convencido de que a economia não apenas está crescendo, mas vai crescer de forma sustentável e duradoura.

Nós não queremos fazer balões de ensaio, crescer um ano, cair um outro ano; crescer um ano, cair um outro ano. Por isso, tivemos a determinação de não fazer nenhuma invenção na economia, de não criar nenhuma panacéia mas, apenas, criar o jogo da responsabilidade. O país não pode gastar mais do que arrecada, portanto, o país não pode pensar apenas durante o nosso mandato, porque é só de quatro anos. Nós temos que pensar a longo prazo.

E, se o Brasil não pode gastar mais do que arrecada, nós temos que ter uma política fiscal séria, porque a gente aprende isso na relação familiar de cada um de nós: se gastarmos mais do que o salário que ganhamos, iremos à falência ou a loja vai à nossa casa tomar o bem que nós compramos.

É com essa seriedade e com essa objetividade que nós temos conversado com vocês, no Brasil, que estamos conversando com vocês aqui e que pretendemos continuar conversando com outros empresários, de outras partes do mundo, para mostrar-lhes a viabilidade que o Brasil lhes oferece, enquanto oportunidade para investimentos.

Por isso, os senhores ouviram, no decorrer desta manhã, as apresentações dos meus ministros e, assim, puderam ter um panorama fiel das diretrizes econômicas, do nosso modelo de política industrial e, sobretudo, das



mudanças na legislação, para que vocês possam participar dos investimentos no Brasil.

Este nosso encontro reafirma a prioridade que dou à parceria com os investidores estrangeiros. Com a retomada do crescimento, eu venho aqui dizer, a todos vocês, que temos ainda muito mais motivos para otimismo. Dois mil e três foi um ano difícil para o Brasil, mas foi também um ano decisivo, em que lançamos as bases para os resultados que estamos colhendo. Tomamos medidas duras, até mesmo politicamente difíceis, que poucos governos tomam. Tem gente que fica dez anos no governo e não tem coragem de fazer mudanças na Previdência Social ou na política tributária. Se dependesse apenas do medo político, eu não teria feito a reforma da Previdência, porque eu me confrontei direto com a minha origem política, que é o movimento sindical, onde eu nasci. Entretanto, eu não podia pensar apenas nos meus amigos sindicalistas ou nos atuais aposentados, eu tinha que pensar em que nação nós estaríamos construindo para os nossos netos, para os nossos bisnetos e para o futuro de nosso país. Tomamos a decisão, fizemos, não foi fácil, foi difícil, mas conquistamos o direito de poder olhar os nossos pares, olho no olho, e dizer que ainda somos muito jovens e que, daqui a dez ou 15 anos, iremos discutir os benefícios que o Brasil ganhou com as reformas que tivemos coragem de fazer. Mas foi isso que permitiu corrigir a situação de governabilidade econômica produzida pelo Brasil em 2002, ou seja, sofrida pelo Brasil no ano de 2002.

Perseveramos numa linha de responsabilidade fiscal e rigor monetário por estarmos convencidos de que este caminho é essencial para o crescimento econômico duradouro e sustentável. Esse foi um compromisso assumido pelo Partido dos Trabalhadores, durante a campanha de 2002.

Aqui, é importante lembrar aos investidores – muita gente costuma dizer: “o governo mudou de posição, o Lula mudou de posição depois que ganhou as eleições” – é importante lembrar a famosa Carta ao Povo Brasileiro, assinada



no mês de junho de 2002, antes das eleições, quando nós assumimos o compromisso com a política que estamos colocando em prática, neste momento, no Brasil.

Apostei sempre na coerência da ação do governo, na certeza de que os sacrifícios iniciais seriam recompensados. Foi com essa convicção que aprovamos as reformas previdenciária e tributária. Em 2003, vocês acompanharam, a inflação foi controlada em torno de 9%, caindo hoje para 5,2%. A taxa de câmbio estabilizou-se. O risco Brasil, que estava em dois mil e 400 pontos, caiu para um quarto desse valor. As taxas de juros estão nos seus níveis mais baixos dos últimos dez anos. A expansão do PIB, no primeiro trimestre de 2004, superou as expectativas. As previsões de crescimento deste ano estão sendo revisadas para cima, teremos a mais alta taxa de expansão, desde 2000. A retomada do crescimento está se dando em bases sustentáveis. O desenvolvimento que queremos passa pelo gradual fortalecimento de um mercado de consumo de massa e popular. A melhor distribuição de renda dará consistência a esse processo. O desenvolvimento é sustentável porque reduzimos, de modo drástico, a vulnerabilidade do Brasil a choques econômicos. Como consequência disso, as contas públicas foram consolidadas, as transações correntes registram superávit, pela primeira vez, desde 1992. Saímos de um déficit de 4,6% do PIB, em 2001, para um superávit de 0,8% em 2003, resultado que poucas economias no mundo tem logrado.

Meus prezados senhores e senhoras,
Estão dadas, agora, as condições para concentrarmos esforços naquela prioridade que é a própria razão de ser da minha vida política: o combate à pobreza e a criação de uma sociedade mais justa. O programa Bolsa Família, que é a combinação do programa Fome Zero com o programa Bolsa Escola, beneficia hoje quatro milhões e meio de famílias totalizando, aproximadamente, 17 milhões de pessoas. Até o final do meu governo, atingiremos a meta de 11 milhões de famílias, portanto, mais de 44 milhões de pessoas, que é a



totalidade das pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza.

Mas eu sei que não basta aliviar a pobreza. No primeiro quadrimestre deste ano foram criados, no Brasil, 535 mil postos de trabalho formal. É pouco, diante da quantidade de empregos que precisamos criar, mas é a mais alta taxa de criação de empregos formais, desde 1992. Portanto, nos últimos 12 anos, foi a maior taxa de crescimento de empregos formais no Brasil.

Este é, em suma, o retrato do Brasil: uma democracia madura, com instituições sólidas; uma economia estabilizada a caminho de um novo ciclo de crescimento e um país empenhado, acima de tudo, em superar a pobreza e a injustiça social.

O investimento estrangeiro é o parceiro indispensável, no esforço nacional, para acelerar esse processo. Juntos, vamos ampliar as oportunidades de negócios, propiciar a criação de novos empregos e melhorar a nossa infraestrutura.

Nessa empreitada, os investidores dos Estados Unidos são parceiros importantes. Entre os grandes países emergentes, o Brasil detém o segundo maior estoque de investimento direto dos Estados Unidos no exterior.

As iniciativas que temos tomado, já expostas pelos ministros, são parte de um conjunto de reformas que reforçarão a estabilidade e o crescimento. Eis alguns exemplos: o governo está empenhado na aprovação da nova Lei de Falências, que preservará ativos e empregos. Enviei ao Congresso Nacional projeto que consolida a autonomia e a estabilidade das agências reguladoras.

No entanto, sabemos que somente as reformas internas também não bastam. Em conjunto com o setor privado, perseguimos o objetivo estratégico de ampliar a nossa presença nos mercados internacionais. Como resultado, as exportações atingiram recorde histórico, em 2003, com o crescimento de 21%. Neste ano, temos tido novos recordes, mês a mês.

O ativo engajamento do meu governo em múltiplas negociações comerciais também contribuirá para esse objetivo. E, aí, a América do Sul é



uma das prioridades do nosso governo.

Depois de dez anos de negociações, estamos caminhando para uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina. A integração da América do Sul cria, também, oportunidades para investimentos em projetos de infra-estrutura, em transporte e energia.

A renovada solidez do Mercosul e a excelência da parceria Brasil-Argentina são uma garantia do êxito dessa iniciativa. O Brasil, também, tem um papel construtivo e muito importante na Rodada de Doha. Juntamente com os países do G-20, buscamos a redução dos subsídios agrícolas e a eliminação dos subsídios à exportação nos países desenvolvidos, como um passo indispensável para a abertura dos mercados.

Os avanços alcançados durante a XI UNCTAD renovam nossas esperanças de poder concluir essa Rodada, tão importante para a economia internacional.

Nas negociações com a ALCA, meu governo adotou uma postura realista, flexível e, sobretudo, equilibrada. Não favoreceremos a adoção de regras que restrinjam a capacidade do país de formular, soberanamente, suas políticas de desenvolvimento. Por outro lado, defendemos a ampliação do acesso aos mercados de bens.

Estamos preparados, da mesma forma, para apresentar oferta substancial de acesso aos mercados de serviços. Ao mesmo tempo, estamos negociando a formação de uma área de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia.

Esse amplo e ambicioso quadro de negociações comerciais se completa com os entendimentos que mantemos com os grandes países emergentes, como China, México, África do Sul, Índia e Rússia.

Meus amigos e minhas amigas,

Minha mensagem aos investidores norte-americanos é simples e direta. Nossos países mantêm um excelente relacionamento, nossas sociedades



compartilham valores comuns: a defesa da liberdade, o apego à democracia, a tolerância, a justiça social e a igualdade de oportunidades.

Tenho apreço pela relação de trabalho que estabelecemos, desde o princípio, com o governo dos Estados Unidos. Várias das iniciativas que lançamos com o presidente Bush, em Washington, em junho de 2003, já apresentam resultados concretos. O Grupo sobre crescimento econômico está promovendo um maior conhecimento de nossas respectivas políticas econômicas. O Conselho Consultivo Agrícola estimulará um indispensável entendimento e cooperação no setor em que nossos dois países são líderes mundiais. O Memorando de Entendimento, em matéria de energia, abriu o caminho para uma parceria bilateral numa área estratégica.

Meus amigos e minhas amigas,

Por isso estou otimista. Não subestimo os desafios econômicos e sociais que temos pela frente. Sabemos que a estabilidade e o crescimento econômico requerem a renovação diária de nossos compromissos de governo. A busca de maior justiça social, conjugada a uma linha de equilíbrio econômico voltado para o crescimento, continuará sendo a marca fundamental do meu governo.

Gostaria de aproveitar esta ocasião para convidá-los a participarem da construção de um Brasil mais próspero, mais justo e integrado, de forma mais dinâmica, à economia internacional.

Meus amigos e minhas amigas,

Hoje à tarde vocês continuarão debatendo com os ministros da Agricultura, de Minas e Energia, da Ciência e Tecnologia, e eu penso que é muito importante que nenhum empresário saia com qualquer dúvida nos debates com os meus ministros. Não tem pergunta que não tem resposta. Se não tiver resposta, não tem, também. Não vamos responder o que não tem resposta. Mas a nossa disposição é não permitir que haja dúvidas, porque o que posso dizer para vocês, nesta tarde, aqui em Nova Iorque, é que nós precisamos do investimento estrangeiro no Brasil porque queremos que a



nossa economia cresça, queremos gerar empregos, queremos gerar riquezas, queremos distribuir renda para melhorar a vida do nosso povo. Em contrapartida, nós queremos oferecer a todos os investidores regras claras para os seus investimentos, infra-estrutura para escoamento da sua produção, mão-de-obra qualificada para melhorar a qualidade dos produtos fabricados e, porque não dizer, queremos oferecer também o mercado consumidor para os produtos que, porventura, vocês queiram produzir.

Henry Ford dizia: “eu preciso que os meus trabalhadores ganhem um salário razoável para poder comprar os carros que eu produzo”.

Eu quero dizer para vocês: eu quero que os trabalhadores brasileiros tenham emprego, tenham salário, tenham renda, para que eles possam consumir os mesmos bens materiais que eles podem produzir.

E quero dizer para vocês que o Brasil, hoje, não significa nenhum risco. Aliás, eu nunca sei porque o Brasil, de vez em quando, aparece como um país com riscos. Nós não temos vulcão, não temos maremoto, não temos terremoto, não temos guerra com ninguém. E temos um governo amplamente transparente. Então, haverá um dia, em que ao invés de alguém dizer que o Brasil significa algum risco, quando estiver medindo os riscos do país, no lugar do Brasil vai aparecer uma bandeirinha branca, porque o que nós oferecemos, na verdade, é oportunidade, transparência e clareza nos negócios que queremos que vocês façam no Brasil.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro de alto nível com investidores estrangeiros

Nova Iorque-EUA, 23 de junho de 2004

Eu penso que a melhor política é, primeiro, apresentar as pessoas do Brasil que vieram para este encontro com investidores, aqui, nos Estados Unidos. Bom, vocês estão vendo a placa, não precisa apresentar os ministros que estão, aqui, na mesa:

Guido Mantega, do Planejamento,

Palocci, da Fazenda,

Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio,

O nosso companheiro Celso Amorim, do Ministério das Relações Exteriores,

O nosso embaixador Roberto Abdenur,

Aqui estão presentes os nossos ministros do Turismo, companheiro Walfrido dos Mares Guia,

O companheiro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos,

O nosso companheiro da Agricultura, Roberto Rodrigues,

A nossa companheira de Minas e Energia, Dilma Rousseff,

Estão presentes, aqui, representantes das agências reguladoras brasileiras,

Estão os representantes, aqui, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Portanto, o que não falta, aqui, são pessoas que conhecem com profundidade as questões brasileiras.

Quero cumprimentar os empresários e as empresárias que estão participando deste evento,

Quero cumprimentar os embaixadores,



Quero dizer para vocês que esta reunião é resultado de uma estratégia de política externa do nosso governo, de política comercial do nosso governo.

Quando nós tivemos uma reunião em Genebra, com investidores europeus, o ministro Furlan teve a idéia de fazermos, aqui, nos Estados Unidos, um debate igual àquele que fizemos em Genebra, para apresentarmos aquilo que o Brasil tem de oportunidades para investidores.

Como vocês sabem, nós estamos completando ou vamos completar, no dia 1º de julho, um ano e seis meses de governo, um ano e meio. E, neste um ano e meio de governo, nós resolvemos colocar em prática algumas ações que podem permitir, no longo prazo, que o Brasil possa ter uma economia definitivamente equilibrada e um desenvolvimento sustentável capaz de oferecer a todos nós a certeza de que nós não estamos inventando absolutamente nada de novo, estamos apenas cumprindo com as nossas obrigações de bem administrar recursos públicos, fazendo com que o Estado, ao exigir seriedade da sociedade, o Estado aja com seriedade, sobretudo na administração dos recursos públicos brasileiros que não são muito grandes, são pequenos.

Isso nos impõe uma política fiscal dura, porque não podemos gastar mais do que arrecadamos e, ao mesmo tempo, não poderemos aumentar a arrecadação às custas de aumento de tributos que tornam os produtos brasileiros menos competitivos no mercado internacional.

Nós estabelecemos uma estratégia de política externa onde prevalece a ousadia do Brasil em ser um ator privilegiado e não um coadjuvante à espera das sobras das negociações praticadas pelos chamados países desenvolvidos.

Nós, então, resolvemos, primeiro, ter uma política de recuperar uma boa relação com a América do Sul, porque estávamos próximos e, ao mesmo tempo, muito distantes, na medida em que havia desconfiança política, na medida em que nós não tínhamos uma infra-estrutura que permitisse a nossa integração física, ou seja, ficávamos muito no discurso e na retórica da



integração mas nada foi feito, durante muitos anos, para que houvesse essa integração. E hoje, para surpresa de muita gente, no Brasil e no mundo, nós estamos alcançando um resultado que parecia inalcançável há oito meses, que é a integração de toda a América do Sul no Mercosul.

A começar pela Comunidade Andina, envolvendo Peru, Venezuela, Equador e Colômbia. Eu duvido que algum especialista em comércio exterior acreditasse que fosse possível, em tão pouco tempo, a Comunidade Andina estar participando do Mercosul e, hoje, nós podemos dizer para vocês que chegaremos ao final do ano com o Mercosul integrando toda a América do Sul, o que é um passo extremamente importante porque isso pode ser um mercado atrativo para os investidores estrangeiros e, ao mesmo tempo, uma possibilidade enorme dos países da América do Sul sonharem e não ficarem parados, como ficamos no século XX, do ponto de vista da nossa política externa.

Nós, agora, estamos tratando e certamente o Guido Mantega irá falar um pouco, sobre a integração física da América do Sul. Nós tivemos um trabalho imenso para, com os nossos companheiros chefes de Estado dos outros países, mostrar que a integração definitiva só se daria quando nós tivéssemos as telecomunicações, o serviço de energia elétrica, as hidrovias, as ferrovias e as estradas construídas interligando os nossos países, porque um presidente de algum país, às vezes, tem que vir aos Estados Unidos para depois ir ao Brasil e isso facilitaria ele fazer negócios nos Estados Unidos e não no Brasil.

Então, nós estamos tratando isso com um carinho excepcional. Já fizemos um grande encontro entre o nosso Banco de Desenvolvimento e a CAF, Corporação Andina de Fomento, para estabelecer os dois principais projetos de interligação entre dois ou mais países da América do Sul, para que possa haver a integração definitiva.

Depois, nós tivemos uma ação muito forte também com relação à África.



A África tem países com riquezas extraordinárias e está tão próxima do Brasil – o que nos divide é apenas o Oceano Atlântico, e não é tão largo assim – mas, muitas vezes, para um brasileiro ir à África ele tem que ir à Paris, como, muitas vezes, um africano para ir ao Brasil tem que ir a Paris, ou seja, ele já faz negócio por lá mesmo, não tem que ir ao Brasil. Então, nós temos que garantir o direito dessas pessoas se locomoverem, se quisermos servir de atração.

No debate da tarde, cada ministro vai poder explicar o que está acontecendo depois desse ciclo de viagens que nós fizemos para esses países e vamos culminar essa nossa estratégia com um grande encontro que teremos em fevereiro ou abril, falta definir a data apenas, entre todos os chefes de Estado e presidentes dos países árabes com todos os presidentes da América do Sul, para que a gente possa discutir possibilidades de investimento. Nós queremos que o mundo árabe descubra o Brasil, descubra a América do Sul como um pólo de investimento, tanto no turismo quanto na indústria.

Estabelecemos uma parceria estratégica com a África do Sul, com a Índia e com China. Agora, em outubro, vamos nos encontrar com o presidente Putin, da Rússia, e aí nós teremos, na verdade, concluído uma integração entre os chamados países em desenvolvimento. Nós estabelecemos a idéia de que era preciso criar uma nova “geografia comercial” no mundo. Era preciso ter uma espécie de política de complementaridade – o que cada país pode atender o outro naquilo que o outro não consegue produzir e vice e versa, para que a gente pudesse ter, essa é a palavra correta, mais força nas negociações com o chamado mundo desenvolvido, sobretudo, quando nós discutimos os subsídios agrícolas.

Nós descobrimos que negócios são negócios, amizade à parte; ou seja, por mais que nós gostemos uns dos outros, quando se trata de negócio o que prevalece são as vantagens comparativas que nós possamos oferecer a alguém. E isso está acontecendo, acontece até agora, porque eu acho que nós conseguimos um intento razoável nessa nossa política. Para que isso desse



certo, era preciso que desse certo a nossa tarefa interna, ou seja, todo mundo aqui sabe como nós pegamos o Brasil, portanto, eu não preciso falar.

Todo mundo aqui sabe qual era a perspectiva que o Brasil tinha de inflação, de endividamento externo, de exportação, os créditos. E tudo isso com muito sacrifício. É bom confessar a vocês que foi com muito sacrifício que nós resolvemos assumir a responsabilidade de pagar o preço que tínhamos que pagar para dar ao Brasil a oportunidade de não ter apenas o chamado crescimento eventual ou uma bolha de crescimento em época eleitoral. Nós queremos provar que é possível o Brasil ter um crescimento sustentável, contínuo e, ao mesmo tempo, ter uma política social mais ousada. Por isso nós assumimos a responsabilidade (trecho inaudível) atender uma transferência de renda às 11 milhões de famílias que estão abaixo da linha da pobreza, totalizando 44 milhões de pessoas. E isso, eu estou convencido de que vamos cumprir.

Para que isso aconteça, é preciso que estes meninos que estão aqui e estes que estão aí façam o seu trabalho corretamente, façam o seu trabalho de forma madura. Nós não estamos pensando o Brasil eleitoralmente. Isso é importante frisar, nós estamos pensando o Brasil para vinte ou para trinta anos e, para isso, nós temos que fazer o alicerce sólido agora. Não queremos fazer nenhuma pequena aventura. Não queremos inventar a roda e não queremos criar um plano daqueles que tenha um crescimento de 7% ao ano e, depois, tenha uma queda de 7%. Não queremos. Nós preferimos crescer menos, mas crescer de forma sustentada. Obviamente que vamos tentar, para trabalhar, crescendo o máximo, de acordo com as nossas possibilidades.

Por isso estamos aqui, para uma conversa franca, para uma demonstração do que estamos fazendo, para discutir com vocês o que já fizemos e para convencê-los de que o Brasil é um bom negócio para quem quer fazer bons investimentos. E eu quero dizer para vocês, já que os Estados Unidos são o maior parceiro comercial e também de investimento no Brasil:



confiem mais, invistam mais, porque haverá possibilidade de vocês ganharem mais. Nós queremos discutir o que estamos fazendo, mostrar para vocês as regras que estabelecemos no nosso país. Elas são claras, não tem surpresa às altas horas da madrugada, não tem surpresa pela primeira página dos jornais. O que nós queremos é que jogo seja o mais franco, o mais aberto e o mais produtivo possível. Até porque nós passamos e o país continua, e nós queremos é que o país dê certo e possa progredir de forma extraordinária.

_____ : (inaudível)

Presidente: Aí você vai falar. Não, é que o Furlan gosta que eu fale da questão dos investimentos.

Uma coisa que nós descobrimos, no Brasil, é que muitas vezes um cidadão ou uma cidadã, um investidor que quer investir no Brasil, uma empresa, ao chegar ao Brasil ele tem que frequentar tantas repartições, tantos ministérios e tantas autarquias, e ao invés de sair de lá com a solução dos seus problemas, ele sai com um pacote de problemas tão grande para resolver, que ele pensa: bom, porque eu haveria de investir no Brasil, se aqui só tem problemas?

Nós criamos uma sala de situação para investimento, definimos política industrial, coisa que, no Brasil, há vinte anos, diziam que o Brasil não precisava de política industrial. E nessa sala de situação, quando o investidor chegar ao Brasil, ele vai encontrar numa única repartição todas as instituições que ele deveria visitar, e nós mesmos vamos tratar de encaminhar as soluções para os problemas que possam existir, em função desse investimento. Nós, na verdade, queremos facilitar a vida de quem quer investir no Brasil, ou seja, quanto menos cansada a pessoa estiver, quanto mais bem tratada for, mais vontade de investir ela terá, no Brasil. Se ela já começar a ficar cansada no



primeiro contato, ela pode investir menos. E nós queremos fomentar as pessoas a investirem mais.

O Walter Cover, que está aqui, que é o nosso companheiro que vai cuidar dessa sala de situação, vai ficar diretamente no Palácio do Planalto e, portanto, mais próximo da gente, para que possamos cobrar dele um resultado da nova política de investimento que nós queremos fazer no nosso país.

Bem, eu agora quero, já que eu estou falando que as coisas tem que acontecer mais rapidamente, passar a palavra para o companheiro Antonio Palocci, o nosso ministro da Fazenda, para que ele possa, no menor prazo possível, com a maior precisão possível, mostrar que o que estamos fazendo justifica a nossa presença, aqui, para convencê-los a fazer bons negócios com o Brasil. Palocci.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no lançamento do Serviço “Caixa: Remessas de Recursos de Brasileiros Residentes no Exterior”

Nova Iorque-EUA, 23 de junho de 2004

Meu querido companheiro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal. Como o Jorge já morou aqui, ele deve saber a dificuldade que vocês têm para lidar com o Banco do Brasil. E espero que, quando eu sair daqui, já coloque, aí, à disposição para o pessoal já começar a acionar a Caixa Econômica Federal.

Meu querido companheiro Palocci, que foi citado muito *en passant*, na hora que nós chegamos aqui para a apresentação dos ministros, não foi apresentado,

Demais companheiros ministros,
Embaixador Roberto Abdenur,
Embaixador Júlio César Gomes dos Santos,
Meus amigos e minhas amigas,

Minhas primeiras palavras são de saudação a todos que, mesmo distantes do nosso querido país, mantêm o Brasil vivo em seus corações. Esse evento é uma ação de política pública do governo brasileiro. Trata-se de iniciativa de uma empresa pública e, por isso, comprometida com os interesses de todos os brasileiros, estejam eles onde estiverem.

O que a Caixa Econômica Federal está anunciando, neste dia, representa o resgate de uma importante parcela do compromisso que o nosso país tem com os mais de dois milhões de brasileiros e brasileiras que vivem e trabalham no exterior. São compatriotas pelos quais tenho muito respeito e admiração. Saíram do nosso país para buscar, em terras distantes, trabalho,



melhor renda, muitas vezes, deixando no Brasil esposa, filhos, irmãos e amigos.

O esforço desses emigrantes reforça minha convicção sobre a imensa capacidade e vontade que o nosso povo tem de trabalhar, de superar obstáculos para conquistar uma vida melhor para si e para os seus. Fortalece, também, a certeza do imenso carinho e orgulho que o brasileiro tem pelo seu país, esteja ele onde estiver.

Minhas amigas e meus amigos,

Todos sabemos as dificuldades que passam aqueles que, sem documento, buscam construir uma vida digna no exterior. Há complicações para ter acesso ao sistema público de saúde, ao sistema bancário, ao serviço público em geral. Há um permanente estado de tensão no dia-a-dia e no trabalho.

Como agravante, encontram dificuldades e elevados custos para enviar parte do dinheiro ganho, com tanto sacrifício, aos seus familiares que permanecem no Brasil.

Foi por essa razão que, durante a campanha eleitoral prometi, na Carta aos Brasileiros, maior apoio do governo aos que vivem longe de casa, se fôssemos eleitos.

Com esse objetivo foi criada, no Ministério das Relações Exteriores, a Subsecretaria Geral de Cooperação e das Comunidades Brasileiras no Exterior. Ela se destina, exclusivamente, a oferecer maior apoio e proteção aos brasileiros que vivem fora.

Estamos negociando acordos com países com forte presença de brasileiros, para evitar que esses emigrantes permaneçam sem documentação. Com Portugal assinamos acordo, legalizando a situação de mais de 30 mil brasileiros naquele país.

Meus amigos e minhas amigas,



Por todas essas razões, é com enorme satisfação que vejo, hoje, a Caixa lançar sua iniciativa para atender aos nossos emigrantes. O novo serviço irá proporcionar, aos milhares de brasileiros residentes por todo o mundo, uma alternativa de remessa de recursos para o Brasil, com segurança, rapidez e baixos custos. O Jorge pode baixar um pouquinho, se houver uma “choradeira” maior. Afinal de contas, nós aprendemos que “quem não chora...”

Ele une a acessibilidade da Internet à segurança de uma instituição como a Caixa e à facilidade do pagamento via cartão de crédito, em qualquer parte do mundo. Baixará os custos atuais, de até 20% da remessa, para algo em torno de 3%. Como vantagem adicional, parcela maior das remessas será enviada por mecanismos formais, e a maior parcela de renda remetida será, efetivamente, recebida pelos familiares, no Brasil.

Mas queremos fazer mais. Vamos oferecer facilidades para os brasileiros emigrantes formarem e administrarem sua poupança de longo prazo, no nosso querido país.

Tenho a certeza que essas são apenas as primeiras boas notícias que a Caixa está oferecendo aos compatriotas que residem no exterior. Outras, certamente, virão.

A Caixa pretende, em breve, formar parcerias com instituições financeiras de outros países para atender um número ainda maior de brasileiros residentes no exterior.

Em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores e por meio dessas parcerias, a Caixa deseja ampliar o número de imigrantes com acesso ao sistema bancário.

Por isso, eu quero dar os meus parabéns à Caixa Econômica Federal por esta iniciativa. Certamente, ajudará a reduzir as tarifas bancárias cobradas no serviço de remessa e oferecerá condições para os emigrantes brasileiros formarem, com toda segurança, sua poupança em nosso país.

Ganham com isso, não apenas os que residem no exterior, mas todo o



povo brasileiro. A Caixa está contribuindo para que os brasileiros, no Brasil e no exterior, possam ajudar a construir um país melhor, um país de muito trabalho e solidariedade.

Eu quero dizer a todos vocês que essa decisão da Caixa me enche de orgulho, não enquanto Presidente da República, mas enquanto brasileiro. Porque como viajamos muito o mundo – não depois de eleito, mas antes de ser eleito –, nós conhecemos grande parte dos problemas que os brasileiros vivem no exterior e achamos que o nosso governo precisa criar todas as condições para que a gente possa facilitar a vida de quem está vivendo fora do Brasil.

Tem muita gente que acha que pelo fato de vocês estarem no exterior, que estão vivendo uma vida de nababo, uma vida de realização dos sonhos de muita gente, mas pouca gente conhece os sacrifícios que muitos fizeram para chegar aqui, e depois que estão aqui, para permanecerem aqui.

Pouca gente conhece, às vezes, o sacrifício que muitos fizeram. Eu lembro que uma vez, com o Marco Aurélio, estivemos aqui há muito tempo e discutíamos com a representação diplomática do Brasil, que os brasileiros que estavam aqui eram ilegais para o governo americano, mas não eram ilegais para a Embaixada brasileira ou para o consulado brasileiro. Era importante que nós tratássemos esses brasileiros com o maior respeito, porque eles dependiam até de uma palavra de otimismo e de carinho da representação diplomática do nosso país aqui, além da dificuldade de arrumar emprego que muitos têm fora do nosso país.

O que a Caixa está fazendo é tentar dar um primeiro e grande passo para facilitar a vida de muitos que mesmo estando, aqui, têm um parente, uma mãe, um pai, um irmão, um filho ou sobrinho à espera de alguma ajuda para continuar sobrevivendo no nosso querido Brasil.

Por isso, Jorge, eu quero dizer para você que esse é um exemplo que precisa ser fomentado em todos os países em que o povo brasileiro está. É importante localizar a possibilidade de nós fazermos com que isso se



transforme, praticamente, num direito desse povo que está fora do Brasil, e não numa política menor de interesse eminentemente de um banco público.

Por último, dizer a todos vocês, brasileiros, que nós, ministros e eu, estamos, aqui, hoje, muito mais otimistas do que já estivemos em qualquer outro momento desses dezoito meses de governo. Todo mundo sabe o sacrifício que todos nós tivemos que fazer no primeiro ano de governo, todo mundo acompanhou de perto a política brasileira. Eu acho que o pior já passou. A economia brasileira já começa a dar sinais há praticamente três trimestres, de recuperação do crescimento da economia. Acho que nós já começamos a sonhar com o crescimento sustentado da economia brasileira e, quem sabe, num prazo menor do que vocês esperam, estaremos criando oportunidades de trabalho para muitos que quiserem voltar para o Brasil e ter lá a possibilidade de trabalhar. Nós estamos apenas iniciando. Com dezoito meses de governo, nós estamos apenas dando os primeiros passos, e vocês sabem que é humanamente impossível consertar erros de 500 anos, em dezoito meses.

Mas a verdade é que nós sabemos da dificuldade, sabemos os caminhos que temos que trilhar, sabemos as parcerias que temos que fazer, sabemos a parte da população que mais precisa do carinho e das ações do governo e vamos fazer. Estejam certos que nós sabemos cada compromisso que assumimos, sabemos o que temos que fazer no Brasil e eu estou convencido que, daqui para a frente, o Brasil entrará num ciclo de crescimento sustentável sem retorno. Não tem nenhuma mágica, apenas sensibilidade, seriedade e compromisso com o futuro do nosso país.

Eu quero terminar agradecendo a vocês, agradecendo a coragem e a bravura de vocês, que não mediram nenhum esforço, nenhum sacrifício para viajar para outro país, para viajar para um outro mundo, com uma língua diferente e aqui tentar se estabelecer e sobreviver.

Eu penso que vocês significam para mim o que o meu pai fez na década



de 50, quando saiu de Pernambuco e foi para São Paulo para sobreviver. Sobreviveu. Teve tanta sorte que, depois de 50 anos, teve um filho que virou presidente da República do Brasil.

Eu espero, um dia, poder ter notícia de que cada um de vocês está de volta ao Brasil por opção, porque tem oportunidades. Obviamente, tem gente que já casou aqui, que já tem família aqui; esse está aqui, também, porque quer ficar aqui, porque gosta daqui e porque está com a família aqui. A esse, meus parabéns e desejo toda sorte do mundo.

Mas àqueles que vieram apenas para trabalhar e passar um tempo, nós estaremos sempre de braços abertos: eu, o meu governo e o povo brasileiro, para receber vocês com um abraço muito fraterno. Um beijo no coração e que vocês nos ajudem a construir um país justo, fraterno e solidário.

Muito obrigado e parabéns, companheiro Jorge Mattoso.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do “Global Compact Leaders Summit”

Nova Iorque-EUA, 24 de junho de 2004

Senhor Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas,
Excelentíssima senhora Louise Fréchette, secretária-geral adjunta das Nações Unidas,

Meu querido companheiro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil,

Meu querido companheiro Ronaldo Sardemberg, representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas,

Meus amigos,

Minhas amigas,

Integrantes do Global Compact,

É uma alegria poder não apenas participar, mas sentir que o mundo, aos poucos, vai tomando consciência de que alguns problemas só serão resolvidos quando a sociedade assumir a responsabilidade dessas soluções.

Fico, inclusive, muito feliz de ter, aqui, muitos empresários brasileiros. Isso significa que as coisas estão caminhando muito rapidamente para que tenhamos uma consciência nacional de que os problemas existem, de que não adianta ficarmos procurando os culpados, de que precisamos saber, concretamente, o que cada um de nós pode fazer, para encontrar as melhores soluções.

Afinal de contas, todos nós sonhamos com coisas boas. Todos nós queremos um mundo mais justo, um mundo de paz, um mundo fraterno, solidário. Todos nós queremos um mundo com mais oportunidade para todos. E esse mundo não será construído por alguém que não seja nosso



semelhante. Por isso, a nossa responsabilidade aumenta.

Muitas vezes, temos que ser muito rápidos, porque os mandatos têm tempo determinado para o secretário-geral das Nações Unidas, para o Presidente da República, para muitos líderes que representam entidades e, portanto, nós temos que andar mais rápido e temos que pensar em juntar parcerias entre nós.

Por isso, eu quero expressar minha satisfação de poder discursar perante o Global Compact, iniciativa do secretário-geral Kofi Annan, que reúne empresas comprometidas com o princípio da responsabilidade corporativa.

Dirijo-me aos senhores para falar sobre o combate à fome e à pobreza, preocupação central do meu governo.

O convite que me foi feito pelo secretário-geral Kofi Annan revela, por si só, a relevância que essa questão vem adquirindo na agenda internacional. Todo mundo sabe que centenas de milhões de pessoas, em todo o mundo, se levantam pela manhã, não tomam café, não almoçam e não jantam.

A fome vitima cerca de 24 mil pessoas, a cada dia. Essa é uma realidade moralmente e eticamente inaceitável. A subnutrição crônica prejudica o desenvolvimento físico e mental das crianças, gera doenças, debilita a capacidade de trabalho dos cidadãos, desorganiza as sociedades e impede o seu crescimento econômico.

A fome é consequência da pobreza mas, também, sua causa. O mundo produz alimento suficiente para satisfazer as necessidades de cada homem, de cada mulher e de cada criança. O problema está na desigualdade crescente entre os ricos e os pobres. Ou seja, é preciso repartir melhor os bens que somos capazes de produzir.

A comida não chega onde ela é mais necessária. No Brasil, estamos encarando de frente a questão do combate à fome e da pobreza. O programa Fome Zero foi criado nos primeiros dias do meu governo para distribuir alimentos mas, sobretudo, para atacar a fome em seus aspectos estruturais,



favorecendo o acesso à saúde, à escola e ao saneamento básico.

Um dos aspectos mais bem sucedidos do Fome Zero é o envolvimento que nele vem tendo a iniciativa privada brasileira. Eu, possivelmente, não tenha assistido no Brasil nenhum movimento que tenha mobilizado tanto a sociedade brasileira e os empresários brasileiros, como a política de combate à fome. Não é uma tarefa fácil, não é simples de resolver, mas o que nós já vimos nestes 18 meses de governo demonstra que, com perseverança, nós chegaremos lá.

Mais de 1.400 empresas já atuam como parceiras do governo arrecadando alimentos e recursos para o Programa. Trata-se de exemplo de responsabilidade social que merece ser valorizado. Além do Fome Zero, criamos e fortalecemos outros programas voltados para a inclusão social dos cidadãos brasileiros.

O Bolsa Família juntou todos os programas sociais que tínhamos, numa grande política de transferência de renda para a sociedade brasileira, onde pretendemos chegar, no final de dezembro, com 6 milhões e meio de famílias atendidas. E, até dezembro de 2006, totalizaremos 11 milhões de famílias, que é o total de brasileiros que estão vivendo abaixo da linha da pobreza, segundo estudo do IBGE.

Também estamos fazendo um programa importante que, aliás, já foi analisado pela ONU como um dos programas mais perfeitos de combate à desnutrição, que era o famoso programa de leite que tivemos no Brasil uns anos atrás. Estamos retomando esse programa do leite, que prevê a compra desse produto dos pequenos proprietários rurais da agricultura familiar, garantindo não apenas o aumento de renda desse tipo de produtor rural, mas garantindo que esse leite possa ser distribuído adequadamente para as pessoas que mais necessitam.

Um compromisso, eu diria, de honra, que assumimos no Brasil, é um programa, não sei se a minha ministra de Minas e Energia está por aqui, é um programa chamado “Luz para Todos”. Não sei se os senhores sabem, no Brasil



ainda temos 12 milhões de propriedades rurais que não têm sequer um bico de luz. Aliás, não apenas na área rural, também algumas cidades pequenas. Nós assumimos o compromisso e já está em franca atividade esse programa de, até 2008, levarmos luz para 12 milhões de famílias, grande parte morando no campo.

Portanto, para nós, a erradicação da fome é uma coisa extremamente importante, até porque só sabe definitivamente o que é a fome quem já passou fome, ou seja, quem se levantou e não teve café da manhã, não almoçou e não jantou é que tem clareza do que significa uma criança passar necessidade. A erradicação da fome é um fim em si mesmo, mas também deve ser vista como parte de uma redefinição mais ampla do modelo de desenvolvimento, em que a inclusão social passa a ser fator essencial do próprio crescimento. Não pode haver desenvolvimento sustentado se não houver política social.

As medidas de estabilização econômica que adotamos começam a produzir efeitos positivos também no campo social. De janeiro a abril deste ano, 535 mil novos postos de trabalho foram criados. É pouco diante da necessidade dos empregos que precisamos gerar no Brasil, mas é o maior número de empregos informais desde 1992.

Neste período de transição, combinamos medidas econômicas com políticas sociais e, sinceramente, estamos criando bases para a erradicação da pobreza no nosso país. Mas tenho plena consciência de que a fome é um problema mais do que do Brasil, é um problema global que só será resolvido quando houver efetiva mobilização política internacional.

Em minhas viagens, nos contatos com lideranças de outros países, tenho chamado a atenção para a necessidade de envolver governos, organismos internacionais e sociedade civil na luta pela eliminação da pobreza e da fome.

A Declaração do Milênio, assinada por 189 nações, afirma que “os países não pouparão esforços para libertar homens, mulheres e crianças das



condições abjetas e desumanizantes da pobreza extrema”. Mas as Metas do Milênio estão longe de ser alcançadas. No ritmo atual, não serão atingidas antes de meados do século XXII.

Em Monterrey, os países ricos concordaram em aumentar para 0,7% do seu PIB o montante de recursos gastos em ajuda ao desenvolvimento dos países mais pobres. Lamentavelmente, quase nada foi feito ainda.

Nós precisamos, enquanto cidadãos, enquanto governantes, pensar em soluções concretas que possam sair da retórica e ir para a prática. Na OMC, travamos uma batalha incessante contra os escandalosos subsídios concedidos pelos países ricos a seus agricultores. Mas os empresários, e aí vocês podem dar uma contribuição importante, devem fazer a sua parte nessa dura batalha contra os subsídios.

É muito importante que cada empresário possa chamar a atenção de seu governo para as graves distorções e injustiças que o protecionismo provoca. Com um terço dos 300 bilhões gastos em subsídios anualmente, alcançaríamos as Metas do Milênio no prazo com que nos comprometemos.

Em outras esferas de negociação, defendemos a preservação de espaço para a adoção de políticas públicas necessárias à inclusão social. No âmbito do PNUD, o Brasil, juntamente com a Índia e África do Sul, criou o Fundo IBAS para alívio da pobreza. Nosso objetivo é estimular que projetos sociais bem sucedidos sejam disseminados. Esse Fundo é o primeiro criado exclusivamente por países em desenvolvimento com vistas a melhorar as condições de vida de países ainda mais pobres. Conta, também, com o apoio extraordinário de empresários, nos faz lembrar que vários empresários brasileiros deram a sua contribuição para que nós pudéssemos começar a criar esse Fundo.

Nós conseguimos angariar – pouco, obviamente, mas muito porque não tínhamos nada – 1 milhão e 600 mil dólares a partir de contribuições voluntárias de empresários. Em janeiro deste ano, juntamente com meus



Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Discurso do Presidente da República

colegas do Chile e da França e o secretário-geral Kofi Annan, firmei a Declaração de Genebra, que lança um programa de ação contra a fome e a pobreza.

Por decisão do presidente Zapatero, a Espanha acaba de juntar-se a essas iniciativas. Criamos um grupo técnico que analisa mecanismos financeiros para obtenção de recursos, em nível mundial. Dentre as alternativas, está em estudo a taxação do comércio de armas, que poderia gerar rendimentos de mais de 20 bilhões de dólares por ano. Analisa-se, também, a idéia da criação de uma taxa sobre transações financeiras, tendo em conta a preocupação de evitar distorções nos fluxos de investimentos. Se tivermos forças para taxar os paraísos fiscais existentes no mundo, quem sabe, poderemos ter um bom dinheiro para enfrentar a questão da fome.

O montante gerado por uma taxa pequena seria muito expressivo. Uma taxa mínima de 0,01% proporcionaria 17 bilhões de dólares por ano, o que já seria uma extraordinária contribuição. Também está em consideração pelo grupo técnico a proposta britânica de um “Mecanismo Financeiro Internacional”, um engenhoso instrumento que poderá antecipar, por meio do mercado, o valor futuro de compromisso de doações, por parte dos países desenvolvidos. As conclusões do grupo técnico serão apresentadas aos líderes mundiais que estou convidando para um encontro na véspera da Assembléia Geral da ONU, no dia 20 de setembro. Quero registrar meu agradecimento pelo inestimável apoio que o secretário-geral Kofi Annan tem dado a essa iniciativa.

A todas essas fórmulas soma-se a necessidade de estimular a participação voluntária de empresários, por meio de ações socialmente responsáveis. Dentre elas, figura a da utilização do cartão de crédito solidário, posta em prática, e com sucesso, por um grande amigo meu e amigo de muitos de vocês que estão aqui, o nosso companheiro Oded Grajew, membro desse Global Compact. Trata-se de destinar um percentual de cada compra a projetos sociais.



Outra proposta considerada pelo grupo técnico é a de estimular a aplicação de recursos em ações de empresas que destinam parte do seu faturamento ao combate à fome. Assim como existe o compromisso de governo de destinar 0,7% do PIB em ajuda aos países mais pobres, pode-se pensar em algo semelhante para as empresas, em relação ao seu faturamento.

Outro aspecto que merece atenção diz respeito às altas taxas cobradas por instituições financeiras para as remessas de imigrantes a seus países de origem. Na falta de mecanismos confiáveis para a transferência desses recursos, a maior parte dos emigrantes submete-se a alternativas informais, pagando elevadas comissões ou trocando sua poupança a taxas de câmbio depreciadas.

No ano passado a América Latina recebeu quase 40 bilhões de dólares de seus cidadãos que vivem em outros países. Não fossem as altas comissões, esse volume seria ainda muito superior. No Brasil, estamos procurando resolver esse problema. A Caixa Econômica Federal criou um programa seguro, inovador e de baixo custo, que vai facilitar as remessas dos emigrantes brasileiros de forma rápida e sem burocracia.

Meus amigos e minhas amigas,

As empresas que participam do Global Compact Leaders Summit vêm dando sucessivos exemplos de iniciativas destinadas a pôr em prática os princípios estabelecidos no campo dos direitos humanos, meio ambiente e relações trabalhistas.

Lutar por um mundo mais justo é um dever de todos: dos governos, dos empresários e da sociedade civil. O que está em jogo é o mundo que nós queremos construir: um mundo marcado por assimetrias e pela omissão diante da exclusão e da miséria ou um mundo capaz de transcender a irracionalidade, conciliando eficiência econômica com justiça e progresso social. A escolha está nas nossas mãos.

Os empresários têm não só um papel econômico mas, também, um



Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Discurso do Presidente da República

grande papel social e político. A exclusão social é a face oculta da miopia econômica. A sabedoria econômica recomenda a incorporação dos segmentos menos favorecidos à atividade produtiva. Uma sociedade com trabalhadores mais qualificados e consumidores de renda elevada não é apenas mais justa. É, também, mais racional do ponto de vista econômico.

Estou certo de que é este o espírito esclarecido que anima os empresários aqui reunidos, neste pacto global, sob a liderança da ONU.

Por isso, gostaria de vê-los igualmente engajados na campanha para libertar todos os seres humanos do flagelo da fome. Ontem, me encontrei com centenas de empresários, visando atrair investimentos para o meu país. Hoje, é motivo de alegria nos reunirmos com tantos outros representantes do setor privado engajados na promoção de objetivos sociais.

Volto ao Brasil confiante com o que estou vendo aqui, de que está se transformando uma nova e mais lúcida visão empresarial, que considera a inclusão social parte integral de sua estratégia econômica.

Eu queria, meu querido secretário Kofi Annan, antes de terminar, dizer a todos os empresários que no Brasil está acontecendo uma coisa, eu diria, extraordinária. Um grupo de empresários, mais representantes da sociedade civil – quem fez esse púlpito nunca falou num púlpito – os empresários brasileiros resolveram, depois da idéia de um empresário de meu país, que resolveu dedicar um dia de produção da sua fábrica, no segundo sábado de maio de cada ano, para ajudar alguma comunidade – é uma empresa de confecções que, num sábado no mês de maio, no segundo sábado do mês de maio, os trabalhadores vão trabalhar de graça. Ele dá a matéria-prima e as máquinas, os trabalhadores escolhem a instituição e toda a produção daquele sábado é doada a essa instituição – com base nisso, um grupo de empresários, aqui tem vários deles, eu poderia dizer que o nosso companheiro Oded Grajew, que é o coordenador do Instituto Ethos, nós vamos criar a Semana de Solidariedade, a Semana de Cidadania, ou seja, uma semana em que cada um



de nós vai prestar contas do que está fazendo para cumprir as Metas do Milênio.

O governo terá que dizer à sociedade civil o que está fazendo, mas também cada membro da sociedade vai ter que dizer o que está fazendo para contribuir com as Metas do Milênio. Nós vamos fazer o lançamento agora, no mês de agosto. O governo participa apenas como membro, como convidado, o governo não coordena. A coordenação é da sociedade civil e nós vamos parar de ficar procurando quem é culpado pelo fato de as coisas não acontecerem, e vamos começar a determinar o que cada um de nós pode fazer, no mundo em que vivemos, para que as coisas aconteçam de verdade.

A coisa, no Brasil, está andando tão bem que eu vi até o nosso Presidente da Bolsa de Valores do Brasil participando, aqui, deste encontro, o que é um alento de que a Bolsa começa a ter uma preocupação social. Espero que todas tenham, no mundo, uma grande preocupação social, para que a gente possa melhorar a vida de muita gente.

Eu quero terminar dizendo a vocês que saio daqui sensibilizado. Eu não imaginava que pudéssemos, aqui, na sede das Nações Unidas, reunir tantos empresários e tanta gente interessada em mudar um pouco a humanidade para melhor, acabando com o sofrimento de milhões.

Eu volto para o Brasil com a certeza de que vocês acenderam ainda mais a esperança daquilo que eu acredito que é possível fazer. Eu digo sempre assim: o ser humano não é 100% bom, mas o ser humano também não é 100% ruim. Ou seja, todo mundo tem alguma coisa a oferecer para alguém. E eu acho que o que nós temos que extrair de dentro de nós é aquilo que a gente pode oferecer. Que a gente possa estender a mão às pessoas que não podem estar onde nós estamos, porque quem está com fome não pode nem gritar que está com fome. Quem está com fome não pertence a partido político, quem está com fome não pertence a sindicato. Muitas vezes, não tem nem tempo de ir a uma igreja.



Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Discurso do Presidente da República

Houve um tempo em que eu acreditava que quem estivesse com fome ia fazer a revolução. Quem está com fome não faz revolução, quem está com fome se subordina aos responsáveis pelo fato de ele ter fome. A fome leva à submissão do ser humano, enfraquecido, e eu diria até, moralmente combalido para enfrentar a situação.

Eu penso que nós temos que estender as mãos a essas pessoas, porque se fizermos isso, nós teremos enormes chances de, ainda na nossa passagem pela Terra, ter, pelo menos os mais jovens, quem sabe, a alegria de saber que nós conquistamos a paz. Não existe arma de destruição em massa maior do que a fome. Ela não mata soldados, ela mata crianças, ela mata mulheres, ela mata adolescentes.

E eu acho que nós temos a responsabilidade, com gestos, muito mais gestos, e com ações, por mais pequenas que sejam, mas práticas, de mudar um pouco a história da humanidade. Está nas nossas mãos. Devemos assumi-las.

Meus parabéns por vocês estarem aqui.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar
2004/2005**

Brasília-DF, 28 de junho de 2004

Primeiro, quero cumprimentar meu companheiro José Dirceu, ministro da Casa Civil,

Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento Agrário,

Meu companheiro Dulci,

Meu companheiro Wagner,

Meu companheiro presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb,

Companheiro do Banco do Nordeste, Roberto Smith,

Companheiro do Banco da Amazônia, Mâncio Lima,

Minha companheira Marisa,

A Marina não está, mas o Langone está aí no lugar dela,

Meus companheiros senadores, está aqui a companheira Idalina,

Senadora Ceres,

Deputado Assis Miguel Couto,

Meu caro Valter Bianchini, meus parabéns pela apresentação,

Meu querido companheiro Manoel da Serra, presidente da Contag,

Meu companheiro Altemir Tortelli, da FETRAF-SUL,

Companheiro João Paulo, representante do Movimento dos Sem-Terra,

Minha companheira Euzébia, cuidado com esse cartão,

Meu caro companheiro Avelino Ganzer,

Meu caro companheiro de Caetés, Severino Ferreira da Silva. Tem tudo para ser meu parente porque tem o Ferreira e tem o da Silva. Então, tem tudo. Vamos descobrir se é meu parente mesmo.

Meus companheiros assessores de ministérios,



Companheiro da Embrapa, companheiro Clayton,
Meu caro Márcio Lopes de Freitas, presidente da OCB,
Trabalhadores do Movimento dos Sem-Terra,
Trabalhadores e sindicalistas da Contag, de FETRAF-SUL,

Eu penso que seria desnecessário fazer, aqui, um pronunciamento, porque eu acredito que a novidade que vocês perceberam neste plano, aqui, foi uma mudança, ou seja, o dinheiro se espalhou pelo Brasil, porque a cultura dos empréstimos para a agricultura familiar, um tempo atrás, é que o nosso querido Sul do país ficava com quase tudo que era liberado. Até porque o Sul e o Sudeste têm o privilégio de, ao a gente anunciar aqui, já ser o mês que eles estão pegando o dinheiro. E nós, do Nordeste e do Norte, vamos pegar esse dinheiro lá pelo final do ano, começo do ano que vem, que é quando vem a época da chuva.

Mas os números, Rossetto, me impressionam e eu penso que isso deve deixar o meu companheiro presidente da Contag satisfeito, senão 100%, pelo menos em parte, porque eu acho que o movimento sindical também precisa começar a ser, cada vez mais, um agente conscientizador de que o pequeno produtor pode pegar o seu financiamento.

Mas a distribuição eu achei extraordinária, e eu acho que é importante a gente marcar bem esses números. Na safra de 2002 e 2003, portanto, a safra que nós herdamos, a região Centro-Oeste teve 30 mil contratos. Neste ano, nós tivemos 58.240 contratos. Na região Nordeste, na safra passada, teve 285 mil contratos. Este ano teve 563 mil contratos. No Norte do país, tivemos 35 mil. Tivemos, agora, 105 mil. O único lugar em que, efetivamente, houve uma certa paridade, foi a região Sul do país, porque mesmo a região Sudeste cresceu razoavelmente. E na região sul cresceu o equivalente a 13% o número de contratos. Isso nos dá alegria e nos dá a certeza de que os nossos bancos estão trabalhando com muito carinho nessa questão.



Eu quero aproveitar, na frente de vocês, que vão ter que visitá-los nesses próximos 12 meses para dizer ao Smith, ao Cássio e ao Mâncio, do reconhecimento do governo pelo excelente trabalho que vocês fizeram este ano. Vocês, um dia, vão contar para essa gente, aqui, como é que vocês encontraram esses bancos, para quem esse banco emprestava dinheiro, qual a dificuldade que as pessoas tinham para ter acesso aos recursos.

O Cássio disse muito bem, ou seja, além de ter melhorado muito, ainda este ano ele teve que formar mais 700 e poucos gerentes, porque é preciso que as pessoas compreendam que um cidadão que vai ao banco para pegar 2.500 reais tem que ter o mesmo respeito de um cidadão que vai pegar 3 milhões de reais. Ele é cliente do banco e está se beneficiando de uma política elaborada pelo governo e portanto, essa pessoa tem que ser bem tratada. Eu acho que isso já aconteceu, eu tenho tido depoimentos de pessoas que dizem, a toda hora, que estão sendo tratadas como gente, agora.

Pode ter uma ou outra região ainda com debilidade e, se estiver com debilidade, vocês precisam nos comunicar porque também, de Brasília, a gente não é obrigado a saber o que acontece em cada agência espalhada pelo Brasil afora. Se vocês não denunciarem, a gente não fica sabendo.

Eu até me esqueci, mas no ano passado, Euzébia, antes de você, uma companheira chamada Divina, lá de Formosa, foi a primeira pessoa a pegar o seu cartão de crédito – levanta aí Divina, para ver se você está... espero que tenha usado o seu cartão e que pretenda usar outra vez este ano; e todo ano a senhora volte aqui, para nos contar se o cartão funcionou, aproveita e já fala no ouvido da Euzébia se o cartão.....

Eu não queria fazer um pronunciamento não, eu estou contente com a fala dos meus companheiros, eu só queria lembrar duas coisas para vocês, duas coisas que eu acho importante lembrar aqui. O crescimento das famílias beneficiadas poderia ter sido maior. Chegamos a 97%, se compararmos com uma safra anterior, mas a verdade é que nós não conseguimos fazer com que



o crédito para a mulher do trabalhador, que era um desejo nosso na safra passada e para o jovem trabalhador, tivesse a procura que nós imaginávamos que fosse ter.

Possivelmente, com uma boa comunicação, quem sabe este ano a gente convença a mulher de que é importante ela fazer um projeto separado do projeto do marido dela, para que ela possa pegar o seu dinheiro e para que o filho também possa pegar o seu dinheiro. Qual era a idéia, quando nós lançamos? Era que numa propriedade de 20, 25, 30 hectares, pudesse ter três projetos distintos, em que as pessoas pudessem utilizar a multifuncionalidade da agricultura familiar na sua força total.

Eu acho que nós precisamos aperfeiçoar. Eu quero pedir à CONTAG, ao Movimento dos Sem-Terra, à Fetraf - Sul, a todos os dirigentes sindicais que no informe de vocês, passem para as companheiras, mulheres trabalhadoras, a idéia de que nós temos interesse em criar as condições para que ela possa fazer o seu projeto e retirar o seu dinheiro.

Uma outra coisa que eu acho importante é que muitas vezes se vende a idéia de que o trabalhador da agricultura familiar é sempre um coitadinho, sempre a parte mais pobre, mais abandonada. Vamos ver que falta muita coisa para a gente ter a agricultura familiar do jeito que todos nós sonhamos. Mas vamos ver o que faz a agricultura familiar.

Só para ter uma idéia da gravidade, nos anos anteriores, apenas 57% do dinheiro que era anunciado chegava na mão dos agricultores. Neste ano, nós superamos 85%, ou seja, precisamos chegar à perfeição e chegar aos 100%. E, aí, nós temos que fazer com que os bancos privados dêem a sua contribuição para que a gente possa ter a totalidade, não apenas dos 7 milhões mas, quem sabe, até complementar um pouco mais.

Eu vou dizer para vocês uma coisa: muitas vezes, por não saber o que está acontecendo, um presidente de um banco ou um ministro da Fazenda não pode tomar a medida que tem que tomar no tempo certo. Nós estamos



anunciando 7 bilhões. Dois bilhões, desses 7, é por conta dos bancos privados, e nós vamos ter que conversar com eles, para que coloquem à disposição.

Mas o que eu quero dizer, aqui, é o seguinte: nós estamos anunciando 7 bilhões, mas se aparecer pedido para 7,5 ou para 8, não faltará dinheiro para ajudar a agricultura familiar neste país. Vamos trabalhar com essa certeza, porque sempre é possível a gente arrumar um pouco mais.

Quero lembrar também que nós vamos aperfeiçoar a questão da assistência técnica. Nós achamos que levar acesso, à tecnologia, à agricultura familiar, é colocá-la num padrão competitivo com qualquer outro setor da agricultura no nosso país. Eu diria, até, com qualquer outro setor, em qualquer país do mundo. Eu vou dar um exemplo. A agricultura familiar gera 74% dos empregos no campo; ela responde por 31% da produção de arroz; responde por 67% da produção de feijão; responde por 52% da pecuária de leite; mas também é importante lembrar que os agricultores familiares foram responsáveis por um terço das 50 milhões de toneladas de soja, na última safra. Um terço foi da agricultura familiar.

E porque é importante dizer isso? Porque quando a gente fala em soja, logo aparece alguém achando que só os grandes fazendeiros produzem soja. Portanto, de 50 milhões de toneladas, um terço foi da agricultura familiar, o que não é pouca coisa. Mas, mais importante do que isso, 60% da produção de frangos e de suínos vem da agricultura familiar. Portanto, é necessário que a gente dê a devida importância a esse segmento da sociedade que, muitas vezes, não é reconhecido, ou não é levado em conta. E, às vezes, também, as pessoas não têm obrigação de conhecer. Vocês estão enfiados lá no meio do mato, as pessoas não tem nem obrigação de conhecer. É mais fácil conhecer quem está próximo da cidade.

E eu quero dizer para vocês que este Plano Safra que estamos lançando agora é o nosso segundo Plano Safra. Ainda temos, além deste, mais dois para lançar. E eu não tenho dúvida nenhuma de que, a cada ano que passar, nós



vamos dando razão a tudo aquilo que nós, a vida inteira, acreditamos: que é preciso fortalecer definitivamente a agricultura familiar, fortalecer os assentamentos neste país, porque o que se costuma dizer no Brasil é que assentamento não produz, é que o pequeno não produz. Os números mostram exatamente o contrário. Agora, não poderia produzir antes, se o dinheiro era anunciado na televisão, mas na hora que tinha que chegar ao agricultor, este não era nem recebido por um gerente do Banco do Brasil. Nem se fala no BASA e no Banco do Nordeste, que nem tratava mais com o pequeno.

Na medida em que se coloca esses instrumentos, sem fazer nenhum milagre, na medida em que se coloca esses instrumentos, que já eram para cumprir essa tarefa, para funcionar corretamente, a gente percebe o sucesso.

Eu quero dizer aos companheiros trabalhadores que estão aqui, ao companheiro Manoel Serra, que não tenha medo de reivindicar, Manoel. Não tenha medo. Nós, primeiro, achamos que o papel do movimento é reivindicar. Vocês reivindicam tudo aquilo que vocês acham que é importante reivindicar. Às vezes, vocês reivindicam coisas que é impossível o governo cumprir, e com a mesma lealdade que nós temos nos tratado nesses últimos 30 anos, eu vou dizer para você: eu posso, eu não posso. O que eu não quero, nunca, é criar as condições para que vocês não possam mais reivindicar para nós. Ou seja, eu prefiro vocês reunidos com os ministérios, com cada ministério que vocês quiserem se reunir, cobrando e exigindo, do que vocês não terem, como no passado, um lugar para poder extravasar as reclamações que vocês têm do governo.

Eu quero que vocês saibam que, mesmo quando tivermos divergências, o governo terá em vocês grandes companheiros para fazer as mudanças que o Brasil tanto necessita, para que a gente possa atingir uma sociedade justa e solidária, sonhada por todos nós.

Eu quero que os trabalhadores que peguem o dinheiro, já, a partir de agora, consigam produzir. Vamos pedir para que São Pedro nos ajude, que



nem chova demais e que nem chova de menos porque aí, o Chico Menezes, coordenando o Consea, vai perceber que a gente vai ter mais dinheiro para comprar alimento, para garantir que chegue alimento na casa das pessoas e a gente vai poder concretizar os nossos sonhos, acumulados durante tantos e tantos anos.

Eu quero agradecer ao Paulo, que é o presidente da Associação Nacional dos Prefeitos que está aqui, certamente, de uma cidade pequena do Rio Grande do Sul, onde a agricultura familiar tem um peso muito importante, senão ele não estaria aqui. Quero dizer para todos vocês que contem, não com o Presidente, mas com a totalidade deste governo, porque nós acreditamos que a agricultura familiar, além de produzir alimento, produz uma coisa mais importante: produz cidadania, produz dignidade e produz respeitabilidade.

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura da Conferência Nacional dos Direitos Humanos**

Auditório Nereu Ramos – Câmara dos Deputados, 29 de junho de 2004

Meu caro amigo e senador José Sarney, presidente do Senado,
Meu caro companheiro João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos
Deputados,

Minha querida companheira Marisa,

Embaixadores estrangeiros que estão participando deste ato,

Minha querida companheira Nilcéia Freire, secretária especial de
Políticas para Mulheres,

Meu querido companheiro Nilmário Miranda, secretário especial dos
Direitos Humanos,

Meus companheiros ministros,

Meu querido companheiro, deputado Luiz Couto,

Companheiro deputado da Comissão de Direitos Humanos da Câmara,

Querida Daniele de Paula, do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos
Humanos,

Companheiros deputados, lamentavelmente, como tem muitos, eu não
posso citar o nome de todos, mas eu sei que todos que estão aqui são
companheiros que têm não apenas o seu mandato, mas uma parte da sua vida
dedicada à luta pelos direitos humanos,

Meus companheiros e companheiras, delegados dessa IX Conferência
dos Direitos Humanos,

Meus companheiros e minhas companheiras,

Fiz questão de vir a esta IX Conferência Nacional dos Direitos Humanos
porque considero sua realização, bem como o trabalho perseverante,



incansável e minucioso do ministro Nilmário Miranda, uma experiência insubstituível para o amadurecimento democrático da sociedade brasileira.

Talvez seja a semeadura mais difícil, a mais delicada, a mais trabalhosa de ser feita em nossa terra. Por isso mesmo, uma das mais preciosas. Falo da semeadura de valores humanistas, que devem germinar dentro de cada um de nós, mas especialmente nas relações sociais que nos envolvem e nas engrenagens produtivas que nos sustentam.

Se estamos construindo uma Nação de verdade, não apenas um aglomerado sem rosto nem alma; se estamos buscando respeito efetivo à dignidade humana, além da conquista do seu registro na Constituição, temos uma tarefa fundamental a cumprir. E essa é uma tarefa coletiva.

Trata-se não apenas de punir o desrespeito aos direitos humanos, mas de fazer do desenvolvimento brasileiro uma verdadeira fonte produtora de direitos e não a engrenagem geradora de deformações sociais que nos legou a história, inclusive a história recente.

Esse é o trabalho que temos de fazer e é forçoso reconhecer que ele não será fácil, mas ninguém o fará por nós.

A humanização de uma sociedade não é uma decorrência natural do tempo, ou do progresso, mesmo porque a eficiência econômica, não necessariamente, é sinônimo de respeito aos direitos humanos.

Já tivemos no Brasil, durante o período ditatorial, uma experiência antagônica e aflitiva de alguns bons resultados econômicos acompanhados de asfixia política. Não esqueceremos jamais essa lição.

Temos consciência, por exemplo, de que o Brasil vai se transformar no maior exportador mundial de alimentos, e isso será ótimo, mas vai também acabar com a fome que sacrifica dezenas de milhões de pessoas entre nós, e isso será extraordinário.

Queremos a eficiência produtiva que se traduz em solidariedade social. A mão que move a máquina tem que ter, na prática, acesso a direitos e a uma



vida digna.

Este é um governo que trabalha de fato por esses objetivos, apesar das dificuldades. Muito diferente dos que, em nome do progresso e da modernidade, só vinham aprofundando padrões intoleráveis de desigualdade, no nosso país.

Meus companheiros e minhas companheiras,

A voz dos direitos humanos não é um grito no vazio.

Pobre do país que precisa de heróis para defender a dignidade. Pobre do país que precisa de mártires para defender a liberdade ou de mortos para defender a vida.

No Brasil, a expressão “direitos humanos” já esteve associada à solidão destemida de algumas poucas vozes corajosas. Dom Paulo Evaristo Arns, o companheiro Hélio Bicudo e meu companheiro, advogado, Luiz Eduardo Greenhalgh, entre outros, batalhadores e batalhadoras de todo o Brasil. Estes, se destacaram naqueles tempos.

Tempos sombrios em que uma casa paroquial ou um jornalista intrépido constituíam o único abrigo para a denúncia e o desespero de pessoas perseguidas, ou de parentes e amigos de desaparecidos, presos ou mortos no regime militar.

Se vencemos aquele período, não há porque duvidar da nossa capacidade para construir um outro muito mais justo, estável e promissor.

Esta Conferência é um passo importante dessa caminhada. Estamos longe de concluí-la, mas sabemos o destino, temos um projeto claro, e isso nos dá firmeza na trajetória.

Ninguém fará por nós aquilo que só a participação democrática pode fazer por um povo: ou seja, modular o seu futuro no presente em função do bem-estar coletivo, da liberdade plena e da solidariedade econômica.

Trata-se de reforçar a democracia, dando-lhe uma dimensão cada vez mais prática, não só política, mas também econômica e social.



Somente assim construiremos um país no qual o respeito aos direitos não dependerá apenas da coerção, mas será um valor intrínseco ao próprio modo de viver e de produzir da sociedade.

Hoje, estamos acrescentando mais bases a essa construção. A luta pelos direitos humanos, felizmente, já não depende mais apenas da casa paroquial ou do jornalista corajoso.

Hoje, esses esforços ganharam um amplo apoio do Estado brasileiro por meio de iniciativas, sobretudo, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ela montou uma rede de ações para coibir a violência, localizar crianças desaparecidas, indenizar famílias de mortos e desaparecidos políticos, proteger adolescentes e cidadãos coagidos pelo tráfico.

Uma rede, que envolve Estado e a sociedade organizada, para combater o trabalho escravo, o abuso e a exploração sexual de menores, e para integrar deficientes físicos e coibir a discriminação sexual, entre muitas outras iniciativas.

Os senhores e as senhoras sabem muito bem o que isso significa para a vida das pessoas. Mas quero dar alguns exemplos concretos:

Já resgatamos mais de 5.400 trabalhadores que viviam em condições análogas à escravidão e fizemos com que fossem pagos mais de R\$ 6 milhões em direitos trabalhistas. Divulgamos lista com 52 nomes de empresários e de empresas que foram autuados por exploração de trabalho escravo, e o Ministério do Trabalho e Emprego já concluiu uma segunda lista contendo mais 49 nomes. Todos já foram ou serão levados à Justiça do nosso país.

O programa de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes já está implantado em várias cidades, inclusive São Paulo, e já capacitou 1.500 profissionais da rede de atendimento às vítimas.

O governo lidera uma mobilização nacional pelo registro de nascimento. Por ano, cerca de 800 mil crianças deixam de ser registradas no primeiro ano de vida, no Brasil. A expectativa é que até 2006, todas as crianças estejam



devidamente registradas.

Os Provitás atendem hoje mais de 600 testemunhas, sem que nenhuma delas tenha sido morta ou sofrido qualquer atentado enquanto sob proteção do Estado.

Agora, essa rede ganha uma ouvidoria nacional de orientação e encaminhamento rápido, através do serviço Disque Direitos Humanos, que o companheiro Nilmário acaba de inaugurar aqui.

Graças ao novo sistema, o registro e o acompanhamento de todos os casos de violação cometidos no país serão feitos de forma articulada, permitindo ações imediatas e efetivas. Além da coleta de dados para o diagnóstico e formulação de políticas preventivas, de âmbito nacional e regional.

É evidente que essa iniciativa deve ser mais um estímulo à nossa luta árdua, política e cotidiana – de todo o governo e da sociedade – para que o ideário abraçado pela Comunidade das Nações em 1948 seja, enfim, uma realidade em nosso país.

Trata-se de mais um ponto de luz. Um ponto de apoio na missão mais desafiadora e, ao mesmo tempo, a mais bonita de toda a humanidade, que é a de humanizar-se. Milhões de homens e mulheres de todo o mundo fizeram a sua parte, no seu tempo, reagindo diante da coerção, do obscurantismo e da desigualdade. A sucessão dessas lutas é que assegura hoje o espaço, a força e a extensão da democracia e dos direitos humanos entre nós.

Estamos absolutamente juntos nessa empreitada e vamos levá-la o mais longe possível durante o meu governo.

Meus companheiros, minhas companheiras,

Meu companheiro Nilmário Miranda,

Primeiro, o meu reconhecimento pelo trabalho extraordinário que você está fazendo na Secretaria dos Direitos Humanos. Segundo, dizer a vocês que combater o desrespeito aos direitos humanos não é apenas uma questão do



Estado, não é apenas uma questão da legislação, não é apenas uma questão do Senado, da Câmara ou do Poder Judiciário. Combater o abuso aos direitos humanos é um estado de consciência de uma sociedade.

E vocês, que estão inscritos como delegados e delegadas desta IX Conferência podem sentir-se orgulhosos, porque vocês representam a síntese da consciência brasileira, na luta pelos direitos humanos.

Boa sorte e boa Conferência para todos vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
solenidade de abertura do Fórum Cultural Mundial – Brasil 2004**

São Paulo-SP, 29 de junho de 2004

Primeiro, um aviso aqui: o Gilberto Gil falou no Rui César, deve ter ficado um pouco mais velho, mas, Rui, se você não está lembrado, em 1976, quando você foi eleito presidente da UNE, eu era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e foi um momento especial para nós, trabalhadores, a UNE ter ressurgido. Depois participamos de um debate na Bahia, no programa do França Teixeira. Eu estou dizendo isso para você lembrar de mim. Possivelmente você era muito jovem, deve ter mudado um pouco, afinal de contas, alguns anos se passaram, mas eu gostaria de te dar um abraço antes de ir embora. E eu vou sair daqui quase que correndo, porque eu tenho que pegar o vôo no aeroporto de Congonhas.

Eu queria cumprimentar o nosso querido governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin,

Cumprimentar a nossa querida prefeita da capital de São Paulo, Marta Suplicy,

Cumprimentar o nosso querido Gilberto Gil, ministro da Cultura,

Cumprimentar o nosso querido Eduardo Suplicy, que está aqui no meio de nós,

Cumprimentar o deputado Jamil Murad,

Cumprimentar o nosso querido representante do PNUD,

E, sobretudo, cumprimentar o Danilo, presidente do Conselho do Fórum Cultural,

Quero cumprimentar a minha querida companheira Marisa,



Quero cumprimentar os companheiros da Secretaria Municipal de Cultura, da Secretaria Estadual de Cultura, do Ministério da Cultura do nosso país,

Quero cumprimentar essa representação multicultural que está presente nesse Teatro Municipal de São Paulo.

Este Fórum Mundial Cultural coloca São Paulo e o Brasil no centro da discussão sobre a importância única da cultura no mundo contemporâneo.

Quero dizer a vocês que a cultura é, por isso, uma das prioridades do nosso governo.

Elemento inigualável de expressão e afirmação humana, tanto do indivíduo como dos grupos, a cultura nos singulariza como criaturas no universo.

Ao mesmo tempo, a cultura e a produção cultural devem ser também encaradas como fatores de geração de renda e emprego, de inclusão social, de cidadania, de crescimento individual e coletivo, e de inserção soberana no processo de globalização.

Nessa dupla condição, o homem público não pode desconhecer o papel fundamental que a cultura e a produção cultural desempenham no contexto das negociações econômicas e políticas de nossos dias, tanto na vida interna dos países como nas relações internacionais.

A acelerada integração econômico-financeira e a circulação de bens e serviços em escala mundial têm levado a uma crescente padronização cultural. É preciso reorientar esse processo.

A inserção digna de um país no mundo demanda, essencialmente, a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento da identidade nacional. O governo brasileiro tem consciência desse fato e age concretamente nesse sentido.



Através do Ministério da Cultura, procuramos criar as condições necessárias não só para democratizar o acesso à cultura, mas também para garantir a mais ampla expressão cultural, tanto individual quanto coletiva. Com isso valorizamos a identidade e a diversidade cultural deste país, tão rico e variado nas manifestações de nossa gente.

Incluímos a cultura, pela primeira vez, como uma das seis dimensões estruturais do desenvolvimento nacional contempladas no Plano Plurianual do governo. Também incorporamos uma visão ampla e transformadora de cultura, vista agora não só como expressão simbólica, mas como direito do cidadão e fator de desenvolvimento.

Vou dar alguns exemplos concretos das nossas ações:

Ainda esta semana – e eu quero convidar a todos que estão aqui, mas, sobretudo os cariocas – estaremos reinaugurando a Rádio Nacional, que teve um papel fundamental para divulgação da música popular e da cultura brasileira por muitas décadas.

Certamente muitos artistas já não estarão entre nós, mas eles serão lembrados neste ato. E os que ainda estão vivos, nós esperamos contar com sua presença na reinauguração da nossa querida Rádio Nacional, que para os que têm a minha idade ou um pouco mais, sabem o papel importante que ela teve na difusão da cultura brasileira.

Criamos o Programa Brasileiro de Cinema e Audiovisual, com investimentos diretos de mais de R\$ 30 milhões de reais na produção e na difusão de filmes e programas de televisão.

Na verdade, em relação ao audiovisual, fizemos o maior investimento direto já realizado pelo governo federal num mesmo ano: um aumento de 50% em relação à média dos últimos 5 anos.

Aliás, em termos de recursos, não só elevamos em 70% o orçamento do Ministério em relação a 2003 – orçamento que nós herdamos – como aumentamos em 150% os recursos disponíveis para o incentivo fiscal à cultura.



E fizemos isso democratizando as oportunidades e promovendo um aumento geral em todas as regiões do país em relação à média dos últimos quatro anos.

Na região Norte, o aumento foi de 636%; no Centro-Oeste, de 106%, possivelmente porque não tenha sido aplicado muita coisa nos anos anteriores; no Nordeste, 70%; no Sudeste, 31%; e na região Sul, 47%.

Também incorporamos as diversas manifestações da cultura popular e da cultura indígena nas nossas políticas governamentais, e estamos implantando uma abrangente política nacional de museus.

Em relação aos museus federais, investimos, em 2003, 25% a mais – cerca de R\$ 22 milhões de reais – e vamos investir R\$ 24 milhões de reais neste ano.

Da mesma forma, temos participado ativamente de importantes eventos internacionais. Nosso querido Gilberto Gil, que para nossa felicidade é ministro da Cultura do nosso país. Não é o governo Lula mas é do Brasil. O nosso querido ministro liderou o seminário Cultura e Desenvolvimento, que reuniu, em Salvador, em março deste ano, mais de 180 artistas, autoridades e representantes das nações da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP.

Do Seminário resultaram propostas de intensificação da produção e da circulação de bens culturais, reiteradas pelos ministros de Cultura dos países de língua portuguesa, reunidos em abril, em Maputo.

O ministro Gilberto Gil também dirigiu o Painel de Alto Nível sobre "Indústrias Criativas e Desenvolvimento" realizado na Conferência da UNCTAD, aqui mesmo em São Paulo, no início do mês.

Também neste mês aconteceu o 1º Festival de Cultura das Três Fronteiras, envolvendo atividades simultâneas no Brasil, na Argentina e no Paraguai.

E já estamos trabalhando para a realização do Ano do Brasil na França,



em 2005, que tem no diálogo cultural uma de suas mais fortes dimensões. Nos fóruns multilaterais, temos defendido a exceção dos bens e serviços culturais, que merecem tratamento diferenciado.

Reativamos o Mercosul Cultural, impulsionamos a Comunidade de Países de Língua Portuguesa e estamos em negociações específicas com outros países em desenvolvimento, como a Índia, a África do Sul, o México e a Austrália.

Temos a exata noção de que, ao mesmo tempo em que são fontes permanentes de diversidade e identidade, as culturas nacionais constituem também um elemento essencial ao processo de desenvolvimento.

Estudos recentes da UNCTAD revelam que o valor global de mercado das chamadas "indústrias criativas", que era de cerca de 800 bilhões de dólares em 2000, deve alcançar 1 trilhão e 300 bilhões de dólares em 2005.

Música, teatro, cinema, TV, rádio, livros, jornais, revistas, programas para computadores, fotografia, arte publicitária, moda, *design* – entre outros – são áreas de atuação que apresentam um sem-número de oportunidades para criadores de todos os países e que podem integrar de modo mais pleno a cultura ao processo produtivo.

Paradoxalmente, neste mundo globalizado, quanto mais o produto cultural for capaz de expressar a diferença e as identidades locais, maior o seu valor e maior a sua vantagem comparativa.

A busca dessa expressão cultural diferenciada representa um desafio novo, sobretudo para os países em desenvolvimento.

A uma ação diversificada no plano político e econômico deve corresponder, portanto, um pluralismo cultural. Uma via de mão dupla, na qual as culturas sejam receptivas à produção externa e ofereçam condições de plena expressão interna.

Não podemos, contudo, ignorar que a produção cultural no mundo é dominada por uns poucos e fortes oligopólios. Esse fato torna ainda mais



necessária a construção estratégica de parcerias entre os países que aceitam o desafio de buscar espaço para seus produtos e serviços.

Esse é exatamente um dos mais importantes objetivos deste Fórum Cultural Mundial: possibilitar o conhecimento, o intercâmbio, a troca de experiências e a cooperação entre diferentes povos e culturas.

Minhas queridas e meus queridos, meus caros participantes do Fórum Cultural Mundial,

Quero cumprimentar, em especial, o Ministério da Cultura, a Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo, a Secretaria Estadual de Cultura; o SESC São Paulo e o Instituto Cultural Via Magia pelo belíssimo trabalho de organização de um evento dessa magnitude.

Ainda mais porque foi precedido por seminários regionais, redes de trabalho internacionais e pelo Fórum Virtual Permanente.

Saúdo efusivamente os delegados, representantes e ministros da cultura dos países aqui presentes. Sejam bem-vindos a São Paulo e ao Brasil.

Criadores, intelectuais, acadêmicos, cientistas, educadores e agentes culturais dos mais diversos setores estão aqui reunidos em busca de alternativas para o desenvolvimento dos povos no campo da cultura.

O governo brasileiro – tenham certeza – compartilha dos princípios que orientam a realização deste Fórum Cultural Mundial e está comprometido com os seus objetivos.

Que todos tenham um bom trabalho.

Muito obrigado. E muito obrigado Celso Frateschi.